

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

MATHEUS FERNANDES FRANKLIN AVILA

**A COMPREENSÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO FURTADIANO A PARTIR DO
DEBATE DA ESTAGNAÇÃO DOS ANOS 1960**

UBERLÂNDIA- MG

2024

MATHEUS FERNANDES FRANKLIN AVILA

12212ECO010

**A COMPREENSÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO FURTADIANO A PARTIR DO
DEBATE DA ESTAGNAÇÃO DOS ANOS 1960**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho.

UBERLÂNDIA-MG

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A958 Avila, Matheus Fernandes Franklin, 1997-
2024 A compreensão do subdesenvolvimento furtadiano a
partir do debate da estagnação dos anos 1960 [recurso
eletrônico] / Matheus Fernandes Franklin Avila. - 2024.

Orientador: Niemeyer Almeida Filho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Economia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.78>
Inclui bibliografia.

1. Economia. I. Almeida Filho, Niemeyer ,1954-
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia
 Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J, Sala 218 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4315 - www.ppge.ie.ufu.br - ppge@ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Economia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, Nº 318, PPGE				
Data:	07 de fevereiro de 2024	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:05
Matrícula do Discente:	12212ECO010				
Nome do Discente:	Matheus Fernandes Franklin Avila				
Título do Trabalho:	A Compreensão do Subdesenvolvimento Furtadiano a partir do Debate da Estagnação dos Anos 1960				
Área de concentração:	Desenvolvimento Econômico				
Linha de pesquisa:	Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Desenvolvimento e Dependência				

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Economia, assim composta: Professores Doutores: Soraia Aparecida Cardozo - UFU; Wilson Vieira - UFRJ; Niemeyer Almeida Filho - UFU orientador do candidato. Ressalta-se que em conformidade com deliberação do Colegiado do PPGE e manifestação do orientador, a participação do membro externo Prof. Wilson Vieira ocorreu de forma totalmente remota via webconferência desde a cidade do Rio de Janeiro (RJ). O aluno e os demais membros da banca participaram presencialmente, na sala 1J232, campus Santa Mônica, Uberlândia (MG).

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Niemeyer Almeida Filho apresentou a Banca Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Niemeyer Almeida Filho, Usuário Externo**, em 07/02/2024, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Vieira, Usuário Externo**, em 07/02/2024, às 19:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Soraia Aparecida Cardozo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 08/02/2024, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5152880** e o código CRC **FDC7A0C8**.

À Letyia, pela sua alegria.

AGRADECIMENTOS

Ao final dessa caminhada no curso de mestrado em economia da UFU, são muitos os agradecimentos e tomarei o cuidado de não faltar com nenhum deles. À Deus, primeiramente, pela graça de estar prestes a obter o título de Mestre em Economia. À minha família, meu pai Marcelo Avila, minha mãe Janayna Avila e minha irmã Letycia Avila pelo suporte e apoio incondicional para seguir a vida e carreira acadêmicas.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), um bem público a serviço do Brasil, pela oferta de condições e estrutura, para que os estudos fossem viabilizados, o que me faz estender esse agradecimento ao Conselho Diretor da UFU, o CONDIR, no qual atuo como conselheiro há um ano. E, principalmente, agradeço ao corpo docente e ao corpo técnico da universidade, nas figuras dos sindicatos dos docentes e dos técnicos da UFU, a ADUFU e o SINTET, grandes companheiros de luta pela defesa da universidade pública. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento pessoal no Ensino superior, a CAPES que viabilizou a permanência no mestrado mediante a bolsa concedida durante os anos do curso, e pela sua resistência e luta nos períodos de negacionismo científico e recorrentes ataques à ciência nacional.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Economia da UFU (PPGE-UFU), em especial ao colegiado do PPGE o qual tive a oportunidade de compor em mandato de um ano como representante discente. Gratidão especial à Camila Bazani, secretária do programa, pelo seu profissionalismo, por toda sua atenção, disponibilidade e empenho. Agradeço também aos discentes do programa, em que juntos fizemos história organizando o Primeiro Encontro Científico do PPGE-UFU, o I ECPPGE. Agradeço ao Instituto de Economia e Relações Internacionais, o IERI, que completou 60 anos em 2023.

Agradeço profunda e imensamente ao meu orientador, o Professor Niemeyer, por vários motivos. Pela orientação nesta dissertação, por me fornecer meios de desenvolver melhor a minha capacidade crítica e de abstração teórica. Agradeço porque suas orientações me ajudaram muito em 2022 quando estava desanimado e frustrado com o mestrado. Por isso, agradeço por sua humanidade, sensibilidade e pela escuta. Pelos conselhos e conversas para além do que é acadêmico. Agradeço também pela parceria em escrita e aprovações de artigos em eventos. Enfim, agradeço a sua amizade.

Gostaria de agradecer a banca de avaliação desta dissertação, ao Professor Wilson Vieira e à Professora Soraia Cardoso, por aceitarem o convite, pela disponibilidade e pelos

comentários, críticas e sugestões que enriqueceram e foram essenciais para a lapidação deste trabalho. Faço um agradecimento especial à professora Soraia que, além de ter aceitado o convite de compor a banca, foi a supervisora durante o meu período de estágio docência na graduação. Obrigado por todas as oportunidades, pelas conversas, dicas e conselhos sobre a docência e por ter mudado a minha percepção de lecionar uma disciplina de Economia Brasileira no que se refere ao acolhimento e acompanhamento dos alunos. Foi um período extremamente enriquecedor que me reascendeu a vocação para a docência.

Agradeço a Associação de pós-graduandos da UFU, a APG-UFU, à sua gestão “Olívia Calábria” a qual tenho o privilégio de ser o Coordenador-geral, por ser um espaço organizativo e de luta pelos direitos da pós-graduação e dos pós-graduandos, de defesa da Universidade e por ser atualmente uma entidade comprometida com o debate político da UFU. Agradeço nesse sentido também à Associação Nacional de Pós-graduandos, a ANPG e ao Fórum de APGs Mineiras, nas pessoas de Vinícius Soares e Selma Bazan, cuja luta nos fez conquistar uma vitória histórica que foi o reajuste das bolsas de pós-graduação após dez anos.

Agradeço ao Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro da Sociedade brasileira de Economia Política, pelos debates, trocas e discussões compartilhadas que muito contribuíram para a construção do meu pensamento e direcionamento dentro da linha de pesquisa de HPEB. Em falar na SEP, não poderia deixar de agradecer à professora Marisa Amaral, pela amizade e acolhimento em Uberlândia.

Aos camaradas e companheiras das Brigadas Populares e da Juventude Fogo no Pavio pela formação política, pelas trocas e potencialização da nossa luta pela unidade aberta de uma nova maioria. Aos intérpretes, pensadores e pensadoras brasileiras que se propuseram e militaram para construir uma nação verdadeiramente justa e inclusiva.

Agradeço ao Fluminense Football Club e aos seus atletas, nas figuras de Germán Cano, Jhon Kennedy, Marcelo e Jhon Arias, por fazerem de 2023 o ano mais feliz de todos os tricolores e pela conquista da Copa Libertadores, onde pintamos o continente com as três cores que traduzem tradição.

Emicida, em sua tamanha sensibilidade, disse que quem tem um amigo tem tudo. Se isso for verdade, nada me faltou nesses dois anos de mestrado. Meus maiores agradecimentos aos meus amigos e amigas, pela alegria, parceria, pelos momentos memoráveis, inesquecíveis e super especiais, pelas trocas, pelas viagens. A vida acadêmica costuma ser solitária e desgastante, mas vocês ajudaram a fazerem desse período o melhor da minha vida até agora.

Por isso agradeço a vocês: Vitor Pinto, Reurison Coimbra, Gustavo Silva, Kássio Cunha, Bruna Ferraz, Sinara do Valle, Mariana Miranda, Igor Brandão, José Carlos Muniz, Amanda Castro, Laís Benevenuto, Ruthe Freitas, Maria Celeste, Amanda Severino Muniz, Leticia Freitas, Victor Lopes, Lucas Medeiros, Lucas Barcelos, Lays Hesse, Eloah Fassarela, Daniel Moratti, Whander Allípia e Thaís Nunes.

Acredito que o conhecimento e a vida são construções coletivas. Por isso, agradeço a todos e todas vocês. Meu muito obrigado.

Fé na luta. Venceremos!

RESUMO

A História do Pensamento Econômico Brasileiro agrega um conjunto de controvérsias e debates acerca do desenvolvimento. Dentre as controvérsias, o debate da estagnação teve grande notoriedade no início dos anos 1970, por discutir o subdesenvolvimento e um novo padrão de acumulação do Brasil, em um período de vigência do regime ditatorial dos governos militares. As bases do debate da estagnação dentro do pensamento econômico brasileiro são colocadas a partir das contribuições de Celso Furtado (1966), mais especificamente em sua interpretação do subdesenvolvimento por meio de um modelo de crescimento econômico cujo elemento chave é a concentração de renda. Tavares e Serra (1971), no artigo *Para Além da Estagnação*, contestam a visão de Furtado, argumentado no sentido de que o Brasil poderia crescer, superar a estagnação, e auferir certo grau de dinamismo econômico, embora preservadas as estruturas de desigualdade e concentração de renda, em um contexto histórico marcado pelo crescimento acelerado potencializado pelas reformas financeiras do PAEG. O objetivo deste trabalho é o de buscar compreender o subdesenvolvimento a partir do debate da estagnação no que tange à concentração e distribuição de renda, questões teóricas e sobre o protagonismo das decisões e ações políticas sobre a ordem econômica. Além disso, pretende-se sustentar um posicionamento de que os argumentos de Celso Furtado possuem maior robustez teórica na compreensão das estruturas que condicionam o Brasil ao subdesenvolvimento, considerando as distinções entre os níveis de abstração teóricos, corroborando para a ideia de que o objeto central de estudo do autor é o subdesenvolvimento e não somente a estagnação.

Palavras-chave: Celso Furtado; Estagnação; Concentração de renda; Dependência; Política.

ABSTRACT

The History of Brazilian Economic Thought reunite a set of controversies and debates about development. Among the controversies, the stagnation debate had great notoriety in the 1970s, as it discussed underdevelopment and a new pattern of accumulation in Brazil, during a period of dictatorial regime by military governments. The bases for the stagnation debate within Brazilian economic thought was based on the contributions of Celso Furtado (1968), more specifically in his interpretation of underdevelopment through a model of economic growth whose key element is the income concentration. Tavares and Serra (1971), in the article *Para Além da Estagnação*, contest Furtado's vision, arguing that Brazil could grow, overcome stagnation, and achieve a certain degree of economic dynamism, despite preserving the structures of inequality and concentration income, in a historical context marked by accelerated growth boosted by PAEG financial reforms. The objective of this work is to understand underdevelopment based on stagnation debate regarding the concentration and distribution of income, theoretical issues and the protagonism of decisions and political actions on the economic order. Besides that, it is intended to support a position that Celso Furtado's arguments have greater theoretical robustness in understanding the structures of brazilian underdevelopment, considering the distinctions between theoretical levels of abstraction, corroborating the idea that the central object study of the author is underdevelopment and not just stagnation.

Keywords: Celso Furtado; Stagnation; Income concentration; Dependency; Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BP	Balanço de Pagamentos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DSN	Doutrina da segurança nacional
DTT	Deterioração dos Termos de Troca
HPEB	História do Pensamento Econômico Brasileiro
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PSI	Processo de Substituição de Importação
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
T&S	Tavares e Serra

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo I.....	18
Estagnação no pensamento de Celso Furtado: O subdesenvolvimento como fim da encruzilhada	18
1.1 Introdução ao pensamento de Celso Furtado	18
1.1.1 Influências teóricas para um ecletismo intelectual	18
1.1.2 Breve nota sobre o lugar de Celso Furtado na HPEB e suas fases de pensamento	21
1.2 Estagnação, distribuição e concentração de renda no pensamento de Furtado	26
1.2.1 O Esquema da Estagnação	26
1.2.2 Estagnação política e do desenvolvimento	36
Capítulo II	44
A controvérsia da estagnação para a compreensão teórica do subdesenvolvimento.....	44
2.1 A crítica de Tavares & Serra e a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil	44
2.1.1 Padrão de acumulação e dinâmica econômica: notas sobre o nível de abstração teórico de Tavares e Serra.....	44
2.1.2 Uma tentativa de reinterpretação do estilo de desenvolvimento brasileiro	50
2.2 A reafirmação do ponto de vista estrutural.....	57
2.2.1 Os dilemas para além da crítica à estagnação.....	57
2.2.2 Voltemos à discussão do subdesenvolvimento	66
Capítulo III	79
O Subdesenvolvimento para além da estagnação.....	79
3.1 A HPEB como um produto social e o debate brasileiro nos anos 1970.....	80
3.2 Elementos estruturais segundo Furtado: da modernização ao mito	83
3.3 A necessidade de um novo olhar sobre o desenvolvimento	93
Considerações Finais.....	98
Referências Bibliográficas	102

Introdução

O debate sobre a "estagnação" da economia brasileira nos anos 1960 tem importância histórica e teórica. Ele emerge em um contexto em que a América Latina e o Brasil passaram a ter ambiente propício para consolidar um pensamento econômico próprio, tendo em vista as transformações sociais vivenciadas na região com o avanço da industrialização no pós-guerra. As modificações estruturais decorrentes desse processo suscitaram na intelectualidade brasileira um vislumbre de desenvolvimento e autonomia, no sentido de que o Brasil estaria preparado para construir um futuro a partir das suas próprias decisões (Furtado, 1962). No bojo desse período, o ideário do desenvolvimento passa a ganhar protagonismo no pensamento econômico nacional, na tentativa de buscar, a partir das particularidades do Brasil, caminhos para o progresso.

O estudo do desenvolvimento e subdesenvolvimento é organizador do pensamento econômico do país, e as discussões travadas ao longo da história estão engajadas politicamente e inseridas em contextos históricos diversos (Malta; Rocha; Borja; Bielschowsky; 2011). Localizado nessa construção de método para a discussão da história do pensamento econômico brasileiro, proposta por Malta (2011, p.33) no volume *Ecos do desenvolvimento*, o debate da estagnação configurou um conflito de interpretações sobre como a organização e expansão da economia brasileira iria evoluir, a partir do esgotamento do dinamismo que advinha do processo de substituição de importações (PSI). A necessidade de organização e sistematização do pensamento econômico brasileiro a fim de estabelecer reflexões sobre o Brasil através das controvérsias e debates, conforme apontou Bielschowsky (2011), reforça a importância de apreender e avançar sobre os aspectos fundamentais da controvérsia da estagnação.

A base do debate se estabelece a partir das contribuições de Celso Furtado, já uma referência política e acadêmica¹ estabelecida nos anos 1960. O pensador já havia percebido como o processo de formação econômica na região havia criado estruturas arcaicas, que foram preservadas, com destaque ao que ele aponta como principal problema, que é a concentração de renda (Furtado, 1968, p.58,59), herança da formação social promovida pelo processo de colonização e escravidão. Essas estruturas conformaram atrasos nos padrões de divisão do trabalho, limitaram o tamanho de mercado, formando uma demanda deformada, no sentido de que novas organizações da produção, com o processo de industrialização, foram coexistindo

¹ Por ser um ator importante da vida política e acadêmica do país no período, Mantega (1989) afirma que Celso Furtado foi um observador privilegiado do Brasil.

com essas estruturas arcaicas. Uma característica estrutural de uma economia subdesenvolvida dependente para Furtado, nesse raciocínio, seria a heterogeneidade estrutural. De acordo com o autor (Furtado, 2009), o dualismo estrutural é fruto de um processo histórico no qual, mediante o contato com as economias centrais, a integração da renda, dos investimentos, do próprio setor capitalista, não ocorre de maneira equilibrada. Então, diferentemente das economias desenvolvidas, não haveria impulsos significativos para a distribuição funcional da renda, na qual os salários reais aumentassem pelo menos em nível da produtividade, por exemplo. Nesse sentido, entendia ele que um baixo dinamismo econômico provocado por essas estruturas arcaicas poderia vir a ser vencido mediante a superação de antagonismos sociais historicamente formados.

É justamente a estrutura dualista que caracteriza o subdesenvolvimento. Esta é marcada pela convivência entre uma parte “moderna” e “avançada” economicamente, sendo mais próxima do que se entende por capitalismo avançado, e outro setor atrasado, ou arcaico, que não é afetado ou integrado pelo setor avançado. Esses dois setores então operam simultaneamente, no sentido de que o impacto de um novo investimento em uma economia dualista depende de como a renda gerada no avançado se integre dentro da coletividade. Assim, o estudo do subdesenvolvimento também deve levar em consideração a investigação de como a renda é integrada e utilizada dentro da economia (Furtado, 1974).

O tema da estagnação se apresenta mais explicitamente em um dos seus inúmeros livros, o *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, publicado em 1966, num momento de desaceleração da economia brasileira. Neste livro, há uma formulação de um modelo de crescimento econômico cujo elemento chave é a concentração de renda, com tendência à estagnação. A partir desse modelo, Furtado aponta limites para a sustentabilidade do crescimento, ainda que com certo dinamismo industrial. O argumento sustenta-se em grande parte em mostrar que havia reprodução de uma estrutura desigual e concentrada da distribuição de renda, e subemprego dos fatores de produção, em especial uma baixa absorção de mão de obra. A reprodução da distribuição de renda seria funcional para a manutenção de uma taxa de lucro capaz de induzir o crescimento, porém, limitada pela extensão do mercado doméstico. Em outras palavras, Furtado aponta limites e contradições desse padrão de desenvolvimento desigual e concentrador para o próprio crescimento econômico, no sentido de que a distribuição de renda concentrada restringiria, em termos estruturais, uma demanda já fragilizada pela natureza da inserção internacional da economia, intensificando o problema da heterogeneidade estrutural. Por isto, a economia continuaria alimentando o subemprego dos fatores de produção,

aprofundando a concentração de renda e o dualismo estrutural, e, assim, a ineficiência econômica implicaria em estagnação. Esse modelo reproduziria condições que Furtado considerava serem típicas de uma economia subdesenvolvida.

Em um contexto já de tensionamento dos governos militares, Tavares e Serra (1971), no artigo *Para Além da Estagnação*, contestam a visão de Furtado. Embora concordem com a característica intrínseca da economia brasileira de reproduzir desigualdades, sustentam que, naquelas circunstâncias do início dos anos 1970 de crescimento acelerado potencializado pelas reformas financeiras do PAEG, haveria espaço para crescimento tendencial. Em suma, argumentam no sentido de que o Brasil poderia crescer, superar a estagnação, e auferir certo grau de dinamismo econômico, mesmo que preservadas as estruturas de desigualdade e concentração de renda. É precisamente a partir deste debate que se solidificou nos anos 1970, alimentado pelo crescimento do “milagre econômico” ocorrido de 1968 a 1973, após um período de praticamente uma década em que a economia se encontrava em desaceleração do crescimento após o período do Plano de Metas, que a análise será construída.

O argumento central de Tavares e Serra (1972) é o de que a economia brasileira poderia ter dinamismo, ainda que se preservasse as estruturas arcaicas, com concentração de renda, desigualdade, dependência e exclusão social. Isto significava afirmar que o padrão de desenvolvimento dependente, desigual, apontado pela contribuição de Celso Furtado, não resultava necessariamente em estagnação. No entanto, é necessário ressaltar que o debate coloca em lados opostos as contribuições de Furtado e as de Tavares & Serra no que se refere à estagnação econômica. Mais que isso, é importante notar que os autores em discussão estão partindo de níveis teóricos distintos. A saber, Celso Furtado parte do método estruturalista a fim de compreender as estruturas que condicionam o país ao subdesenvolvimento. Enquanto T&S estão preocupados em elencar e compreender qual é o novo padrão de acumulação de capital que se estabelece no Brasil após o esgotamento da industrialização via PSI.

Em um primeiro momento, nos parece que a estagnação para Furtado possui dimensões estruturais, o que conota perspectiva de sustentabilidade de crescimento de longo prazo, que seria inviável com as estruturas por ele abarcadas, incluídas as políticas. Ou seja, Celso Furtado não afirmou que não poderia haver crescimento econômico com um padrão de crescimento desigual e concentrador de renda. Na realidade, o autor afirma que este modelo é inclusive funcional para o seu crescimento, o que pode ser visto ao longo de sua obra após o calor do debate. No entanto, o autor alerta para os limites desse padrão ao próprio crescimento, mas, inclusive de desenvolvimento, no que se refere às superações dos antagonismos sociais

historicamente formados, o que perpassaria obrigatoriamente por uma distribuição mais igualitária da renda e inclusão da população nos ganhos de produtividade. Tudo isso nos traz à hipótese de que o autor está discutindo o subdesenvolvimento ao longo de seu pensamento, alteradas as formas de argumentação. Isto pode ser vislumbrado também mediante a percepção de que o autor consegue articular dimensões históricas, estruturais e vieses políticos da determinação do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é o de buscar compreender o subdesenvolvimento a partir do debate da estagnação no que tange à concentração e distribuição de renda, questões teóricas e sobre o protagonismo das decisões e ações políticas sobre a ordem econômica. Além disso, pretende-se sustentar a hipótese de que os argumentos de Celso Furtado possuem maior robustez teórica na compreensão das estruturas que condicionam o Brasil ao subdesenvolvimento, considerando as distinções entre os níveis de abstração teóricos, corroborando para a ideia de que o objeto central de estudo do autor é o subdesenvolvimento e não tão somente a estagnação.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo faz um breve recorte sobre as influências e fases de pensamento de Celso Furtado, contextualizando-os na história do pensamento econômico brasileiro. O objetivo é mostrar o esquema estagnacionista proposto pelo autor, sobretudo a sua ênfase teórica à questão da concentração de renda como determinante da tendência estrutural da estagnação, além do aspecto político no processo de tomada de decisões que corrobora para tal estrutura.

O segundo capítulo trata do debate sobre a estagnação propriamente dito, elencando os principais argumentos de Tavares e Serra (1971) em sua crítica ao modelo da estagnação de Furtado. Nele são feitos aportes sobre questões teóricas e metodológicas que perpassam a crítica dos autores, bem como contextualização histórica do momento em que o debate ganha maiores proporções. Vale destacar que os aportes são feitos de maneira crítica, respaldados pela distinção entre os níveis teóricos de abstração dos autores. A intenção é discutir a hipótese de que os argumentos de Celso Furtado possuem elementos de maior peso nesse debate, tendo em vista a abrangência de seus elementos estruturais.

O capítulo 3 propõe uma discussão sobre o fio condutor da obra de Celso Furtado, negando que este seja o da estagnação; a afirmação é de que seja o do subdesenvolvimento. Ademais, há avanços na teoria do subdesenvolvimento do autor, abarcando elementos como a modernização e o mimetismo cultural, que o levarão a concluir que o desenvolvimento é um

mito. Com isto, abre-se espaço para uma crítica às concepções contemporâneas do desenvolvimento econômico. A compreensão do seu alcance a partir da acumulação de capital precisaria ser superada para dar lugar a um estudo que coloque o aspecto político, bem como a busca da autodeterminação cultural como fatores fundamentais. Por fim, serão feitas as considerações finais.

Capítulo I

Estagnação no pensamento de Celso Furtado: O subdesenvolvimento como fim da encruzilhada

1.1 Introdução ao pensamento de Celso Furtado

1.1.1 Influências teóricas para um ecletismo intelectual

Celso Furtado (1920-2004) é um dos principais, se não o principal, autores da história do pensamento econômico brasileiro, por, dentre diversos motivos, ser um dos precursores do estruturalismo latino-americano e pela militância feita através do esforço de pensar o Brasil para si e a partir de si. Antes de adentrar ao debate da estagnação, que é um dos temas caros do Pensamento Econômico Brasileiro (Malta, 2011), é pertinente construir uma breve introdução ao pensamento e obra de Furtado, de maneira a abarcar suas fundamentações teóricas, bem como sugerir fases de seu pensamento. Tal exercício será feito levando em consideração os momentos históricos em que o autor e seu pensamento estavam inseridos, isto é, o contextualizando historicamente.

O pensamento de Furtado emerge em um contexto em que a América Latina e o Brasil passaram a ter ambiente propício para o desenrolar de um pensamento econômico próprio, vistas as transformações sociais vivenciadas na região com o avanço da industrialização e a consolidação do processo de transição ao capitalismo no Brasil (Almeida Filho, 2021). As rápidas mudanças influenciaram sua construção teórica e vice-versa, inclusive pelo fato de o autor compor, a partir da década de 1950, ativamente o debate econômico tanto dentro da CEPAL, quanto ocupando cargos estratégicos dentro do governo brasileiro².

Em *O capitalismo Global (1998)*, o autor afirmou que suas influências intelectuais foram, primeiramente o positivismo, Marx³, por intermédio de Karl Mannheim, que foi o ponto de partida para seu interesse pela história como objeto de estudo, além de influenciá-lo em conceber o saber científico em contexto social; e uma terceira corrente de pensamento que foi a sociologia norte-americana, através da figura de Gilberto Freyre e sua obra, que revelou a Furtado a dimensão cultural do processo histórico (Furtado, 1999, p.9). Percebe-se, assim, que

² Como por exemplo, a sua participação no Grupo Misto Cepal-BNDE e na diretoria da SUDENE.

³ Entretanto, é importante esclarecer que o próprio Furtado, ainda que com certa leitura de Marx, não era adepto das alternativas de rupturas sistêmicas do capitalismo. Suas influências foram mais no sentido de absorver a importância da análise histórica e de investigar os fatores determinantes da acumulação (Furtado, 1962, 1998).

o autor possui perfil multidisciplinar quanto ao seu fazer científico e inspirações teóricas, o que pode ser reafirmado através de influências vindas das teorias keynesiana e schumpeteriana, no sentido da investigação da dinâmica econômica e do progresso técnico por meio das inovações, respectivamente. Além do contato com os teóricos dos modelos de crescimento endógenos e do desenvolvimento econômico equilibrado, como Kaldor e Hirschman, respectivamente, no período em que esteve em Cambridge ao fim dos anos 1950 (Furtado, 2021). Mas também se destaca o caráter ativo de seu pensamento, no sentido de que ele o construía visando a ação para a transformação estrutural, conforme a filosofia para a ação proposta em *A pré-revolução brasileira (1962)*.

Em relação à teoria keynesiana e sua influência considerável na construção do pensamento acerca do subdesenvolvimento de Furtado, o cerne dessa é a compreensão do investimento ser a chave para a acumulação e produção. Este ponto é fundamental para se entender também a importância dada pelo autor à produção de bens de capital, distribuição da renda e do papel do Estado no que se refere às estruturas de demanda. Nesse sentido, o elemento dinâmico da economia é a demanda, ou seja, o lado da procura de capital (Furtado, 2009, p.69-70). A partir daí, surge a necessidade de se analisar a fundo as principais características e o caráter dessa estrutura de demanda. Furtado notou que, a partir de Joseph Schumpeter, o motor da atividade estaria na ação do empresário em transformar o processo produtivo através das inovações (Furtado, 2009, p.70). Essa ação juntamente com um sistema de crédito desenvolvido teria condições de proporcionar progresso tecnológico como um dos fatores dinâmicos na economia. Veio dessa teoria, portanto, a importância do progresso técnico e das inovações para o desenvolvimento, na construção teórica de Furtado.

A confluência de diferentes linhas teóricas e de saberes conferem a Celso Furtado, ao nosso ver, certo autodidatismo na sua construção de pensamento. Por abarcar elementos do estruturalismo latino-americano, das teorias da inovação e progresso técnico, de Keynes e até de Marx, o autor pode inclusive ser não tão rigoroso com tais planos teóricos, o que pode abrir margem para críticas. O que se depreende disto é o fato de que não há necessariamente um grau determinístico ou de implicação direta entre as variáveis e fenômenos estudados pelo autor. Essas são orgânicas e interrelacionadas entre si, o que demanda ao autor a articulação de diferentes linhas teóricas para assistir suas leituras e interpretações.

No período inicial de sua carreira, o autor já percebia que adotar uma visão alternativa na análise econômica acarretaria conflitos com o pensamento econômico convencional, do qual o país estava dependente e que por isso não se atrevia a buscar soluções que fossem realmente

compatíveis com a realidade brasileira. É nesse sentido que a CEPAL é fundamental na construção do seu pensamento, especificamente pela pessoa de Raúl Prebisch, em que Furtado passa a captar a realidade histórica latino-americana a fim de identificar os seus problemas particulares e de elaborar um arcabouço teórico baseado nessa realidade. Tem-se aí, portanto, o vislumbre do método histórico-estrutural, o qual consiste em reunir, a partir da história, elementos estruturais da produção e reprodução de uma sociedade.

E é a partir desse método que Furtado busca entender as bases e condicionantes do subdesenvolvimento, ampliando seu horizonte de observação. Nesse sentido o autor elenca algumas questões norteadoras que o acompanharam em sua obra, a saber “Por que o Brasil acumulara tanto atraso? Que havia de errado com o Brasil, país de tantos recursos?” (Furtado, 1999, p. 72). No intuito de responder essas indagações, o autor enxergava a necessidade de se voltar para a história, para as estruturas sociais e para a incapacidade de as forças políticas formularem um projeto de nação. Em síntese, foi a partir do aprofundamento dos estudos das realidades históricas que Celso Furtado percebeu as peculiaridades da economia brasileira e latino-americana (Furtado, 1999, p. 73).

A vasta contribuição de Celso Furtado aponta para o fato de que o subdesenvolvimento não é uma etapa⁴ para o alcance do desenvolvimento econômico, pelo contrário, é tratado como uma condição histórica (Furtado, 2009, p.148), que está ligada às estruturas econômicas e sociais construídas, não apenas na formação econômica interna, mas considerando também as dinâmicas impostas pelo capitalismo internacional. Seus estudos, identificados com os da CEPAL, também ampliaram as visões acerca da dependência externa, partindo da concepção centro-periferia, em que com a Revolução Industrial gestada na Europa, conformaria um centro dinâmico do capitalismo, enquanto as economias latino-americanas se inseriram de maneira periférica na DIT. Essa relação também baliza a estrutura comercial caracterizada pela deterioração dos termos de troca⁵ (DTT), e suas influências sobre a economia, além dos efeitos específicos da industrialização por meio do Processo de Substituição de Importações (Furtado, 1978). A economia, fazendo parte das ciências sociais, de acordo com o autor, é um fenômeno social em formação e constantemente transformado pela sociedade. Em contrapartida, o

⁴ Conforme teóricos seminais do desenvolvimento, como Rostow, apontavam.

⁵ A qual significa que a periferia importaria bens acabados, manufaturados, com maior valor agregado, enquanto exportariam produtos primários ou de menor valor agregado, o que implicaria em um problema crônico no Balanço de Pagamentos (BP), pela dificuldade de fazer frente às importações e, conseqüentemente, ter de lidar com escassez de divisas.

subdesenvolvimento seria fruto de uma conformação social, confundida com atraso e pobreza (Furtado, 1992, p. 14).

1.1.2 Breve nota sobre o lugar de Celso Furtado na HPEB e suas fases de pensamento

A história do pensamento econômico brasileiro tem como eixo fundamental o desenvolvimentismo e a ebulição de um pensamento próprio ocorreu a fim de buscar compreender seu respectivo momento histórico. Em sua tese de doutorado, Bruno Borja (2013) afirma muito bem que o desenvolvimentismo fora uma ideologia, caracterizada pela busca e compreensão do desenvolvimento por meio da industrialização orientada por um Estado planejador. Por isso, tal ideologia possui ciclos correspondentes aos respectivos contextos e momentos históricos, baseado na concepção de ciclos ideológicos de Bielschowsky. Nessa linha, Borja (2013, p.32-40) elenca dos ciclos ideológicos do desenvolvimentismo, o ciclo original, que faz referência ao período das origens do desenvolvimentismo brasileiro, seu auge, amadurecimento e crise, com o Plano de Metas até a eminência do golpe militar (1930-1964); o segundo ciclo, o desenvolvimentista no regime autoritário, que consiste no período de 1964 a 1980, que tem como característica a elaboração de críticas e revisões de pensamento acerca do desenvolvimento nacional via industrialização. Celso Furtado está inserido nesses ciclos e os acompanha em sua construção teórica, sendo que o livro *Formação Econômica do Brasil* (1959) é considerado o marco na HPEB, que se confunde com a eclosão da história do pensamento econômico brasileiro (Bielschowsky, 2011; Mantega, 1989).

Para fins de delimitação histórica, parte-se da premissa de que o pensamento do autor pode ser dividido em três fases, se considerado o contexto histórico e o ciclo ideológico em questão, conforme apontado por Borja (2013, p.36). Esse autor define três períodos da obra de Furtado, que seriam, o primeiro de 1945-1961, o da formação da teoria do subdesenvolvimento, correspondente ao período em que integrara a CEPAL, a comissão mista CEPAL-BNDE e a SUDENE; o de 1962-1974, que consistiria na crítica e revisão da sua teoria do subdesenvolvimento; 1975-1989, o período da reformulação da teoria do subdesenvolvimento. Essa periodização parece ser pertinente e agrega as principais controvérsias e evolução do pensamento de Celso Furtado. No entanto, a partir de leituras biográficas recentes⁶, pode-se

⁶ Como *Correspondência intelectual* (2020) e *Diários Intermitentes* (2019).

reorganizar periodicamente a obra de Furtado, levando em conta também as controvérsias de pensamento.

A conceitualização proposta por Borja (2013) ficaria mantida, o que pode ser revisto é a delimitação periódica, se focarmos em sua percepção de otimismo ou desilusão com o desenvolvimento político, bem como percebendo o elemento político em sua constituição teórica, sendo esses, portanto, linhas de nivelamento dessas fases. O primeiro período da formulação teórica do subdesenvolvimento poderia ser estendido de 1945 a 1964⁷, data que marca o golpe militar no Brasil. A primeira fase consistiria no período que abarca o período em que Furtado esteve junto à CEPAL, em que seu pensamento se confunde ao da entidade, bem como à frente da SUDENE e do Ministério do Planejamento do governo João Goulart. É importante destacar que esse foi um período de importantes transformações econômicas mediante a industrialização via PSI, com a liderança do Estado. Em relação ao Estado, percebe-se, através das suas contribuições nessa fase, uma conotação de que ele poderia vir a ser o líder do desenvolvimento econômico, isto é, de que as estruturas subdesenvolvidas poderiam ser transformadas a partir da ação estatal, principalmente em seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961)*. Nessa fase, foram auferidas taxas expressivas de crescimento econômico em economias latino-americanas com destaque para a elevação da participação do investimento industrial, o que corroborou para que essa cosmovisão fosse formada. Em suma, acreditava-se que um país poderia alcançar o desenvolvimento por meio de um Estado autônomo que internaliza para si os centros de decisões, o que pode ser visto nos capítulos acerca do deslocamento do centro dinâmico em *Formação econômica do Brasil (2005)*, onde o autor colocou que o Brasil conseguiu sair da crise provocada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, por conta da ação do Estado.

Furtado (2005), nessa fase, percebeu o movimento de industrialização brasileira a partir do deslocamento do centro dinâmico da economia, que antes era o setor exportador e, a partir da crise de 1929, passaria a ser o mercado interno. Nesse cenário histórico, foi gerada uma pressão sobre a renda para a produção interna, propiciando o avanço do setor ligado à formação de capital. Isto, tendo em vista também o baixo coeficiente de importação gerado pelo estrangulamento externo. Foi nesse cenário que houve certa internalização das decisões por meio da figura do Estado, mediante as urgências trazidas pela crise do setor externo, que outrora era o centro dinâmico da economia brasileira, acumulando problemas tanto no lado da procura

⁷ Das obras desse período destacam-se *Formação econômica do Brasil (1959)*; *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961)* e *Pré-revolução Brasileira (1962)*.

quanto no da oferta. Estabeleceu-se uma política econômica anticíclica de grande amplitude, por meio da intervenção estatal.

Por consequência disso, a renda logo voltou a crescer e sua injeção para a destruição do café criou um poder de compra contrabalanceando a redução dos investimentos e rendas geradas pela atividade cafeeira. A defesa do café agiu sobremaneira ao aumentar o multiplicador da renda, além de fazer com que boa parcela da renda, que anteriormente era despendida em importações, ficasse dentro do país (Furtado, 2005). Dessa forma, a política econômica da defesa do café pela queima de sacas, utilizando recursos internos e liderado pelo Estado, possibilitou a manutenção de um nível de demanda através dos empregos mantidos, o que estabilizou o mercado consumidor. O início da aceleração da industrialização brasileira ocorreu, assim, mediante o estrangulamento externo gerado o qual provocou a baixa do coeficiente de importações, deslocando a demanda para o mercado interno em conjunto com a ação do Estado sobre os preços do café que fomentou a renda nacional. O autor percebeu, nesse raciocínio, que se o Estado fosse omissivo e as forças de um mercado liberal predominassem sobre a economia, naquela oportunidade histórica, o país poderia ter demorado ainda mais para superar a crise.

Nesse sentido, o pensamento do autor nesse primeiro momento pode ser vislumbrado tanto pela crítica ao liberalismo clássico, mais especificamente às teses das vantagens comparativas de David Ricardo, que se continuassem sendo aplicadas no momento da grande depressão, nos moldes do liberalismo clássico, trariam consequências danosas inimagináveis, além de seu rompimento com a teoria neoclássica. Nas décadas seguintes à depressão, o Estado assumiu em definitivo o papel de articulador do processo de desenvolvimento industrial, o que levou Furtado a vislumbrar a potencialidade de se superar a dependência e o subdesenvolvimento por meio da industrialização. Haveria a possibilidade, com isso, de se traçar caminhos e perspectivas de saída da condição de subdesenvolvimento por meio do mercado interno como centro dinâmico e de um Estado autônomo, líder desse processo.

Assim, na construção teórica de Furtado, nessa primeira fase em contexto histórico de industrialização e mudanças sociais, o autor percebe que a autonomia da tomada de decisão econômica é chave para a superação do subdesenvolvimento, e este ponto é apreciado na medida em que ele traz a centralidade da orientação e tomada de decisão do Estado em prol da industrialização e do desenvolvimento, na década de 1930. Isto é, o país deixaria de ficar à mercê dos moldes do liberalismo em sua tomada de decisão de política econômica, bem como do centro hegemônico do capitalismo internacional no sentido da decisão dos investimentos.

No entanto, essa discussão fica restrita nesses moldes de atuação do Estado em prol do desenvolvimento econômico, com uma concepção ainda incipiente, acerca dos aspectos políticos que envolvem a tomada de decisões dentro de um marco institucional. No entanto, é importante destacar que em *A pré-revolução Brasileira (1962)*, Celso Furtado já chama a atenção, em mensagem enviada a jovens economistas, para a necessidade da ação em prol da transformação social, e que essa ação deveria ganhar contornos políticos. Além disso, à frente da SUDENE e do Ministério do Planejamento, Furtado passa a perceber que o jogo político⁸ é fundamental para as tomadas de decisões em relação ao desenvolvimento. Dessa forma, o elemento político já estava presente no pensamento de Furtado, mas apontando para a possibilidade de mudanças a partir do mesmo.

Será o golpe militar o evento que demarca a percepção de desilusão de superação do subdesenvolvimento com tais estruturas de poder e a derrocada de certo otimismo do autor em relação ao alcance do desenvolvimento com orientação do Estado. Dessa forma, o segundo período abarcaria os anos de 1964 a 1989⁹, em que a variável política se faz mais presente no sentido dos determinantes do subdesenvolvimento e em alternativas para sua superação, ou seja, constituindo fator preponderante em sua construção teórica. O segundo período também é marcado pelo debate da estagnação, a ser estudado neste trabalho, em que é colocado pelo autor as contradições do processo de desenvolvimento nacional e como esse corrobora para a sua estagnação e crescimento econômico.

Após o golpe militar de 1964, Celso Furtado avança em sua teoria ampliando as suas concepções em relação ao subdesenvolvimento e as estruturas que o determinam. Inclusive, porque notou-se que, mesmo com o crescimento e a industrialização, as estruturas arcaicas persistiam, como a desigualdade e a concentração de renda. Com seu exílio, Furtado torna-se crítico e cético em relação ao desenvolvimento, ponderando pela tendência à estagnação, pelas reformas necessárias não terem sido feitas e sua impossibilidade de concretização em um contexto autoritário (Borja, 2013, p.39). Dessa forma, Furtado aprofunda a compreensão de que o subdesenvolvimento também perpassa por decisões políticas que movem as decisões do Estado, além do aspecto cultural influenciador dos padrões de consumo. Sendo assim, este seria

⁸ Isso pode ser percebido em *A fantasia desfeita* (1989), segundo livro da sua trilogia autobiográfica no qual o autor confere alguns detalhes dos bastidores à frente da SUDENE e sobre como enfrentava dificuldades políticas para capitanear medidas em prol do desenvolvimento. O autor coloca que “mudanças não poderiam vir senão da renovação dos quadros políticos, com aumento de sua representatividade e a rejeição, para um desvã da história, das velhas oligarquias” (Furtado, 1989, p. 11)

⁹ Nesse período, destacam-se as obras *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1968); *Análise do Modelo Brasileiro* (1972); *O mito do desenvolvimento econômico* (1974); *Não à recessão e ao desemprego* (1983); *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978).

influenciado pelas disputas e tensões entre classes, que num contexto de transnacionalização do capitalismo, corrobora para a dependência externa e diminuição do poder e autonomia política do Estado nacional em fruir em decisões que sejam compatíveis e condizentes com o interesse do desenvolvimento nacional.

Para além disso, Furtado também depreende o Estado não apenas como um campo em que as tensões e conflitos de interesses ditam os ritmos do subdesenvolvimento, mas também como instituição que congregue aspectos culturais que baseiam o comportamento dos agentes econômicos. E isto deságua na questão do mimetismo dos padrões de consumo, ou seja, na questão cultural. Isto é, percebe-se que as bases do subdesenvolvimento são funcionais para a reprodução social e da economia do Brasil. No mais, é importante ressaltar que nessa fase fica demarcada a questão cultural do desenvolvimento, em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), o que ficaria evidente na sua gestão à frente da pasta do Ministério da Cultura, já durante segunda metade da década de 1980 no governo de José Sarney. Também é marcado pelo período de exílio em Paris, onde encontrou na ciência a sua forma de luta contra a repressão e a ditadura (Furtado, 2020).

A terceira fase, portanto, seria modificada, indo de 1989 em diante¹⁰ que englobaria temas sensíveis e contemporâneos estabelecidos a partir dos anos 1990 e que repercutiriam sobre a economia brasileira estruturalmente, como a questão da globalização e avanço das finanças sobre o processo decisório da economia, além do desenvolvimento sustentável e responsabilidade ambiental. Ademais, nesse período, o autor frisa sobre o papel da política e das estruturas de poder, ou seja, das suas modificações para que haja uma real transformação das estruturas que implicam em subdesenvolvimento, mas reforçando a importância do aspecto cultural para sua viabilidade.

Vale destacar que os diversos autores e autoras ao longo da história do pensamento econômico brasileiro se baseiam na obra de Celso Furtado e, ao tentar superar seus argumentos por meio da crítica, confluíram em diversos debates sobre as estruturas nacionais. O próprio debate da estagnação, por exemplo, ocorreu por conta de uma crítica a uma revisão do autor sobre seu esquema de desenvolvimento. É, deste modo, incontestável a centralidade da obra de

¹⁰ Nesse período, destacam-se as obras *O capitalismo global* ([1998]1999); *O Longo amanhecer* (1999). Também é importante serem destacadas as obras bibliográficas organizadas pela jornalista e tradutora Rosa Freire D'Aguiar Furtado, em período posterior ao falecimento de Celso Furtado, como *Diários intermitentes* (2019) e *Correspondência Intelectual* (2020). Tais obras demonstram a longevidade e atualidade da obra de Furtado bem como a continuidade de sua efervescência intelectual demonstrada em estudos de sua teoria.

Furtado na evolução do pensamento econômico e social brasileiro mediante diversas controvérsias (Borja, 2013).

Com esse recorte fica evidente que as múltiplas formas e implicações do subdesenvolvimento são tratados por Furtado em sua obra por meio de diversos olhares. Como o olhar para a produção e o progresso técnico, para as estruturas de poder e a dimensão cultural. Aliás, em relação ao debate da estagnação, é perceptível que formulações que avançaram nele também estão presentes nos trabalhos posteriores, com destaque para as percepções sobre o papel da política e distribuição de renda nas transformações estruturais e superação do subdesenvolvimento. De todo modo, as considerações e aportes que serão feitos sobre o debate da estagnação também podem ser notadas no que tange seu lugar no pensamento e obra do autor, que naquele momento histórico foi de crítica e revisão.

1.2 Estagnação, distribuição e concentração de renda no pensamento de Furtado

1.2.1 O Esquema da Estagnação

Após o golpe militar de 1964, Celso Furtado avança em sua teoria ampliando as suas concepções em relação ao subdesenvolvimento e às estruturas que o determinam, inclusive porque notou que, mesmo com o crescimento e a industrialização, as estruturas arcaicas persistiam, como a desigualdade, a concentração de renda e estruturas de poder autoritárias sem compromisso com o desenvolvimento. Dessa forma, Furtado, firma sua convicção¹¹ de que o subdesenvolvimento também perpassa por decisões políticas que movem as decisões do Estado, que sendo o regulador social e dos meios de produção de riqueza, se mostra conveniente com o modelo desigual. E foi em contexto de desaceleração econômica vinda desde o fim da década de 1950, após um período de pujante crescimento com o Plano de Metas, de esgotamento do potencial dinâmico do PSI e, no bojo disso tudo, uma grave crise política, que o autor, em sua louvável honestidade intelectual, revisa sua construção teórica.

Em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* ([1966] 1968), já na segunda fase do seu pensamento, Celso Furtado chama atenção para a necessidade de uma ideologia do desenvolvimento, reafirmando seu compromisso com a luta pela superação do subdesenvolvimento, em um cenário onde o autor está preocupado com o futuro dos países

¹¹ O autor já percebia isso na sua atuação na SUDENE e no Ministério do Planejamento, isto é, das suas experiências políticas, conforme já apontado.

latino-americanos. Ao nosso entender, o problema da obra pode ser tangenciado nesse sentido, de que a questão-norte do autor é o subdesenvolvimento e a construção de uma análise crítica para a sua superação no campo político, como pode ser observado na citação abaixo.

A substância ideológica do socialismo latino-americano será seguramente extraída da consciência crítica formada na luta pela superação do subdesenvolvimento. Essa luta tem lugar dentro dos marcos políticos nacionais, os quais delimitam os centros de decisão que comandam as atividades econômicas tanto em seus aspectos internos como externos. A solidez de um marco político nacional constitui fator decisivo na luta pelo desenvolvimento (...) não é por outra razão que as manifestações mais avançadas na ideologia do desenvolvimento emergiram do movimento de descolonização, o qual extraiu as suas energias criadoras mais vigorosas da consciência de solidariedade nacional. A conjunção dessas duas ideias-forças - a afirmação nacionalista e o desejo de superar o subdesenvolvimento - constitui o núcleo do pensamento ideológico que, por caminhos vários, está provocando a transformação da vasta comunidade de povos que constituem o terceiro mundo (Furtado, 1968, p.17).

A importância dessa obra na evolução do pensamento do autor, muitas vezes renegada pelos estudiosos do pensamento brasileiro, foi bem colocada por Coutinho (2015), quando ele afirma:

Acredito que uma leitura afastada do calor dos debates permite concluir que os ensaios abrigados em Subdesenvolvimento e Estagnação ultrapassam a defesa do estagnacionismo, chegando a representar uma meditada revisão e reexposição do modelo básico de análise histórico-estrutural na visão de seu principal formulador. Essa revisão envolve acréscimos ao entendimento da economia agrário-exportadora, do processo de substituição de importações, do significado da passagem do período primário-exportador ao de industrialização, da dualidade estrutural, enfim, de temas nucleares da agenda de investigações de Furtado. A obra tem méritos adicionais. Por um lado, avança na integração entre estrutura de produção e distribuição de renda, um dos aspectos do estruturalismo e das contribuições do autor que está por merecer atenção mais detida. Por outro, ilustra uma faceta que apenas agora começa a receber atenção dos biógrafos e comentadores, a do Furtado analista político (Coutinho, 2015, p.450).

Ou seja, nos fica claro, a partir dessas colocações que a principal preocupação de Celso Furtado, ao avançar em sua teoria e a propor o esquema da estagnação, é o de aprofundar seus estudos sobre o subdesenvolvimento em seu sentido estrutural. A importância dada à questão da distribuição de renda e sua relação com as estruturas produtivas e política é presente nessa obra. Compreende-se que desenvolvimento nacional, para o autor, nesse momento viria acompanhado do avanço das forças produtivas em conjunto com transformações das estruturas sociais e das instituições. Ao contrário disso, o subdesenvolvimento seria uma realidade histórica na qual, embora se tenha contato com o progresso tecnológico trazido pela industrialização, essa não geraria os impactos esperados de crescimento e estabilidade social

(Furtado, 1968). Portanto, não poderia repetir os processos dos países centrais, que observaram na primeira fase da industrialização do capitalismo, no século XIX, transformações nas estruturas de oferta de bens e serviços, além do aumento da produtividade.

O progresso técnico para o autor é de grande importância para o desenvolvimento capitalista dentro de uma sociedade, uma vez que técnicas mais avançadas de produção tenderiam a diminuir os preços dos bens de capital, elevando o seu investimento e, conseqüentemente, unidades de poupança (Furtado, 1968, p. 5). “Isso significa que nas economias capitalistas altamente desenvolvidas, o progresso tecnológico constitui não somente fator básico do crescimento, mas também elemento fundamental da própria estabilidade social” (Furtado, 1968, p.6).

Nesse cenário que seria impulsionador de dinamicidade, poderia ser possível haver uma absorção de mão de obra a qual incluiria os trabalhadores em condições de disputar e participar dos ganhos de produtividade, com um esquema de distribuição de renda que também atuaria a seu favor. Aliás, seria criado, dessa forma, um círculo virtuoso de aquecimento da demanda agregada e do crescimento econômico, à medida que o progresso tecnológico fosse acompanhado por uma distribuição de renda a qual fosse desenhada de modo que a massa trabalhadora fosse incluída.

Percebe-se, nesse sentido, que a forma como a renda é distribuída na sociedade é fundamental para seu crescimento e desenvolvimento, ou seja, que a renda seja distribuída e integrada dinamicamente dentro da economia, com uma estrutura de consumo aquecida e diversa; com os ganhos da taxa de poupança sendo reinvestidos dentro da economia nacional, potencializando o efeito multiplicador da renda, a partir da orientação e planejamento de um Estado autônomo, cujas estruturas de poder corroborem para tal esquema. Elucidando melhor o que foi dito,

O esquema de distribuição de renda, historicamente condicionado em suas linhas básicas, e o elevado nível de produtividade determinam a formação de um fluxo considerável de poupança, a qual deverá ser transformada em capital reprodutivo mediante o processo de investimento (...) no desenvolvimento das economias capitalistas avançadas existe uma íntima conexão entre a orientação do progresso tecnológico, a disponibilidade relativa de fatores de produção e um certo consenso da coletividade no sentido de manter uma determinada taxa de poupança e investimento, mediante a qual se assegura a estabilidade do sistema de distribuição de renda social ao mesmo tempo que se satisfazem as aspirações de melhoria de vida da grande massa trabalhadora. Se pretendesse esquematizar, diríamos que o fator dinâmico básico está na pressão social da massa trabalhadora para aumentar a sua participação no incremento do produto (Furtado, 1968, p.6-7).

Fica perceptível ao nosso entender, com isso, que a distribuição de renda é fundamental para que ocorra dinamicidade econômica e inclusão social, para que o progresso tecnológico tenha efeitos reais sobre a melhoria de como a renda é usada na coletividade. O esquema de desenvolvimento para Furtado, dessa maneira, pressupõe uma distribuição coletiva da renda, não apenas no sentido da redistribuição funcional ou transferências diretas, mas também com reinserção dessa para novos investimentos e formação bruta de capital fixo. Entretanto, é importante destacar o fato de o autor colocar a pressão da classe trabalhadora como fator dinâmico básico. Essa afirmação evidencia o lugar político¹² dentro do esquema de desenvolvimento, no sentido de que seria pela via política que esse cenário de distribuição de renda funcional para o crescimento e desenvolvimento¹³ com superação dos antagonismos sociais seriam viáveis.

Por outro lado, estruturas sociais arcaicas, gestadas no processo de formação social nacional de sociedades subdesenvolvidas, são rígidas e impedem tal progresso tecnológico de absorver excedentes de mão-de-obra e de gerar tensões sociais que pudessem gerar mudanças no processo de distribuição e uso da renda. Isso significa que devem ser buscadas as estruturas particulares do próprio subdesenvolvimento, uma vez que um processo de industrialização orientado pelo Estado, que supostamente levaria à superação de antagonismos sociais, por ser o lócus da disputa política, ficou apenas no imaginário desenvolvimentista, principalmente no contexto histórico de golpe militar. Pelo contrário, não houve um processo de desenvolvimento em que o crescimento e o avanço do progresso tecnológico fossem acompanhados de inclusão da coletividade nos ganhos de produtividade, como seria em um esquema de desenvolvimento com distribuição da renda viável para esse intuito.

No caso da América Latina, a industrialização por meio do PSI, nas décadas correspondentes às duas primeiras fases de pensamento do autor, teve foco em diversificar a oferta no objetivo de atender a uma suposta demanda, baseada em uma indústria cuja tecnologia foi poupadora de mão de obra. Portanto, tal padrão de progresso tecnológico restringiu a capacidade de aglutinação dos fatores de produção capital e trabalho em prol do aumento do produto social (Furtado, 1968). Então, esse crescimento mediante o PSI, que se deu de maneira específica na região, agravou certos problemas econômicos, tendo em vista a dimensão restrita

¹² Que viria das contradições expostas pela relação capital versus trabalho (Furtado, 1968).

¹³ Distribuição essa que consistiria em geração, apropriação e utilização produtiva da renda, em prol de novos investimentos e nova capacidade de consumo. Tratar-se-ia de uma acumulação produtiva e comprometida socialmente.

dos mercados internos (Furtado, 1978). Um agravante nesse processo foi a subordinação aos padrões tecnológicos dos países centrais, no sentido de que a formação de um mercado que operasse como orientador das decisões de investimento nacional, que fosse compatível com os interesses da coletividade, ficou inviável (Furtado, 1968, p. 9). De maneira que,

As conseqüências, tanto no que respeita à distribuição da renda como à orientação dos investimentos são significativas. A incapacidade que apresentam os países subdesenvolvidos para elevar adequadamente sua taxa de poupança, encontra aí uma de suas causas básicas (Furtado, 1968, p.9).

Uma ressalva que precisa ser feita é em relação ao que Furtado entende como taxa de poupança dentro de seu raciocínio. Uma das críticas que o autor recebe no decorrer do debate da estagnação, é sobre o autor ter adotado um termo de cunho neoclássico como a poupança, dando a entender de que ela seria igual ao investimento, em uma construção que leva em consideração a demanda efetiva, e objetiva o aquecimento da demanda agregada. Isto levaria a uma falta de rigor teórico de grandes proporções, já que há uma grande discrepância com a teoria keynesiana, que rompeu com a neoclássica. No entanto, o que o autor compreende a ser taxa de poupança é, na verdade, taxa de acumulação ou reprodução do capital (Furtado, 1992). E será justamente uma distribuição de renda débil que impedirá uma acumulação de capital suficiente para uma autônoma reprodução da produção e, conseqüentemente, do aquecimento da demanda agregada.

Celso Furtado, em sua análise histórica, já tinha percebido como o processo de formação brasileiro criou estruturas arcaicas que foram preservadas com destaque ao que ele aponta como principal problema, que é a concentração de renda (Furtado, 1968, p.58,59), herança da formação social promovida pelo processo de colonização e escravidão. Essas estruturas conformaram atrasos nos padrões de divisão do trabalho, limitaram o tamanho de mercado, formando uma demanda deformada, no sentido de que novas organizações da produção, com o processo de industrialização, foram coexistindo com essas estruturas arcaicas. Para além disso, estabeleceu estruturas de poder que têm como herança desse processo a violência, o autoritarismo, a exclusão e o patrimonialismo. Uma característica estrutural de uma economia subdesenvolvida dependente para Furtado, nesse raciocínio, é o dualismo estrutural, no sentido de que a renda não é capaz de integrar-se dinamicamente à economia local, haja vista a dependência e a inserção periférica no capitalismo global que faz contrastar, de maneira dual, setores e espaços mais avançados de setores atrasados e arcaicos (Furtado, [1961] 2009). E foi dentro do processo histórico, com o contato das economias centrais com as regiões de estruturas

arcaicas que se criaram as economias dualistas, uma vez que essa integração não se deu de maneira uniforme, até mesmo por razões supra econômicas, que foram as políticas.

Aliás, o próprio desenvolvimento do capitalismo na América Latina não formou sistemas autônomos para gerar crescimento, estabelecendo uma periferia econômica global (Furtado, 1978). Isso fica evidente a partir do processo da industrialização na região, em que houve ampla utilização de crédito internacional para auferir investimentos privados e estatais, o que provocou problemas no Balanço de pagamentos dos países, tendo em vista a contrapartida da entrada de capitais que é a remessa de lucros, juros e dividendos ao exterior. Além disso, como já apontado, a industrialização por meio do PSI precisou de assimilação tecnológica que se deu por meio da transnacionalização do capital estrangeiro, via empréstimos e entrada de multinacionais, com destaque para o período do Plano de Metas (Furtado, 1978, p. 224). Depreende-se, portanto, que esse processo se deu de maneira dependente, de modo haver incompatibilidade de interesses e objetivos entre empresas transnacionais, democracia e soberania do Estado, aumentando os graus de fragilidade política no que tange aos possíveis esforços para a superação do subdesenvolvimento de maneira autônoma.

A partir desse processo, o controle de decisões técnicas e econômicas a respeito de investimentos e geração de empregos fica diretamente ligado às matrizes das empresas transnacionais. Furtado (1978, p. 225), nesse sentido, indica diversos tipos de controle que o capital estrangeiro teria sobre a economia latino-americana, como o controle acionário, o controle da racionalidade econômica, os quais implicam que as decisões ficam estabelecidas dentro do conjunto de estratégias e interesses da matriz e não do país em que está situada a filial. A partir disso, é um tanto incoerente esperar certa racionalidade dos investimentos da periferia, alinhados ao desenvolvimento nacional, vindos do centro do capitalismo, que possui interesses difusos. De todo modo, tal dependência restringe a margem para a autodeterminação nacional e soberania, já que corrobora para o antagonismo entre as aspirações sociais e coletivas e dos marcos institucionais estabelecidos pelas estruturas de poder nacionais e internacionais. Portanto, tal situação implica também no reforço de instabilidade social, pois uma política nacional de desenvolvimento, provocando modificações nas estruturas sociais, dificilmente pode ser promovida pelos grupos dominantes nacionais que são dependentes das decisões e imposições do capital internacional (Furtado, 1968, p.35).

Contudo, por mais antagonico e contraditório que possa parecer, é importante destacar que esse controle estrangeiro se deu em sua maior parte nos setores mais dinâmicos da economia, tendo em vista que tal associação com o centro financeiro e decisório foi

indispensável para a obtenção de algum grau de progresso técnico (Furtado, 1978, p.227). Vale destacar que esse arcabouço gera impactos significativos na distribuição de renda, operando em desfavor da taxa de acumulação e dos investimentos¹⁴, inclusive no que tange à operacionalidade da política econômica. Por exemplo, Furtado coloca que no PSI foram garantidas mobilizações de recursos no exterior via empréstimos com o governo local, assegurando cobertura cambial de remessas de juros e das amortizações, entre a segunda metade dos anos 1950 e os anos 1960 (Furtado, 1978, p. 226). Portanto, fica claro como esse processo pode vir a se tornar hostil para com a demanda agregada de uma economia com essas estruturas, incluindo a abertura para a dependência econômica para com o centro do capitalismo global, tendo em mente as restrições à acumulação de capital interna, ou da taxa de poupança, as quais o país fica submetido.

A persistência de tais estruturas implicam no fato de que a penetração industrial via SI conserva o subemprego do fator de produção trabalho. Isto faz com que esse avanço do progresso técnico, a partir de base tecnológica do centro, gere instabilidade social e agravamento dos problemas e tensões sociais, por não superar os antagonismos historicamente formados. Isso seria intensificado na medida em que o aperfeiçoamento das instituições e estruturas de poder ficasse estagnado e seu caráter herdado pela formação histórica ter-se-ia modernizado e aprimorado (Furtado, 1968, p.15-16). Em suma, diferentemente das economias desenvolvidas, não haveria esforços significativos para a distribuição funcional da renda, em que os salários reais aumentassem além da produtividade. Nesse sentido, entende-se que um baixo dinamismo econômico provocado por essas estruturas arcaicas pode vir a ser superado mediante a superação de antagonismos sociais historicamente formados. Por isso a necessidade de uma ideologia do desenvolvimento.

É justamente a estrutura dualista que caracteriza o subdesenvolvimento. De acordo com o conceito trazido por Furtado, o dualismo estrutural é marcado por uma estrutura “moderna” e mais “avançada” economicamente, sendo mais próxima do que se entende por capitalismo avançado, e outro setor atrasado, ou arcaico, que não é absorvido pelo setor avançado. Mas, é importante frisar, que segundo o próprio Furtado (1983), esses setores não são antagônicos entre si, mas sim interdependentes, no que se refere à manutenção de estruturas arcaicas e pré-capitalistas para sua própria manutenção. Esses dois setores então operam simultaneamente, no sentido de que o impacto de um novo investimento em uma economia dualista, depende de

¹⁴ Pois, no argumento do autor, o PSI em um mercado com limitações de dimensão implicaria em aumento dos preços dos bens de capital, sendo assim um processo custoso, desestimulando investimentos.

como a renda gerada no setor avançado se integre dentro da coletividade. Nesse caso, um investimento não seria capaz de se integrar dinamicamente à economia, tendo em vista que não consegue absorver a mão de obra, gerar empregos e salários reais que agreguem o setor atrasado. Isto, porque, embora o processo de industrialização tenha enredado uma significativa modernização dos padrões de consumo, esse ocorreu dentro de uma lógica adaptativa e assimiladora mediante a incorporação de progresso técnico, o qual não absorveu grande parte da população, dentro da quadra histórica em questão.

Portanto, o nível de emprego, tanto da mão de obra quanto do fator capital, perde importância relativa, por seu nível ser insuficiente para integrar o setor atrasado aos ganhos de produtividade. Dessa maneira, o avanço dos investimentos, mesmo que ocorra em uma economia subdesenvolvida, embora industrializada, não irá modificar estruturalmente, tanto no sentido econômico quanto no político, por ser dual. Fica evidente, então, que em uma economia desenvolvida, o sistema absorveria os ganhos da mão de obra e da produtividade, o que não pode ocorrer em uma estrutura dualista, pois, como citado anteriormente, os investimentos não se vinculam dinamicamente à economia local pelo fato de a renda não ser distribuída de maneira adequada, mediante decisões políticas. Ora, “(...) o comportamento de agregados econômicos está condicionado por parâmetros institucionais, cujo conhecimento exige um estudo específico da realidade social” (Furtado, 1968, p.52). Isso significa que o estudo da estagnação deve partir, mediante o método histórico-estrutural, da história da formação não somente das estruturas econômicas, mas da sua relação com a constituição das estruturas de poder, construída pelas relações sociais. Com isso, há certa razoabilidade em se elaborar uma análise em que o dualismo e o elemento político sejam apreendidos a partir de suas interações orgânicas.

Isso também vale para a insuficiência da absorção da mão de obra, já que os salários continuariam atrelados ao necessário apenas para a subsistência, sem aumentos reais, mediante uma distribuição funcional da renda. Isto implicaria numa diminuição do multiplicador dela, pois o progresso tecnológico não seria desenvolvido de maneira endógena em um mercado consumidor pujante. Nota-se, então, que um avanço industrial e de crescimento da atividade podem coexistir com o subemprego dos fatores¹⁵. Isso, por sua vez, gera uma estrutura ocupacional que irá se alterar com lentidão, pois mesmo com o avanço industrial, a população irá ficar de fora nos ganhos de renda que serão gerados. A estrutura dualista e subdesenvolvida

¹⁵ Corroborar para isso o fato de que as inovações das empresas nacionais ficam submetidas a tentar aproximar sua estrutura de custos das dos países desenvolvidos e não no sentido de absorver o setor atrasado para aumentar sua produtividade.

é, dessa forma, excludente e essa exclusão impede a continuidade do ritmo de acumulação de capital (Furtado, 1968).

Uma variável importante, que merece atenção e destaque nesse esquema, é a diminuição da relação produto-capital, proposta por Furtado para explicar a estagnação. O produto-capital diminuiria na medida em que os investimentos feitos pela industrialização baseada no PSI fossem intensivos em capitais, uma vez que aumentaria a relação capital por trabalhador, o que reforça a ideia do excedente estrutural da mão de obra. Não obstante a isso, a demanda é vista como fator preponderante para a taxa de poupança e, por conseguinte, do crescimento. Em um contexto de crescimento com investimento em bens de capital, ocorreria o aumento da produtividade do trabalho e da própria poupança (Furtado, 1968, p.68).

No entanto, com a diminuição da relação produto-capital, a economia como um todo deixaria de manter o ritmo de acumulação de capital, isto é, de poupança que é induzida pelo crescimento do produto. Mas, ora, a própria acumulação está de certa forma previamente comprometida pela concentração de renda advinda historicamente, adicionado ao fato de que o aumento do fator capital aumenta a produtividade sem absorver a mão de obra. Aliás, a dependência também corrobora para a estagnação do plano econômico e no social para o desenvolvimento, pois existem contrapartidas econômicas e financeiras para realização de investimento estrangeiro direto. Há, nesta situação, formas de trazer para o centro hegemônico do capitalismo as decisões de investimento, que são atreladas às estruturas de poder arcaicas que coadunam com a concentração de renda, e dessa maneira, restringindo o ritmo de acumulação.

Conseqüentemente, essa desaceleração da acumulação desenhada estruturalmente, tenderia a diminuir as taxas de lucros e os níveis dos investimentos. Esse cenário estrutural limita sobremaneira as dimensões de mercado, fazendo com que a oferta criada não tenha a demanda correspondente, o que, de acordo com o autor, criaria um constrangimento para a expansão e o financiamento de nova produção, na forma de elevação dos preços relativos, conforme o esquema do autor. Ademais, os preços tendem a se elevar para que o novo investimento seja viável economicamente. Com isto, a taxa de poupança global deixa de se elevar, dando lugar a uma tendência de queda.

Porém, a concentração de renda é o fator pelo qual esse problema da acumulação de capital seria resolvido, uma vez que preservaria os níveis de poupança. Isso implica, novamente,

que a própria concentração de renda e desigualdade seriam funcionais para a manutenção do crescimento econômico. Elucidando melhor esse esquema, nas palavras do autor,

A tendência ao declínio da taxa de poupança poderia, contudo, ser anulada por aqueles fatores que estão atuando simultaneamente no sentido de aumentar a concentração de renda. A concentração de renda ao orientar os investimentos para as indústrias com elevado coeficiente de capital, tem efeitos similares ao da penetração da tecnologia poupadora da mão de obra. (...) Em qualquer caso, ocorre uma concentração de renda, o que elevará a taxa de poupança, podendo neutralizar a tendência indicada. Sendo assim, para aumentar o produto se fazem necessários insumos crescentes de capital e decrescentes em mão de obra, donde se conclui que, para uma taxa estável de crescimento do produto, corresponde uma declinante absorção da mão de obra e outra ascendente de poupança. (...) Desta forma, o êxito que no Brasil teve o PSI constitui o reverso do fato de que foi nesse país que o desenvolvimento beneficiou a uma menor parcela da população e criou as mais agudas tensões sociais. Essas tensões, alcançando um ponto crítico, teriam que afetar adversamente o processo de crescimento (Furtado, 1968, p. 84,85).

Isso também significa que a própria elevação da produtividade do trabalho, fomentada pelo avanço do progresso técnico ocorre simultaneamente com a redução da participação do trabalho na renda, no sentido de que essa não é acompanhada pelo aumento dos salários reais, o que é um reflexo da concentração estrutural de renda. Este argumento é reforçado, se for levado em consideração que a concentração de renda também é determinante para a diminuição da relação produto-capital, dada a penetração de progresso técnico poupador de mão de obra que torna a demanda anêmica. Sem contar o fato de que o crescimento da relação produto-capital implica no fortalecimento do desemprego estrutural da mão de obra, já que pressupõe um aumento da relação capital por trabalhador. Em outras palavras o crescimento desta última relação implica em concentração de renda que virá a debelar a demanda, ainda que possa vir a potencializar a produtividade do trabalho, gerando crescimento. Isto é, a concentração estrutural da renda é fator determinante da debilidade da taxa e ritmo de acumulação, como também é a alternativa mais próxima para se contornar esse problema e gerar crescimento do produto. Pois bem, o crescimento gera concentração de renda e esta pode gerar crescimento.

Coutinho elucida bem essa relação, colocando nos seguintes termos:

Trata-se, paradoxalmente, do êxito perverso (embora temporário e problemático) do modelo concentrador. A concentração de renda é inevitável – e vale lembrar que, em certa medida, isso contra resta os efeitos da baixa eficiência do capital sobre o crescimento econômico. O resultado final é concentração de renda e poupança ascendentes em face do declínio da absorção de mão de obra do setor pré-capitalista (Coutinho, 2015, p.465).

Porém esse crescimento balizado pela desigualdade encontra limitações no sentido de que a demanda deformada é preservada e caminha orientando-se para setores de menor produtividade (Furtado, 1968, p. 79,80). Na totalidade, isso implica no fato de que se forma uma estrutura de oferta que pode vir a ser relativamente acompanhada pelo progresso técnico, ainda que de maneira associada, mas que não encontra uma estrutura de demanda compatível, que absorva o que está sendo produzido pelo duplo golpe de concentração de renda que sofreu. Isto, pela população não ser integrada nos ganhos da produtividade. Dessa maneira, o estabelecimento de uma indústria de bens de capital acompanhada de concentração de renda limita mercados consumidores e, conseqüentemente, o crescimento global, uma vez que esse mesmo esquema propicia nova concentração de renda para preservar as taxas de lucro (Furtado, 1968, p.86). Sendo assim, esse esquema expõe uma relação artificial entre a desigualdade e os agregados econômicos aos quais comprometem o crescimento sustentado.

O que se tem, mediante a isso, na nossa compreensão, é um crescimento mascarado de desigualdade e exclusão, o qual pressupõe uma estrutura de demanda fragilizada baseada no desemprego estrutural. Nesse sentido, os vislumbres de crescimento sustentado por uma demanda duplamente enfraquecida são abandonados e, no longo prazo, tenderia à estagnação econômica, como fora no período em que o PSI se esgotou como motor do crescimento. Mas, não se trata apenas do PSI, mas de um padrão de crescimento e de (sub)desenvolvimento baseado em concentração de renda. Pois, como apontado em parágrafos anteriores, o desenvolvimento pressupõe uma distribuição de renda adequada para reintegração da mesma na coletividade para o avanço da acumulação. Ao contrário, a concentração estrutural da renda implica no modelo de estagnação de Celso Furtado, na estagnação do ritmo da acumulação de capital e, sendo assim, em estagnação econômica estrutural.

1.2.2 Estagnação política e do desenvolvimento

As estruturas arcaicas, atreladas a um contexto de penetração de setores avançados do capitalismo, promovendo industrialização e progresso técnico implicariam no fato de que um aumento da produtividade ocorreria paralelamente à diminuição do trabalho na renda global (Furtado, 1968, p. 66). Furtado (1983, p. 205-206) sintetiza situações particulares aos países subdesenvolvidos, elencando entre elas a estagnação a um baixo nível de desenvolvimento e situação de estagnação a um nível médio de desenvolvimento, indicando que a estagnação não se refere apenas ao modelo de crescimento rígido, desigual e à atividade econômica em si, mas também do desenvolvimento, no sentido de superações de antagonismos sociais.

Isso porque o nível de demanda, que é determinante do ritmo de acumulação da renda já está previamente condicionado e restrito pela concentração de renda. Assim, a industrialização, que já é dependente, possui efeitos desiguais, por ter penetrado em mercados de tamanhos limitados e com estruturas sociais e de poder arcaicas historicamente formadas. Então, embora ocorra um processo de industrialização e crescimento, ainda serão preservados níveis consideráveis de desigualdade, desemprego, além de alimentar as estruturas subdesenvolvidas. Tudo isso implica em problemas de instabilidade no plano social, levando o autor a compreender que esse processo está ligado ao marco político que corrobora para o subdesenvolvimento, significando que

A estagnação econômica engendra o enfraquecimento do marco político e a perda progressiva da capacidade de autodeterminação, o que por seu lado limita a capacidade para superar os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento (Furtado, 1968, p.17).

Essa citação elucida o argumento de que esse padrão de crescimento e de subdesenvolvimento leva a uma estagnação, não apenas no sentido econômico, como também no aspecto do próprio desenvolvimento, uma vez que esse é funcionalmente excludente para o crescimento. Constrói-se, dessa forma, uma demanda insuficiente na articulação das atividades produtivas já que existe descontinuidades no nível de demanda causada pela concentração de renda e pelo excedente estrutural da mão de obra, que ocorrem paralelamente à acumulação de capital. Isto é, os salários não acompanham os níveis de produtividade. Além disso, há uma insuficiência da capacidade de organização e coordenação entre as indústrias, empresas e o próprio governo nesse sentido, fazendo com que os polos de crescimento, a complementaridade produtiva e as externalidades positivas sejam restritas. Esse cenário, em conjunto com a dependência, a qual gera um desenvolvimento orientado para fora, agrava as instabilidades sociais desse processo, já sobremaneira adverso. Ora, esse padrão de (sub)desenvolvimento¹⁶ em questão já provoca nítidas tensões sociais e a formação de forças supranacionais corrobora para a manutenção de estruturas do tecido social, que sejam favoráveis ao próprio modelo.

Esse movimento de aparente avanço de estruturas arcaicas, com um evidente destaque para o excedente estrutural da mão de obra, implicou em problemas significativos no plano

¹⁶ Esse aparato evidencia as contradições vivenciadas nos períodos de crescimento que antecederam ao golpe, como foi no caso do Plano de Metas, o qual se deu de maneira dependente, desigual e não conseguiu sustentar as taxas de crescimento de maneira duradoura já a partir do final da década de 1950. Mas, também indica os antagonismos de um modelo de crescimento como esse que serve para explicar o “Milagre” econômico e como ele, no plano social não acarretou mudanças estruturais, principalmente no que tange a distribuição da renda.

social, com agravamento dos antagonismos de classes, uma vez que esse modelo de crescimento resulta em maior concentração de renda e desigualdade. Esse aparato leva o autor a questionar sobre quais opções restariam para uma nação nesses moldes se desenvolver, no sentido de agregar o progresso tecnológico e a participação social nos ganhos de produtividade. É a partir disso, e inserido no contexto pós-golpe de 1964, que o autor passa a perceber que esse objetivo poderia vir a ser alcançado por meio de articulações políticas conjuntas que pudessem desafiar as estruturas de poder. Isto é, por meio da disputa política que viesse a redefinir as diretrizes do Estado. Ora,

Se a análise do processo histórico latino-americano leva à conclusão de que, abandonadas ao *laissez-faire*, as economias da região tendem à estagnação e, por outro lado, de que os métodos de ação baseados na dialética da luta de classes resultam ser estéreis, caberia indagar que opções se apresentam à ação política orientada para a satisfação das aspirações coletivas, sabidamente polarizadas pelos ideais do desenvolvimento econômico e da modernização social (...) Como alternativa, surge a perspectiva de uma política visando a consecução do crescimento econômico e da modernização social, mediante modificações no processo de organizações da produção que tornem possível racionalizar a assimilação das novas técnicas em função do interesse social (...) trata-se, por conseguinte, de modificações profundas, decorrentes de uma redefinição das funções do Estado que somente poderá realizar-se com o apoio de movimentos políticos de grande amplitude, capazes de alterar as bases atuais das estruturas de poder(...) Esse tipo de política racional de desenvolvimento, provocando conscientemente modificações nas estruturas sociais, dificilmente pode ser promovida pelos grupos dominantes usufrutuários dos privilégios criados pelas velhas estruturas (Furtado, 1968, p.14-15,35).

Essa ideologia, portanto, se faz valer à medida que se percebe que a estagnação social e econômica implica no enfraquecimento da capacidade política de autodeterminação nacional, limitando a superação do subdesenvolvimento. Percebemos, com esse raciocínio, portanto, que a estagnação tratada por Furtado não diz respeito apenas a uma desaceleração do crescimento econômico causado pelas deformações de demanda, formadas historicamente, reverberando na não capacidade da industrialização em alterar as estruturas sociais, tendo em vista a elevada concentração de renda que é funcional para tal modelo. Mas, inclusive, de uma estagnação do próprio processo de desenvolvimento¹⁷, já que existem limitações políticas que deságuam na figura do Estado, as quais o impedem de liderar e implementar as medidas necessárias para a superação do subdesenvolvimento. Furtado (1978, p.104) afirma que a própria maneira de

¹⁷ Desenvolvimento este que consistiria na capacidade da nação superar os antagonismos e impasses históricos historicamente colocados, como a própria tendência estrutural à estagnação econômica, a dependência, a exclusão social e desigualdades sociais. De todo modo, compreende-se que na obra de Furtado, esse desenvolvimento viria mediante alterações estruturais nas estruturas de poder político, sobressaindo-se o aspecto político do desenvolvimento.

financiamento e o direcionamento dos gastos do Estado, consolidam a forma de distribuição de renda e a torna ainda mais concentrada. Vislumbra-se, assim, uma espiral de estagnação tanto do crescimento quanto do desenvolvimento, porque o próprio Estado, mediante seu centro de decisão político é conivente com a estagnação do crescimento e do desenvolvimento.

De acordo com Furtado (1968, p.101-105), o progresso técnico foi acompanhado pela falta de uma classe industrial dirigente que fizesse frente aos interesses tradicionais das oligarquias, que pudesse alterar a estrutura política fundamentada no patrimonialismo. Diante disso, os interesses tradicionais e conservadores continuaram a prevalecer no bojo das decisões políticas, o que encontrou no golpe de 1964 sua máxima. Ocorre que um poder legítimo comprometido com a alterações de estruturas que visem superar o subdesenvolvimento é inviável, dentro do marco institucional. Portanto, percebe-se que as estruturas sociais e políticas reacionárias impedem que o marco institucional e político do Estado atue em prol do desenvolvimento. Sobre isso, Furtado afirma que

A alternativa a uma instabilidade crescente, aberta ou potencial, está na introdução de modificações na estrutura social, que terão de ser mais profundas com o correr do tempo perdido. Uma sociedade exposta à penetração da técnica moderna que se mostra incapaz de criar em sua classe dirigente elementos aptos para liderar as reformas das estruturas sociais, não constitui necessariamente um sistema com possibilidade de preservar seu status quo. Contudo, existe alta probabilidade de que o custo social das transformações requeridas aumente, se condições históricas particulares permitem revigorar forças que a elas se opõe (Furtado, 1968, p.106,107).

O desenvolvimento na nossa interpretação, é assim restringido pelas instituições e pelo *modus operandi* da política nacional, que não possuem condições de promover uma autêntica política de industrialização. Dessa forma, não haveria condições viáveis para se assegurar a continuidade do desenvolvimento porque o Estado até poderia operar em prol do crescimento, mas isso implicaria em elevado custo social, conforme apontado dentro do esquema da estagnação. Isto, por não promover uma política diretora que iniba a concentração de renda. Então, pode-se afirmar que o modelo de crescimento e de (sub)desenvolvimento dos países periféricos é baseada primordialmente nas mais variadas e nefastas formas de desigualdade. O fim seria a estagnação em seus múltiplos sentidos no tecido social e econômico. Em outros termos, o Brasil pareceria ter uma “tendência à estagnação política, ou seja, aquela na qual as possibilidades de desenvolvimento econômico são afetadas pelo acúmulo de tensões sociais” (Coutinho, 2015, p. 465).

Isso significa que a estagnação, para Celso Furtado possui dimensões estruturais fundamentadas nas desigualdades ocasionadas pela concentração de renda, tanto no plano nacional quanto no plano do centro do capitalismo, tendo em vista a importância que o autor remete à internacionalização do capital para a periferia. Mais que isso, limita a percepção de nacionalidade e o vislumbre de nexos morais e culturais do desenvolvimento como força política. Sendo assim, o Estado ficaria apenas com uma função meramente técnica e esvaziada de propósitos no sentido da orientação do desenvolvimento nacional (Furtado, 1978, p.45). Por isso, Celso Furtado (1978, p.230) alerta para a necessidade da ação do Estado para garantir mudanças profundas no marco institucional para o desenvolvimento. Isto, a fim de fazer com que o progresso técnico não implique em maior concentração de renda, de ampliar mercados potenciais com integração econômica, além de orientar o progresso técnico para a modernização e resolução de impasses históricos e sociais (Furtado, 1968, p. 39).

Neste sentido, é cara ao autor a questão do planejamento contra o subdesenvolvimento e a estagnação. De acordo com Celso Furtado (1968), o desenvolvimento exige demandas do Estado a partir do papel exercido da sociedade nesse processo. Isso significa que ele é a instituição pela qual o conjunto da população possui para atuar nesse sentido, o que recai na necessidade da busca por um caminho político para o problema do desenvolvimento. Essa visão certamente se afasta da concepção de Estado da teoria neoclássica uma vez que

Uma coletividade que se autogoverna e em que coexiste uma forte aspiração de melhoria de condições de vida com a ausência de um processo espontâneo de crescimento econômico, tenderá naturalmente a buscar um caminho político para o seu problema de desenvolvimento e o Estado é o instrumento de que dispõe a coletividade para atuar politicamente. Surgem, assim, os vários enfoques do problema do desenvolvimento de um ângulo político, os quais têm a sua expressão mais avançada nas técnicas de planejamento (Furtado, 1968, p. 113).

Então, a liderança do Estado em prol da superação do subdesenvolvimento requer dele uma racionalidade para que seja eficiente. E isso se dará por meio do planejamento. Ora, o objetivo do planejamento para Celso Furtado (2008) é o de promover transformações e reconstrução das estruturas econômicas e sociais, com vistas ao aumento do crescimento e superação das desigualdades. Dentro da ação do Estado como promotor desenvolvimentista, o autor coloca que ele deve ter o papel de promover a ação individual criadora de desenvolvimento, além de tomar a responsabilidade direta na maneira direta na produção de bens e serviços (Furtado, 1968, p. 114). De maneira geral, o planejamento seria um esforço

estratégico ordenador da ação do Estado, estabelecendo certo grau de racionalidade aos processos econômicos para atender a coletividade, atuando em prol de mudanças estruturais.

De todo modo, o planejamento deve subsidiar um conjunto de políticas decisórias centralizadas acerca da produção e da utilização da renda, tendo em vista que, como colocado anteriormente, a concentração de renda é o fator preponderante para a manutenção do subdesenvolvimento e a estagnação do crescimento e desenvolvimento. O planejamento é capaz de alterar a orientação da concentração de renda e, assim, superar a estagnação. Desse modelo, Furtado (1978) aponta requisitos para um alcance considerável do planejamento, quais sejam, a integração da sociedade, a estrutura de poder e as funções que a sociedade atribui ao Estado, além da capacidade de eficiência de governo.

Percebe-se, nesse sentido, a importância da atividade e unidade política da sociedade nacional em torno de um projeto de desenvolvimento que seja liderado pelo Estado e estrategicamente implementado de acordo com a racionalidade trazida pelo planejamento. Uma racionalidade poderia ser forjada a partir de um diagnóstico que identificasse as causas do subdesenvolvimento, para averiguar como a renda se distribui e é usada na coletividade. Enfim, no geral, consiste em apreender, em estudo, as estruturas e dinâmicas de funcionamento da economia e sociedade (Furtado, 1978), que no pensamento do autor advém das suas atribuições e atividades da CEPAL.

Furtado (1978, p.279) também indica a necessidade da atenção que deve ser dada à coerência do planejamento com os objetivos de longo prazo, a saber, o de ordenar os processos econômicos e promover o desenvolvimento. Apreende-se que isso tangencia o papel do planejamento para orientação dos investimentos, promovendo a diminuição da incerteza, e do papel dos bancos de desenvolvimento, como por exemplo, bem como do aporte da política fiscal que deve balizar o investimento público quando preciso, além de tornar a distribuição da renda menos desigual e regressiva. Em suma, o planejamento promove disciplina e racionalidade para a ação estatal. Mas, para além de estimular a economia, o planejamento precisa ter o papel preponderante de corrigir estruturas arcaicas. Teria, portanto o intuito de superar a estagnação econômica e do próprio desenvolvimento. Isso nos leva à contribuição de Furtado às concepções de planejamento como método de governar e como técnica de administrar para a finalidade de transformação estrutural, conforme colocado nas palavras do autor,

O planejamento como esforço ordenador da ação, em função de objetivos preestabelecidos, pode concretizar-se em dois planos distintos. Primeiramente,

como esforço interno de disciplina da própria ação estatal, independentemente dos fins colimados por esta. Em segundo lugar, como esforço externo do Estado para imprimir maior racionalidade aos processos econômicos, visando ao logro de objetivos de autotransformação que se propõe a própria coletividade. Num caso temos o planejamento como técnica de administrar, no segundo, método de governar. Como técnica administrativa o planejamento é totalmente neutro, no sentido de que sua racionalidade é meramente formal. Como método de governar, o planejamento expressa uma política, cujo conteúdo é determinado concepção da ação estatal que preconiza um grau relativamente avançado de centralização das decisões mais importantes relacionadas com a produção e a utilização da renda social. Como a centralização de decisões no plano econômico somente se justifica se se tem em mira modificar a estrutura econômica e social, como método de governo, o planejamento somente pode ser adotado por uma sociedade que tem, não só o desejo, mas também a possibilidade real de se autotransformar (Furtado, 1968, p. 114).

Para tanto, as estruturas de poder não podem ser alheias às transformações trazidas pelo desenvolvimento, isto é, o planejamento para a superação do subdesenvolvimento também requer vontade política, uma vez que é essa que determinará as direções, ou a ausência delas, da atuação do Estado (Furtado, 1968, p.116). Quando se trata de uma nação periférica e subdesenvolvida, o planejamento possui um grau maior de complexidade, pois também joga com valores políticos (Furtado, 2008, p. 11). Isso faz o autor chegar à conclusão de que essa ação prática do Estado mediante o planejamento requer reformas políticas profundas, uma vez que teria a capacidade de alterar as estruturas de poder e implementar uma institucionalidade em favor das necessidades reais da nação, em prol da resolução dos impasses históricos.

Em suma, o planejamento é essencial para que o Estado possa estar munido de capacidades para enfrentar as estruturas subdesenvolvidas que travam o desenvolvimento, principalmente a concentração de renda. Nas palavras de Furtado (2008, p.11), “não existe ação ampla sem planejamento, do contrário será como uma brincadeira de cabra-cega, será um jogo de tentativa e erro. Um governo que não tem plano é porque, na verdade está sem roupa, está sem saber para onde vai”. As mudanças estruturais, nesse raciocínio, transcendem a política econômica.

Portanto, novamente é colocada a importância da ação estatal nesse processo no seu sentido político, tendo em vista que

É fácil inferir que na América Latina o desenvolvimento não poderá ser simples resultante das forças que operam espontaneamente nos mercados. Somente a ação consciente e deliberada de órgãos centrais de decisão poderá levar adiante esse desenvolvimento. O que se chama correntemente de a “revolução latino-americana” consiste na tomada de consciência desse problema e num esforço, ainda que disperso e descontínuo, visando criar um

sistema de instituições políticas capazes de superintender as mudanças sociais sem as quais o desenvolvimento não será viável. (Furtado,1968, p.40.)

Fica claro, assim, que a superação dos condicionantes do subdesenvolvimento perpassaria pela ação política e deliberada do Estado para criação de um sistema de instituições políticas para balizar as mudanças sociais que o desenvolvimento requer, principalmente no que tange a forma como a renda é distribuída. Nesse caso, não como uma instituição apolítica ou desarticulada com as tensões sociais e conflitos de classes. Mas, como o campo onde essas tensões trazidas pela penetração do progresso técnico possam gerar processos de decisões autônomos a fim de resolver os problemas historicamente determinados, com o auxílio preponderante do planejamento, o qual também requer aspirações políticas. De todo modo, o objetivo também perpassaria por gerar uma consciência social em prol da coesão social, que seria construída pela via da política.

Por fim, essa forma do autor enxergar o Estado e trazer os aspectos políticos para a centralidade do debate da estagnação, já que esses seriam fatores dinâmicos básicos, marca uma evolução de pensamento e na construção teórica de Celso Furtado neste assunto, para além da abordagem da CEPAL, que marcou a primeira fase de sua obra. Pois, a política toma lugar no que se refere às decisões acerca da dinâmica econômica, pautada em dependência e concentração de renda, no ideário do desenvolvimento, tanto como caminho de superação das estagnações, quanto acrescido de seu sentido operacional em relação ao planejamento.

Capítulo II

A controvérsia da estagnação para a compreensão teórica do subdesenvolvimento

2.1 A crítica de Tavares & Serra e a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil

Conforme visto no capítulo anterior, o posicionamento de Celso Furtado em relação à estagnação está ligado com o ponto de vista estrutural da economia, o que denota uma preocupação com o longo prazo e com o futuro das sociedades latino-americanas. E isto nos leva a afirmar que sua perspectiva estrutural tem uma visão de longo prazo. Dessa forma, o intuito deste capítulo não é elaborar uma reconstrução de um debate que já está amplamente estabelecido dentro do pensamento econômico brasileiro¹⁸, e sim o de uma recuperação de elementos estruturais que vão se qualificar nos anos 1960 e 1970 pela discussão da desigualdade estrutural e a tendência à concentração de renda no Brasil. Ou seja, de apreender elementos teóricos estruturais que podem auxiliar na compreensão do subdesenvolvimento a partir das colocações do debate. Nossa posição é que a formulação e o entendimento sobre o subdesenvolvimento serão ampliados para uma discussão de desenvolvimento do capitalismo que opera de forma desigual, este sim com capacidade de afetar a dinâmica de longo prazo tendo em vista os determinantes estruturais.

Com essa perspectiva, este capítulo tratará primeiramente das críticas a Furtado e colocações de T&S sobre o padrão de acumulação, respeitados os níveis de abstração teóricos. Na segunda seção iremos tratar da reafirmação do ponto de vista estrutural como sobrepujante ao da acumulação de capital para a compreensão do subdesenvolvimento, bem como ressaltar que Celso Furtado tem o subdesenvolvimento como principal objeto de estudo, utilizando a questão da estagnação como uma forma de argumentação da sua construção de pensamento.

2.1.1 Padrão de acumulação e dinâmica econômica: notas sobre o nível de abstração teórico de Tavares e Serra.

A crítica que Tavares e Serra (1971) expõem no texto *Além da estagnação*, o qual marca uma das maiores controvérsias do pensamento econômico brasileiro, teve o objetivo de superar o modelo dito estagnacionista de Celso Furtado, trazendo consigo uma interpretação da

¹⁸ O que poderia ser traduzido como um caráter de "inventário" do debate, o que não é o nosso objetivo. Este é o de avançar na compreensão do subdesenvolvimento a partir dessa controvérsia.

dinâmica econômica a partir dos desdobramentos de um novo padrão de acumulação, que demarcaria um tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil na quadra histórica em questão. Para fins de uma abordagem coerente com as contribuições teóricas e analíticas dos autores envolvidos neste debate, nos parece pertinente elaborar um esforço de delimitação dos níveis e planos de abstração teóricos. Isto, não somente do ponto de vista da honestidade intelectual, para não tropeçarmos em incongruências e injustiças em relação às abordagens, mas, principalmente, a fim de tratar com rigor, do prisma epistemológico, os fundamentos teóricos que as vertentes possuem e como esses refletem nas suas contribuições.

Tal delimitação vai nos permitir compreender o pano de fundo teórico das críticas feitas por T & S na tentativa de superar as teses estagnacionistas, bem como a capacidade ou não de abrangência desse nível de abstração da qual os autores partem para a compreensão do subdesenvolvimento. Como visto amplamente no capítulo anterior, o plano teórico pelo qual parte Celso Furtado está situado no nível do estruturalismo, o qual busca compreender as faces do subdesenvolvimento a partir do método histórico-estrutural. Esta seção em especial tratará do nível de abstração teórico que T & S partem, que é o da perspectiva do padrão de acumulação, o qual perpassa não somente pelo artigo dos autores mas pela sua obra, principalmente a de Tavares, sobre o qual também se debruça em obras posteriores¹⁹.

O nível teórico do padrão de acumulação provém a partir da construção de uma interpretação do desenvolvimento capitalista no Brasil, o qual se daria de maneira particular, feita pela Escola de Campinas, a qual teve como seus principais expoentes, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, José Serra e João Manuel Cardoso de Mello (Almeida Filho, 1993, p.4). De acordo com Tavares (1975, p. 35), o conceito de padrão de acumulação estaria ligado com “as relações entre a diferenciação da estrutura produtiva e a distribuição social da renda”. Nesse sentido, os padrões de acumulação seriam caracterizados pelas distinções dos modos sobre como ocorre a articulação entre a produção e distribuição, sendo esta entre salários e pagamentos ao capital, ou seja, como ela é integrada dinamicamente na economia, partindo dos modelos departamentais de Kalecki. Em síntese, tal conceito abriria margem para o entendimento sobre como se modificam as características básicas de articulação endógena entre distribuição de renda e produção nos diferentes padrões históricos de acumulação (Tavares, 1975, p. 35).

¹⁹ A título de exemplo, o livro intitulado *Acumulação e industrialização* (1986), bem como o de seu texto na coletânea feita por Tolipan e Tinelli em 1975.

O objetivo da autora, partindo de tal premissa, é o de compreender como as contradições entre a produção e a realização, conforme o padrão produtivo e do progresso técnico, são superadas dinamicamente, orientando o processo de acumulação através da história (Tavares, 1975, p.37). Em outras palavras, partir-se-ia da indagação sobre como as contradições se resolveriam, através das modificações da produção e distribuição da renda, no intuito de superarem um padrão anterior supostamente baseado em desaceleração, crise ou decadência, e ainda por cima serem capazes de gerar dinamicidade econômica. De todo modo, a perspectiva de padrão de acumulação seria, em tese, capaz de explicar o funcionamento de diferentes etapas de desenvolvimento de forças produtivas e como elas se articulam, isto é, expondo o funcionamento do sistema em determinado período histórico (Almeida Filho, 1993, p.7), além de fornecer indícios sobre como a dinâmica social funciona para ser capaz de reproduzir o capitalismo endogenamente (Tavares, 1986, p.128). Bielschowsky (2011, p. 239) afirma que o padrão de acumulação interno depende das condições de realização do excedente mediante determinação das decisões de investimento e a operação do multiplicador endógeno. Diante disso, percebe-se que esse nível de abstração teórico privilegia aspectos internos do movimento de acumulação, com ênfase no andamento de seus ciclos, com olhar atento à dinâmica econômica. Então, podemos afirmar que este seria um plano teórico da dinâmica do padrão de acumulação, uma vez que privilegiaria a compreensão do dinamismo econômico a partir das percepções da demanda efetiva, mesmo que sobressaindo os aspectos produtivos, das estruturas de oferta.

No objetivo de contextualização do debate da estagnação, a partir de uma leitura através das abstrações do nível da dinâmica do padrão de acumulação, T & S estão preocupados em discutir quais são as características de um novo tipo de padrão de acumulação que seria funcional para conferir dinâmica à economia. Essa afirmação faz sentido quando vislumbrado o bojo da Escola de Campinas, tendo em vista João Manuel Cardoso de Mello (1982) em *O capitalismo tardio* que visa compreender os determinantes sociais internos e externos do processo econômico, ou seja, de um certo tipo de capitalismo que é desenvolvido no Brasil, o qual se deu de maneira tardia e periférica. O autor, portanto, constrói uma periodização histórica desse capitalismo tardio, no qual considerou as condições históricas particulares, econômicas e sociais, para além da abordagem cepalina, cujo discurso estaria organizado em torno da ideia de independência econômica no sentido de que a industrialização levaria ao desenvolvimento (Mello, 1982). Para além disso, o autor critica a visão cepalina de que a história econômica latino-americana seria acompanhada por uma sucessão de situações de dependência, sem levar em consideração os condicionantes sociais e políticos internos (Mello, 1982, p. 24,25). Dessa

forma, o autor sugere que seja dada maior preocupação e privilégio acerca dos determinantes internos da dinâmica social, e isso significaria que

Teria sido preciso, enfim, que não se localizasse o equívoco do pensamento da CEPAL na abstração dos condicionantes sociais e políticos, internos e externos, do processo econômico, mas que se pensasse, até as últimas consequências, a história latino-americana como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo (Mello, 1982, p. 26).

Nessa perspectiva, na análise de um capitalismo particular, que completaria sua transição de maneira tardia e periférica, o autor se debruçou sobre a problemática da industrialização retardatária, a fim de compreender os processos históricos que em diferentes momentos não puderam concluir tal transição por possuírem limitações. Não obstante, constrói uma periodização dos padrões de acumulação no intuito de verificar os motivos pelos quais a economia não conseguiu alcançar patamares de dinamismo próprio, de assegurar endogenamente dinamicidade econômica. Conforme a citação abaixo:

Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras, já o dissemos, o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina. Porém, o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente, isto é, dentro das economias latino-americanas, face à ausência das bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção. Abre-se, portanto, um período de transição para o capitalismo (...) penso que o conceito de forças produtivas capitalistas prende-se a um tipo de desenvolvimento das forças produtivas cuja natureza e ritmo estão determinados por um certo processo de acumulação de capital. Isto é, aquele conceito só encontra sua razão de ser na medida em que se defina a partir de uma dinâmica da acumulação especificamente capitalista (...) deste ponto de vista, pensamos em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de processo de criação das bases materiais do capitalismo. Quer dizer, em termos da constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital, vale dizer, de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital (Mello, 1982, p.96-98).

Desse modo, um dos objetivos desse nível teórico é o de apreender através da dinâmica do capital, como este supera suas próprias contradições para alcançar sua autodeterminação de maneira endógena, para que esta seja predominante nas diversas esferas sociais que passa a reger. E observa-se, por esta perspectiva, que no decorrer da história os condicionantes internos determinaram o ritmo e os limites desse capital, o qual caracterizaria certo padrão de acumulação.

Na ótica do capitalismo tardio, os diferentes períodos dos respectivos padrões, a saber, o do nascimento da indústria e acumulação industrial via capital cafeeiro, a industrialização restringida e a industrialização pesada (Tavares, 1986), trouxeram consigo as bases materiais para um novo e respectivo tipo de dinâmica capitalista, as quais puderam ser capazes, ou não, de gerar endogenamente dinamicidade econômica. Não é nosso objetivo fazer digressões de cada um padrão de acumulação em específico²⁰. No entanto, é válido ressaltar que o período da industrialização restringida, que perpassaria do momento do deslocamento do eixo dinâmico da economia até o Plano de Metas, é caracterizado pelas limitações da autodeterminação do capital endogenamente pelo problema da escassez de divisas que restringia o financiamento dos investimentos, e pelo setor-chave não ser capaz de encadear os demais ramos e, portanto, não promover avanços dinâmicos a partir do progresso técnico, tendo em mente a descontinuidade tecnológica. Com isto, as restrições desse padrão de acumulação de capital para sua autodeterminação dinâmica consistiam em restrição financeira, técnica e externa. Com o advento do Plano de Metas essas questões viriam a ser contornadas pelo grande plano de investimentos em infraestrutura e alteração dos marcos institucionais para a entrada de capitais estrangeiros através das multinacionais e investimentos diretos estrangeiros no país. Dessa forma, o processo de industrialização pesada, baseado em uma massa de investimentos complementares permitiram a oferta se antecipar à demanda, de maneira a difundir progresso técnico uma vez criada capacidade de crescimento acelerado da capacidade produtiva. Foi uma expansão apoiada no Estado e no capital estrangeiro, resolvendo as questões que anteriormente restringiam o capital. Porém, a euforia do crescimento auferido mediante o Plano de Metas se tornou branda por conta da desaceleração do crescimento no início dos anos 1960, quando foram expostas as contradições desse modelo uma vez que foi acompanhado pela aceleração da inflação, déficit público e desequilíbrio no Balanço de Pagamentos.

Para o nosso debate, como será melhor abordado mais adiante, T & S buscam compreender a dinâmica da acumulação de capital em um momento histórico em que se observa os efeitos das reformas promovidas pelos governos militares na década de 1960, a reforma tributária, financeira e do PAEG. Essas medidas possibilitaram um certo dinamismo econômico, no momento conhecido como o “Milagre” econômico, depois de praticamente uma década de estagnação e desaceleração do crescimento, após o período de expansão acelerada vinculado ao Plano de Metas. A hipótese dos autores consistia na ideia de que as reformas dos anos 1960 constituíram um novo padrão de acumulação que promoveu a retomada do

²⁰ Ver mais em Mello (1982), capítulo 2 e Tavares (1986), capítulo 3.

crescimento, gerando fontes endógenas de expansão, ainda que alimentando a heterogeneidade estrutural (Bielschowsky, 2011).

Percebe-se, desse modo, que Mello e Tavares possuem e se movem em torno de uma problemática teórica em comum, a de buscar compreender a dinâmica do padrão de acumulação de capital em determinado período histórico. Tal plano privilegia os aspectos internos da economia na finalidade de buscar o eixo dinâmico da reprodução do capital, na finalidade de apontar explicações endógenas de um ciclo de expansão. Trata-se, observando em um primeiro momento, de uma perspectiva que pode até indicar contradições dos próprios modelos e padrões de acumulação.

A partir dessa distinção dos níveis de abstração teórica, é necessário ressaltar que o debate coloca em lados opostos as contribuições de Furtado e as de Tavares & Serra no que se refere à estagnação econômica. Contudo, em termos de preocupações sociais, políticas, as diferenças não chegavam necessariamente a uma oposição, a não ser no ponto de vista da construção teórica. Como colocado anteriormente, a crítica teórica feita por Tavares e Serra tem validade acadêmica, pois Celso Furtado é um autor tipicamente autodidata, com vasto ecletismo intelectual e diversas referências teóricas em seus estudos, cuja preocupação central é sustentar como as ações do Estado, a partir do movimento político, atuariam em prol do desenvolvimento econômico e social. Contudo, esse autodidatismo e ecletismo intelectual podem vir a ser fontes de questionamento quanto ao rigor teórico do autor, conforme abriu brechas para T & S fazerem essa crítica.

Quanto à dimensão estrutural, havia elementos que foram reforçados na crítica dos autores, numa postura de superação dialética. Postura de superação dialética, porque parece-nos evidente que Tavares e Serra corroboravam os elementos postos por Furtado na dimensão estrutural, em nível de diagnóstico da economia brasileira, mas não viam esta situação como insuperável na perspectiva da dinâmica econômica, o que é reforçado pelo contexto histórico do debate em questão. Neste aspecto, o esforço de delimitar os autores em planos teóricos distintos nos blinda de ficarmos reféns da impressão de que T & S estabeleceram sua crítica a partir de elementos conjunturais, sendo que eles estavam preocupados com o novo padrão de acumulação em ascensão, com a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil naquele momento, que para eles estava vivenciando uma mudança com o advento do “milagre”.

Por isso, sublinhar e ressaltar essa diferença de nível de abstração teórica é importante e necessária, uma vez que nos imputa rigor metodológico para afirmar preliminarmente, que,

pelo que foi posto sobre o plano da dinâmica da acumulação de capital, T & S necessariamente não estavam preocupados com o subdesenvolvimento em si, ou com elementos estruturantes que pudessem interferir de maneira a limitar tal padrão de acumulação e o alcance da superação do subdesenvolvimento, tal qual Celso Furtado se esforçara. Mas, é importante deixar claro que nosso objetivo com isto não é o de renegar as contribuições de T & S. Elas possuem sua validade acadêmica e lugar no pensamento econômico brasileiro. No entanto, é o de afirmar que de fato estavam em planos teóricos distintos e opostos, o que pode ser um indício de que T & S não possuem em sua construção de argumentação elementos estruturantes suficientemente capazes de compreender as condicionalidades do subdesenvolvimento, primeiro, por não ser este seu objeto de discussão. Vejamos, pois, a crítica à estagnação e seus desdobramentos de discussão, para depois avançarmos na crítica a esse plano de abstração na compreensão do subdesenvolvimento e à própria crítica.

2.1.2 Uma tentativa de reinterpretação do estilo de desenvolvimento brasileiro

No capítulo anterior foi afirmado que o desenvolvimento, para além do crescimento econômico, foi restringido pelas instituições e pelo *modus operandi* da política nacional, que não tinham condições de promover uma autêntica política de industrialização, que fosse capaz de superar o subdesenvolvimento. Ao contrário, intensificou as contradições desse modelo, intensificando problemas sociais e a exclusão da coletividade nos ganhos da produção. Dessa forma, não haveria condições viáveis para se assegurar a continuidade do desenvolvimento porque o Estado até poderia operar em prol do crescimento, mas isso implicaria em elevado custo social, tendo em vista que esse seria estruturalmente concentrador de renda e dependente. Pode-se afirmar, então, que o modelo de crescimento e de (sub)desenvolvimento dos países periféricos latino-americanos era baseado em desigualdade. O fim seria a estagnação, não apenas estrito ao sentido do crescimento econômico, mas, ao nosso entender, em seus múltiplos sentidos no tecido social e econômico. Isso significa que a estagnação, para Celso Furtado ([1966] 1968), apresentava dimensões estruturais.

Por sua vez, o artigo *Além da estagnação* (1971), de Tavares e Serra, trata do estilo de desenvolvimento que o Brasil estaria vivenciando no período final aos dos anos 1960, em diálogo com as proposições de Celso Furtado acerca da estagnação. Os autores partem da premissa de que a economia brasileira apresentava particularidades, que a caracterizavam como uma economia capitalista especial. O principal objetivo desse texto, conforme os autores, foi o

de “abrir a discussão sobre as características fundamentais do desenvolvimento recente no Brasil” (Tavares e Serra, [1971] 2000, p. 591). O período histórico e que os autores escreveram o trabalho foi muito singular, uma vez que, na década que o precede, mais especificamente do final dos anos 1950 a 1967, o Brasil vinha apresentando desaceleração econômica, acompanhado por tendência inflacionária e deterioração dos indicadores macroeconômicos, após um período de grande expansão durante o Plano de Metas. Após quase uma década de desaceleração, o Brasil passa a obter taxas expressivas de crescimento econômico a partir do final dos anos 1960, o que desperta certa curiosidade dos autores para compreender esse fenômeno a partir do “Milagre”.

Portanto, é colocada a importância de se buscar uma nova interpretação desse suposto novo estilo de desenvolvimento econômico, já que para ambos, “a crença na estagnação tem prejudicado significativamente as interpretações sobre o funcionamento e a dinâmica de algumas economias da região” (Tavares e Serra, [1971] 2000, p. 591). A partir desse primeiro e mais geral vislumbre dos objetivos do estudo dos autores, fica a impressão de que os planos de análise são distintos dos quais Furtado estava tratando, que era voltado mais para o ponto de vista estrutural, enquanto Tavares & Serra buscavam compreender o tipo de capitalismo que estava se estabelecendo no Brasil na quadra histórica em questão.

Em síntese, os autores estavam engajados em entender como o capitalismo brasileiro estava funcionando naquele momento, tendo em vista as transformações da história econômica recente daquele momento, permeada pelas políticas do PAEG, da Reforma Tributária e Financeira, que remodelou as formas de organização econômica do país nos primeiros anos dos governos militares. Inclusive, para além da compreensão, os autores tinham a intenção de buscar certas contradições deste “novo modelo” de crescimento. Hipoteticamente, essa estrutura de análise supriria certas lacunas deixadas pelas teses estagnacionistas, já que

Nossa abordagem permitirá distinguir as formas particulares que assumem na economia brasileira elementos básicos que presidem o funcionamento de uma economia capitalista. Tais elementos se relacionam com os processos de expansão, difusão e incorporação do progresso técnico e de reconcentração econômica. Com o exclusivo propósito de registrar ideias para serem exploradas em análises posteriores, concluímos o ensaio com algumas indicações sobre o caráter das contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro (Tavares e Serra, [1971] 2000, p. 592).

Ao contrário do que afirmava Furtado (1968), os autores enxergavam a perda do dinamismo da industrialização capitaneada pelo PSI como uma fase do desenvolvimento brasileiro, não como uma tendência estruturante. Para os autores, essa fase que se inicia em tal

esgotamento do modelo de crescimento e desenvolvimento a partir do PSI, seria um período de transição para um novo estilo de desenvolvimento capitalismo no Brasil (Tavares e Serra, [1971] 2000, p. 592), o que sugeriria um novo modo de acumulação de capital. Esse novo esquema poderia até mesmo apresentar certo dinamismo ao passo que reforce a exclusão. Nele, mesmo com subemprego dos fatores de produção e baixa produtividade do trabalho, haveria espaço para criar impulsos de expansão, como aqueles que as reformas do PAEG engendraram. Para os autores, o endossamento de estruturas arcaicas mesmo com um novo padrão de desenvolvimento levou autores como Celso Furtado a crer que a economia não poderia auferir capacidade de dinamismo. No entanto,

Marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo, entre outros, não constituem em si mesmos, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica econômica capitalista, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os problemas referentes à absorção de poupanças, oportunidades de investimento etc (...) No caso brasileiro, em particular, apesar de que a economia tem-se desenvolvido de modo extremamente desigual, aprofundando um conjunto de diferenças relacionadas com consumo e produtividade, logrou-se estabelecer um esquema que possibilita a geração de fontes internas de estímulo e expansão que confere dinamismo ao sistema (Tavares e Serra, [1971] 2000, p. 593).

Isso significa que, embora as estruturas concentradoras, as quais são centrais para o condicionamento de uma tendência estrutural à estagnação, conforme contribuiu Furtado, se intensificassem nesse padrão em gestação, o mercado interno acharia em si mecanismos dinâmicos para obter crescimento. Isso porque essas não configurariam contradições para travar o dinamismo econômico em uma economia subdesenvolvida, ao contrário, poderiam ser fontes de expansão, uma vez que fariam parte de um pano de fundo das decisões de investimento produtivo. E essa seria uma característica importante, uma especificidade do tipo de capitalismo desenvolvido no país, a qual a concentração de renda seria funcional para o dinamismo econômico.

A crítica ao modelo de estagnação de Furtado se dá em algumas vertentes (Salm, 2011). A primeira, em relação à falta de rigor teórico-metodológico que supostamente o autor teria quando utilizava a relação produto-capital (Y/K) como indicador de perda de dinamismo. Para os autores, o esquema estagnacionista furtadiano consistia no fato de que o aumento da relação capital-trabalho (K/L) do modelo industrializante levaria a uma concentração de renda, tendo em vista que não absorveria uma mão de obra suficientemente capaz de estabelecer um mercado consumidor pujante e, conseqüentemente, levaria a um fraco crescimento da demanda agregada que, por sua vez, implicaria em uma tendência de queda à taxa de lucro, impedindo de se

acumular poupança para novos investimentos. Um ponto de crítica para os autores é justamente em relação à determinação do investimento, que por Furtado é dado pela poupança, o que é rejeitado por Tavares & Serra, tendo em vista que o investimento não seria condicionado pela poupança prévia, no ponto de vista keynesiano.

Esse raciocínio, da forma como foi apreendido pelos autores, parece estar equivocado, uma vez que, segundo eles, o processo de esgotamento do PSI se daria mais por conta do declínio dos níveis de investimento do que com a diminuição da relação Y/K , ocasionada pela relação K/L (Tavares e Serra, [1971] 2000, p. 596). A relação Y/K parece ser o ponto onde a crítica se torna mais acalorada. Para Tavares & Serra, essa relação não seria adequada ou suficiente para explicar o funcionamento de uma economia de modo de produção capitalista, tendo em vista que, em um ponto de vista keynesiano, não seria a determinante do cálculo empresarial para o investimento, variável-chave nessa economia. Nesse ponto de vista, a taxa de lucro esperada era a variável a ser considerada para determinar os investimentos. Assim, a relação produto-capital seria insuficiente para explicar a estagnação, por não ser essa a variável dinâmica da economia. Por isso, em contexto histórico permeado pelo “milagre”, os autores percebem taxas elevadas de crescimento e investimento, os levando a crer que o dinamismo poderia ser tangível e, portanto, a estagnação superada.

Outro ponto que fora destacado é em relação a um pressuposto de equalização das taxas de lucro utilizada por Furtado para capitanear a relação Y/K , a qual fora inspirada nos modelos de crescimento de Harrod-Domar, e de demais modelos que Furtado teve contato no período que ele esteve na escola de Cambridge, os quais pregavam que a economia, em uma determinada taxa de poupança e grau de desenvolvimento tecnológico alcançaria uma taxa natural de crescimento, admitindo-se a substitutibilidade dos fatores de produção. Para os críticos, esse pressuposto os levaria a estigmatizar o modelo da estagnação como de corte neoclássico. Mas, entrando na crítica a este ponto propriamente dito, os autores se valem das teorias de vertente schumpeteriana com finalidade de afirmar que essa percepção estaria equivocada, tendo em vista que os mercados são imperfeitos e que no capitalismo brasileiro, os mercados operam de maneira oligopolizada e com forte peso do monopólio tecnológico (Tavares e Serra, [1971] 2000, p. 597). Como bem observado por Coutinho (2019),

A contestação de Tavares e Serra à hipótese de nivelamento da taxa de lucros apoia-se nas modernas teorias do oligopólio, que admitem diferenciais de lucros entre os setores da indústria. Os dois críticos complementam a demonstração das inconsistências internas do modelo de Furtado com o recurso à ‘taxa de exploração’, da tradição marxista. A elevação desse excedente sobre os custos salariais, um resultado típico de indústrias intensivas

em capital, explicaria a possível elevação dos lucros, mesmo em situação de queda da relação produto/capital (Coutinho, 2019, p. 749).

Outro aspecto de uma suposta falta de rigor teórico e metodológico de Furtado diz respeito à questão de como o progresso técnico poderia interferir na relação Y/K , de maneira a obter efeitos contrários aos que pudessem levar à estagnação. O progresso técnico traria efeitos positivos sobre a relação Y/K e, assim, para a acumulação, de modo que a produtividade do trabalho elevaria os ganhos de renda. Fazendo um paralelo com a concepção marxista, afirmam que haveria um aumento da taxa de mais-valia sendo proveniente dessa produtividade capitaneada pelos ganhos do progresso técnico, o que os faz concluir que a taxa de lucro não necessariamente tenderia a cair e a acumulação continuaria sem maiores entraves (Tavares e Serra, [1971] 2000, p. 598-599).

Essa visão é complementar aos argumentos trazidos anteriormente acerca dos mercados imperfeitos, uma vez que a diferenciação setorial da indústria implicaria em diferentes níveis de produtividade do trabalho. Salm (2011) percebe esse ponto sublinhado pelos autores, na perspectiva de uma intenção de superar o aspecto dual dentro de uma análise do desenvolvimento do capitalismo de uma economia.

Este estado de coisas implicava, pois, a coexistência generalizada de grandes diferenciais de produtividade, não apenas intersetoriais, mas também intrasetoriais. A análise realça a constante (re)criação de diferenciais de produtividade em todos os setores, em lugar de insistir na contraposição entre dois setores, moderno e tradicional, ambos bem delimitados, como no esquema agricultura versus indústria (Salm, 2011, p. 185).

Nesse sentido, apreende-se que este ponto da crítica dos autores está bem fundamentado e parte do vislumbre da estrutura de oferta, dando atenção aos efeitos do progresso tecnológico sobre a produtividade no mercado interno, enquanto, por outro lado, Celso Furtado apontara sobre as problemáticas que essa estrutura traria para uma composição de uma estrutura de demanda vulnerável.

A segunda vertente da crítica tratava justamente de uma interpretação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil naquela quadra histórica referente ao “milagre” econômico, que estava longe de caracterizar estagnação do crescimento. Para os autores, o momento de desaceleração econômica no período posterior ao Plano de Metas se deu por conta de problemas de demanda e de financiamento. Em relação à demanda os autores também exaltam a questão da concentração de renda e do consumo ficar restrito às classes mais elevadas

em detrimento das classes médias. Já em relação ao financiamento, os custos se demonstravam como entrave para os novos projetos de investimento, bem como o sistema financeiro ainda precário (Tavares e Serra, [1971] 2000, p. 601). Esses aspectos formularam o que os autores chamaram de “tendência à desaceleração”, que viria ter seu quadro alterado a partir das reformas implementadas por Bulhões e Roberto Campos, e pelo Plano de Ação Econômica do Governo, o PAEG. E, seriam essas reformas que abririam caminho para um novo modelo de desenvolvimento, uma vez que estiveram voltadas para um reordenamento e reorganização do funcionamento da economia. Desse modo, se instauraria um novo padrão de acumulação e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Em relação ao PAEG e às reformas tributária e financeira, Salm (2011, p.185) fornece um bom panorama, principalmente no sentido da reorganização do sistema financeiro do Brasil, com a criação do Banco Central e a instituição das ORTNs, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, as quais viabilizariam o financiamento dos déficits públicos (Salm, 2011, p. 182). Outra medida importante, seria a expansão do crédito para o mercado consumidor, o que daria às classes médias a possibilidade de acesso ao consumo, o qual levaria a um maior aquecimento da demanda agregada e possível encadeamento produtivo. Por outro lado, uma das principais políticas adotadas pelo governo da ditadura militar foi o arrocho salarial, na justificativa do combate à inflação, fazendo com que houvesse uma forte queda real do salário-mínimo ao longo dos anos 1960. Tal compressão salarial viria no sentido de redistribuir a renda em favor dos lucros dos empresários, estimulando internamente os investimentos, tendo em vista que o problema dos custos seria contornado. Vale destacar que o momento internacional era distinto ao do final da década de 1950, no sentido de que o Brasil teve maiores facilidades de financiamento externo, o que os autores não abordam de maneira aprofundada em seu texto, mas que fora determinante para o avanço dos investimentos privados. Em relação a isto, no entanto, fica evidente certa conveniência da possibilidade de expansão com atração de capital estrangeiro para financiamento de curto prazo.

Por sua vez, o problema de demanda fora contornado pelas políticas de crédito que aqueceram sobremaneira o consumo no período, e o problema do financiamento superado através da concentração da renda com a compressão salarial durante o período do “milagre”. Esses fatores levaram os autores a crerem que uma nova forma de funcionamento e organização da economia brasileira foi estabelecida com as reformas e com o PAEG, de maneira a propiciar mecanismos de estímulos internos à acumulação de capital que seria baseada em maior concentração de renda. Em relação a isto, conforme assinalado por Salm,

Quanto a um ponto central, o da concentração/desconcentração da renda pessoal, Tavares e Serra creditam à política econômica de então a capacidade de gerar a demanda adequada às necessidades do aparelho produtivo montado, o que contornaria a estreiteza do mercado consumidor e evitaria a queda na relação Y / K . Como? Basicamente por meio de dois mecanismos já referidos: a criação do sistema de financiamento para aquisição de bens duráveis de consumo e a promoção da queda do valor do salário-mínimo, o que, ao permitir a abertura do leque salarial, favoreceu as classes médias. Ambos os mecanismos teriam contribuído decisivamente para a recuperação da economia via estímulo à demanda. Em decorrência, a massa de renda capaz de sustentar o consumo “moderno” ou dinâmico teria quase dobrado na década de 1960. Seria, portanto, um equívoco falar em tendência à estagnação seja pela falta de mercado consumidor decorrente da má distribuição de renda, seja pela insuficiência de poupança (Salm, 2011, p.186-187).

Desse modo, ainda que preservadas essas estruturas desiguais, que para Furtado levariam a uma tendência à estagnação, a economia poderia garantir dinamicidade econômica. Ter-se-ia, portanto, o novo estilo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, desigual, concentrador, mas capaz de auferir dinamismo, a partir de um estudo que procurou privilegiar os condicionantes internos desse tipo de acumulação. Nas palavras dos autores, “O capitalismo brasileiro tinha condições para passar a um esquema de expansão cujos estímulos emanassem do próprio sistema” (Tavares e Serra, [1971] 2000, p. 605).

De acordo com Tavares e Serra, os problemas de demanda e de financiamento que a economia apresentava na década de 1960 tinham sido resolvidos por concentração da renda, com a compressão de salários. Parte do financiamento próprio do capital privado se deu mediante o regime salarial do período que, com o arrocho salarial imposto pelas reformas, diminuiu os custos com salários. Além disso, a inflação, alimentada pela indexação, atuava como mecanismo de concentração de renda em favor das grandes empresas, o que preservava as margens de lucros. De todo modo, o relevante a reter é que a ação governamental, do próprio Estado autoritário então vigente, caminhava no sentido de subsidiar e agir em favor dos lucros privados, incluindo financiamento ao investimento privado a juros baixos, via BNDE.

Depreende-se, a partir disso, que o argumento central de Tavares e Serra é o de que a economia brasileira poderia ter dinamismo, ainda que se preservasse as estruturas arcaicas, com concentração de renda, desigualdade, dependência (ainda que não muito atentos a essa questão, como se verá mais adiante) e exclusão social. Isto significava afirmar que o padrão de desenvolvimento dependente, desigual, não resultava necessariamente em estagnação. No entanto, é necessário ressaltar que o debate coloca em lados opostos as contribuições de Furtado e as de Tavares e Serra no que se refere à estagnação econômica. É importante, para fins deste trabalho, que este é o plano sobre o qual os autores estão debruçados, já que é sobre o

ordenamento desse “novo” tipo de capitalismo, nessa quadra histórica que antecede e é contemporânea ao “milagre”, que os autores estão debruçados e empenhados em compreender. Contudo, em termos de preocupações sociais, políticas, compreendemos que as diferenças não chegavam necessariamente a uma oposição, ainda que a dimensão política e sua influência sobre a temática da estagnação não fosse tratada com a tamanha importância tal qual Furtado dera. Como colocado anteriormente, a crítica teórica feita por Tavares e Serra tem validade acadêmica. Isto pois o raciocínio estagnacionista foi furtado de certo rigor teórico por, ao nosso ver, Celso Furtado ser um autor cuja construção intelectual é orientada para a ação, com vasto ecletismo intelectual, (Furtado, 1962), cuja preocupação central é sustentar ações do Estado em prol do desenvolvimento econômico e social. Isto é, o autor utiliza-se da estagnação para ilustrar o subdesenvolvimento, seu objeto de estudo e preocupação.

Entretanto, à título de ilustração, em entrevista feita com Tavares, Fernandes (2023) expõe que a autora se posiciona veementemente contra a estagnação, no sentido de que poderia haver ciclos econômicos em que teriam entraves para o potencial multiplicador, mas não uma estagnação estrutural, já que “sempre fomos uma economia dinâmica” (Fernandes, 2023, p.6-9). Mas, também afirma que o desenvolvimento não é igualitário, que é hostil. Também coloca que ainda continua sendo desenvolvimento, corroborando para uma ideia de desenvolvimento desigual, em que poderia haver dinamismo com heterogeneidade (Fernandes, 2023). De todo modo, nos parece que a questão norte de Tavares é a dinâmica econômica, enquanto para Celso Furtado, o maior problema é o subdesenvolvimento.

2.2 A reafirmação do ponto de vista estrutural

2.2.1 Os dilemas para além da crítica à estagnação

A partir da análise feita no capítulo anterior acerca da construção teórica de Celso Furtado, sobre as estruturas econômicas, políticas e sociais brasileiras, pode-se chegar à conclusão de que a arguição feita pelo autor na sua obra dentro da quadra histórica em discussão vai para além da estagnação do crescimento econômico. Na verdade, trata-se de um estudo aprofundado sobre os elementos estruturantes que retroalimentam as amarras do subdesenvolvimento, cujos reflexos, dentre eles, está a tendência estrutural à estagnação, não apenas de taxas de crescimento ou da dinâmica econômica, mas do processo de

desenvolvimento. Essa interpretação abre margens para que o debate seja ampliado, para além das críticas feitas à tendência à estagnação do crescimento econômico.

Nesse sentido, a partir de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* ([1966] 1968), compreendemos que os impasses do subdesenvolvimento, que refletem em estagnação, estão para além das críticas e apontamentos trazidos por Tavares e Serra (1973). São diversos os dilemas e impasses nacionais que escancaram as mazelas provocadas por uma estrutura subdesenvolvida, bem como seus determinantes. Conforme já apontado por Coutinho,

Os diversos capítulos do livro publicado em 1966 estendem-se ainda em temas diversos, que abrangem hipóteses sobre a estrutura social e os dilemas do sistema político brasileiro e uma crítica aberta ao populismo, às políticas conservadoras e às estratégias da esquerda (...) por precisão, assinala-se que a crítica de Tavares e Serra refere-se aos impasses do modelo de substituição de importações; a rigor, apenas um segmento da argumentação contida nas diversas versões do modelo estagnacionista. Contribuições adjacentes e importantes, inclusive e principalmente a reelaboração e reexposição do modelo histórico de desenvolvimento brasileiro envolvendo a utilização do acelerador, não foram objeto da crítica. De todo modo, tudo indica que a abordagem estagnacionista de Furtado passou à memória intelectual brasileira mais pelas críticas de Tavares e Serra do que por seu conteúdo específico, em um daqueles casos, não raros, em que o comentário se torna mais conhecido do que o comentado (Coutinho, 2018, p. 472).

Os dilemas do subdesenvolvimento, portanto, perpassam por diversos assuntos estruturantes da economia e civilização nacional, para além da crítica à estagnação. Coutinho fornece indicações, aliás, de que os planos de análise também são distintos, reverberando o que foi apontado por Salm (2011), conforme citado no tópico anterior, de que T & S estão buscando compreender uma nova dinâmica de acumulação de capital na economia brasileira após o interregno de desaceleração dos anos 1960. No entanto, percebe-se que a obra de Celso Furtado propicia um estudo atento para a) as estruturas de dependência e possíveis complicações trazidas pela associação ao capital estrangeiro, como a manutenção do dualismo estrutural; b) para a contradição da concentração de renda no fomento e desaceleração da demanda e seus efeitos sobre a exclusão social; c) para os limites de uma industrialização e crescimento pautado em setores intensivos em bens de capital, bem como, por fim, d) de um impasse político, mediante as estruturas de poder, e como este interfere nas decisões e manutenção dessas estruturas dependentes e concentradoras em seu sentido estrutural. Por tudo isso, entendemos que seja necessário revisar os pontos de argumentação da crítica de T & S, percebendo suas limitações pelo ponto de vista estrutural e da própria concepção de padrão de acumulação, além dos aspectos que nos parecem ter ficado subestimados para esses autores, como a dependência, a concentração de renda e o aspecto político.

Em relação à dependência e à associação com o capital estrangeiro, Campos e Carvalho (2023) apontam para uma insuficiência de T & S na análise das atribuições do capital estrangeiro no debate, uma vez que enxergaram neste um caráter funcional para a indução do investimento, enquanto para Celso Furtado (1968), as ajudas financeiras externas seriam um instrumento de dominação econômica na justificativa de uma suposta “segurança” em tempos de Guerra Fria. Além disso, os autores, em uma perspectiva crítica, corroboram para a interpretação de que a contribuição de Furtado foi “não limitada à estagnação econômica em si, mas, muito além do economicismo que prepondera em Tavares e Serra” (Campos e Carvalho, 2023, p.2), reforçando nosso argumento de que a contribuição de Celso Furtado está muito além da própria estagnação, mas da compreensão das relações do subdesenvolvimento. Ademais, os autores também apontam para o fato de que a dependência não necessariamente levaria à estagnação, uma vez que os períodos de crescimento pujante foram financiados pelo capital externo, tanto via investimento direto estrangeiro (IDE), no período do Plano de Metas, quanto por meio de dívida externa nos anos do “milagre”, o que seria mais bem desenvolvido por Furtado nas obras dos anos 1970 (Campos e Carvalho, 2023, p.6).

Nessa perspectiva a dependência e o papel do capital estrangeiro devem estar indissociáveis ao debate da estagnação, tendo em vista que “A realidade pós-nacional introduz novas instabilidades nas economias periféricas, diferentes das oscilações cíclicas pela insuficiência periódica de demanda efetiva” (Campos e Carvalho, 2023, p.7). Ou seja, os aprofundamentos de laços de dependência ao capital estrangeiro implicam em maiores vulnerabilidades econômicas, de acordo com a conjuntura dos mercados internacionais e das disponibilidades de divisas. Reafirma-se, dessa forma, o argumento de que conciliar a dependência e a disponibilidade de divisas para fazer frente aos pagamentos de dívida, assegurar a remessa de lucros, juros e dividendos, desaguando no problema do desequilíbrio do Balanço de Pagamentos, restringe a capacidade de autonomia decisória sobre os rumos da alocação de recursos para investimentos internamente, bem como as de política econômica. Isso, por sua vez, também implica numa dissociação dos esforços de desenvolvimento autônomo para fazer valer essa subordinação externa em prol da industrialização, do crescimento econômico. De todo modo, a inserção periférica implicaria no fato de que os níveis da própria acumulação de capital vindos do capital externo, os quais impulsionaram o crescimento econômico no período, não estivessem condicionados e/ou integrados internamente. Tal movimento acabaria reverberando, portanto, em uma concentração setorial e de capitais nas mãos de empresas multinacionais, intensificando o problema da heterogeneidade e do desemprego estrutural.

É perceptível que T & S não abordaram com devida profundidade a questão da dependência na formulação de um novo padrão de acumulação de capital, passadas as ressalvas no período em que escreveram em que, talvez, ainda não pudessem ser claros os efeitos que essa inserção internacional poderia ter de influência e de resultados sobre a economia nacional. Podemos assinalar que o esforço em se analisar o tipo de dinâmica capitalista que se desenvolve no país no período, está situada na ala de abstração teórica que busca privilegiar os determinantes internos da acumulação. Essa constatação pode ser refletida na percepção de T & S de que a questão a ser resolvida não era necessariamente o financiamento via capital estrangeiro, mas sim a insuficiência do mercado financeiro brasileiro para usufruí-lo (Campos e Carvalho, 2023, p. 11). Ademais, ficou evidente no tópico anterior deste capítulo que o problema de financiamento foi resolvido, privilegiadamente, por condicionantes internos, como a compressão salarial institucionalizada no PAEG.

Então, podemos concluir que, de certa forma, a questão da dependência do capital estrangeiro para T & S estava subentendida, no pano de fundo do novo esquema de acumulação, de maneira a estar integrado à reprodução endógena do capital, contudo a não o determinar, mesmo que estivesse inserida de forma associada. Isso faz Campos e Carvalho (2023, p.12) chegarem à conclusão de que “a questão da dependência, do ponto de vista econômico - e não só político como na abordagem de Cardoso e Falleto (1968) -, foi relativizada por Tavares e Serra”, porém, sem as devidas preocupações com os efeitos que essa inserção poderia provocar na economia, o que abre margem para questionamento da sustentabilidade desse modelo.

É interessante perceber que, mesmo estando alinhada às proposições do desenvolvimento associado, a qual supostamente finca suas bases na abordagem crítica da Economia Política, a análise sobre a dinâmica da acumulação proposta por T & S pode ser vista como esvaziada politicamente. Isto, no sentido de que não aborda de maneira crítica nessa construção teórica os limites que o alinhamento institucional das reformas capitaneadas durante os anos 1960, já no período dos governos militares, possuiria para o próprio modelo. Entendemos, com isso, que para T&S, a compreensão da acumulação estaria centrada na dinâmica econômica e aquém dos condicionantes políticos de decisão. O que implica no fato de que, embora estivessem atentos aos desdobramentos de um novo tipo de desenvolvimento do capitalismo nacional, os autores não estavam preocupados com a superação do subdesenvolvimento, pois, esta pauta perpassaria por uma análise atenta sobre a inserção periférica e dos novos moldes da dependência no país que reverberam no plano político.

Francisco de Oliveira, em *A economia da dependência imperfeita ([1978] 1989)*, trata sobre as implicações desse novo rearranjo da economia nacional na quadra histórica em questão, além de aprofundar os efeitos e limites que tal tipo de dependência possui para o desenvolvimento e para o próprio crescimento econômico, aproximado das proposições de Celso Furtado nesse sentido. Propondo uma análise partindo do modelo de reprodução ampliada de Marx e dos modelos departamentais de Kalecki (Oliveira, 1989, p.76-77), o autor busca identificar como que a dependência está articulada com o crescimento econômico no período histórico que abrange a desaceleração ao final do Plano de Metas, 1958, até 1973, que marca o final do “milagre”, além de perceber suas contradições e limites estruturais desse. Nosso objetivo ao trazer essa obra para a discussão da estagnação, portanto, é o de argumentar que, através de uma linha similar à de T & S, a saber, a da tentativa de apreender as nuances da acumulação de capital no país, é possível chegar a conclusões críticas de que esse modelo de crescimento e de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, marcado pela concentração de renda e dependência externa, se demonstrou estruturalmente insustentável.

Oliveira (1989), no intuito de distinguir as particularidades dos padrões de acumulação, inicia seu estudo tentando identificar os motivos de esgotamento do padrão de acumulação fincado no Plano de Metas, percebendo que este fora focalizado no chamado departamento 3 (D3) da economia, que se refere à produção de bens de consumo duráveis. Em contrapartida, o D1, referente aos bens de capital, ficara parcialmente realizado no período anterior ao plano, o que traria consequências no nível de dependência (Oliveira, 1989, p. 87) já que demandaria importação de tecnologia desse departamento para a produção de D3.

Por outro lado, esse padrão também seria sustentado através de “contenção relativa do salário real dos trabalhadores” (Oliveira, p.79), propiciando a acumulação do setor privado. Portanto, os graus de concentração de renda, aliada ao capital estrangeiro, que potencializaram os níveis de acumulação do setor privado, se fazendo valer também das transferências do Estado, faz o autor afirmar que a fórmula incipiente dessa acumulação é a concentração de renda (Oliveira, p.83). Ademais, é fornecido um lugar de destaque para a inserção periférica e dependente do país na DIT, de maneira a ser uma extensão da expansão desse sistema, como produtor de produtos manufaturados de consumo e de bens de produção. Em síntese, tal modelo, que viria entrar em esgotamento caracteriza-se por

Em primeiro lugar, o padrão de acumulação perseguido na etapa imediatamente anterior, que só parcialmente havia sido implementado, gerou um excedente, em mãos do setor privado da economia, cujo grau de concentração, em termos de renda se se quiser, tinha aumentado sem sombra de dúvidas: salários reais praticamente constantes e aumentos da produtividade

logrados no chamado setor produtivo estatal e transferidos ao setor privado, eis a fórmula da incipiente concentração (Oliveira, 1989, p. 83).

Nessa linha de raciocínio, percebe-se que o padrão de acumulação do Plano de Metas já apontava para um caráter concentrador de renda, em conjunto com a expansão da dependência mediante a nova DIT. Com isso, a expansão do D3 se daria baseada na concentração de renda do setor privado, e atuaria no sentido de alimentá-la, tendo em vista que fora poupadora de mão de obra, em linha com o conceito de excedente estrutural da mão de obra. Como dito anteriormente, o Plano foi focalizado na produção de bens do D3, cuja oferta sobrepujava a capacidade interna de oferta de D1, em que a produção, a partir da DIT, se dava nos países do centro hegemônico do capitalismo, o que tenderia reestabelecer de forma aprofundada a relação centro-periferia (Oliveira, 1989, p. 85). Ou seja, pelo setor de bens de consumo durável ser o foco desse tipo de industrialização, esse ainda ficaria dependente de importações e do investimento estrangeiro, por meio das multinacionais, de bens de capital com maior teor tecnológico, expondo uma desproporcionalidade entre os setores, análogo à heterogeneidade estrutural pressupondo a inserção periférica. Esse processo é denominado pelo autor de “restauração Kubitscheck”, o qual rearranjou os laços de subordinação para uma nova dependência. Em suma, conforme elucidação trazida pelo autor

Em primeiro lugar, o padrão de acumulação agora fundado no Departamento 3 teve como consequência imediata, dada a forma como se implantou, uma atrofia, relativa mas muito pronunciada, do Departamento 1; voltou a residir nos países capitalistas centrais parte do Departamento 1 da economia nacional. As consequências dessa inversão da tendência do período imediatamente anterior fazem-se sentir sobretudo atualmente. Essa inversão restaurou - daí o cognome de “Restauração Kubitscheck - um padrão de relações centro-periferia num patamar mais alto da divisão internacional do trabalho do sistema capitalista, instaurando, por sua vez - e aqui constitui sua singularidade -, uma crise recorrente de Balanço de Pagamentos, que se expressa na contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno mas financiada ou controlada pelo capital estrangeiro e a insuficiência de geração de meios de pagamento internacionais para fazer voltar à circulação internacional de capitais a parte excedente que pertence ao capital internacional (Oliveira, 1989, p.86-87).

Com essa perspectiva, o autor elenca tanto os mecanismos de expansão da acumulação, de maneira subordinada, quanto às suas contradições e limites, como a tendência a crises do BP, além de uma oligopolização dependente. Em relação a isto, o autor elenca que o foco em D3 e a dependência externa por D1 implicaram em um processo de controle oligopolístico capitaneado por empresas estrangeiras. Ademais, tal controle setorial leva a tendência a crises

nas contas externas “constituindo o caso clássico de desequilíbrio crônico do Balanço de Pagamentos, tratado por Furtado” (Oliveira, 1989 p. 88), por conta de importações de bens de produção e escassez de divisas. Dessa forma, aprofundava-se a disparidade entre os departamentos 1 e 3, sendo necessário o aprofundamento desses laços de dependência para a continuidade da reprodução desse esquema. Em vistas da concentração, além desta, setorial e de mercados reproduzidos pela posição subordinada na DIT, a persistência do controle salarial serviu de mecanismo de acumulação, tendo em vista aumento da lucratividade do setor privado através do aumento de produtividade do trabalho acima dos salários.

De maneira crítica, o autor ressalta as consequências danosas desse esquema no plano social, que contribuiu para “moldar uma das mais negativas faces da economia brasileira de nossos dias: a extremada concentração de renda” (Oliveira, 1989 p. 89). Não obstante, o autor, por sua base sociológica, demonstrou preocupação no sentido político em sua abstração teórica, no sentido de que tais bases de expansão da acumulação, por possuírem limites e serem contraditórias levariam “à falência toda a política econômica, e não apenas ela: também o regime democrático” (Oliveira, 1989, p. 91), como acontecera com a eminência do golpe de 1964. Portanto, destacam-se dois mecanismos de expansão e limites, estes que reverberaram na desaceleração dos anos 1960, expondo o esgotamento e contradição desse tipo de expansão, a saber a concentração de capitais e de renda e o rearranjo dos laços de dependência. Análise próxima, assim, das propostas de Furtado, no sentido das estruturas que culminariam para uma desaceleração, mesmo que fossem fontes de expansão. Pois, como afirmado pelo autor, a crise que se abriu foi uma crise de concentração de renda (Oliveira, 1989 p. 92), além do fato de que um processo de estagnação e crise já anunciada, levariam a uma deterioração dos marcos institucionais, das estruturas de poder e da democracia.

Crise esta que seria solucionada no aprofundamento dos laços de dependência e de concentração. Isto significa que as reformas do PAEG, nesse sentido, viriam a atuar para potencializar a acumulação, a partir da montagem de uma base institucional para um processo de concentração. Isso se deu por meio da reforma salarial, com a contenção de salários, a qual, como também assinalado por T & S, atuaram em favor dos lucros, da reforma tributária e da reforma financeira²¹. De acordo com Oliveira, a reforma financeira, com a instituição das ORTNs serviu de garantia de financiamento ao setor privado por parte do Estado. Além disso,

²¹ A reforma tributária foi marcada por ser regressiva e, por isso, uma fonte de estímulo para a acumulação, por ser concentradora. Já a reforma financeira é destacada pela segmentação do sistema bancário, expansão do crédito e financiamento do capital de giro, importante para a mobilização de recursos financeiros, principalmente no que tange ao crédito para o consumo das famílias (Resende, 2014).

implementou um padrão de empréstimos cujo objetivo era o de criar meios de pagamento para realizar a remessa de lucros e dividendos. Dessa maneira, a reforma financeira teria duas faces em prol da concentração (lê-se acumulação), que seriam gerar divisas e mecanismos de transferência de renda ao setor privado e de concentrar renda para fomento do investimento (Oliveira, 1989, p. 96).

Nessa linha de pensamento, o “milagre” seria fruto do reforço dos mecanismos de concentração e dependência, tendo a dívida externa como baluarte do financiamento da acumulação de capital e a compressão de salários como garantia da lucratividade. Em suma, tratou-se do aprofundamento dos mecanismos de acumulação já mencionados, mas potencializados em larga escala pelas reformas institucionais. Então, não necessariamente tratar-se-ia de um “novo tipo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil”, conforme propuseram T & S, mas do aprofundamento da subordinação da acumulação para com as estruturas concentradoras. E, como apontado, possuidora de limites. Oliveira coloca que o desequilíbrio entre D3 e D1 ameaça a continuidade da expansão à escala global da economia, olhando pelo lado da oferta. Mas, isso não geraria necessariamente um tipo de estagnação do crescimento, por sua vez, implicaria num problema de longo prazo, da insustentabilidade dos desequilíbrios de BP (Oliveira, 1989, p. 101-102).

Haveria, então, um descompasso no processo de acumulação, por também ser baseado no foco em D3, intensivo em capital, poupador de mão de obra e que depende da estagnação dos salários reais a favor dos lucros, além de aprofundar a relação centro-periferia. O autor inclusive aponta para uma insustentabilidade desse modelo, alertando para o crescente peso da dívida externa no financiamento do processo (Oliveira, 1989 p. 103). De todo modo, o esgotamento desse padrão fincado pelo “milagre” se daria mediante a contradição entre a industrialização baseada em D3, com seus mecanismos de expansão via institucionalidade, e o domínio do capital estrangeiro, constantemente requerente da remessa de lucros, que geraria uma saturação dos mercados oligopolizados, que seria reflexo da “desaceleração da acumulação real” (Oliveira, 1989, p. 107).

Entendemos, dessa forma, que tanto no modelo de acumulação do Plano de Metas, quanto no do “milagre”, os mecanismos de sua expansão foram através de aprofundamento e rearranjo institucional em prol da concentração de renda, esta, tanto internamente quanto nas mãos do capital estrangeiro que também liderou o processo de oligopolização e da dependência. Ambas, como visto, apresentando limites estruturantes, como os apontados por Oliveira (1989), tendo em vista a descontinuidade da reprodução ampliada gestada pelo próprio padrão, que

demonstra ser estrutural. Por suposto, esse quadro está ligado ao plano político, no sentido de que as relações de estímulo imbricadas entre Estado e setor privado geram uma instabilidade política estrutural quase que permanente. Isso significa que

A tentativa de fazer o “milagre” levou à articulação de interesses entre essas três formas de capital, que na verdade solda os interesses das empresas estatais com os interesses do capital estrangeiro, mais que com os interesses da burguesia nacional; solda-os contraditoriamente, por certo. Esta solda levou, necessariamente, o capital privado à posição subalterna, não por qualquer “conspiração”, mas pela dialética emanadas das próprias necessidades materiais da acumulação (...) e assim é que o Estado, mesmo que assuma diretamente o papel produtivo, tendo agora interesses específicos na expansão dessas atividades nas quais está ligado ao capital estrangeiro, fica impossibilitado de elaborar uma nova relação com as classes sociais subordinadas. Porque essa expansão requereu precisamente um corte para excluir as classes subordinadas, seja para aumentar a exploração, seja para direcionar os recursos do Estado para sustentar e ampliar a exploração (Oliveira, 198, p. 123-124).

Sobre a citação acima, podemos destacar a importância ao aspecto político que envolvem as decisões do Estado em prol da acumulação, as quais estão subordinadas por ela mesma e por suas figuras, tais como a concentração e o capital externo. É importante ressaltar como que a acumulação envolve decisões políticas e estas são fundamentais, embora signifique uma deterioração estrutural das classes menos favorecidas em favor da expansão ou de um mero crescimento que possui tendências a limitações estruturantes.

Ao contrário de T & S, mesmo que estivesse em um plano teórico similar, na análise da reprodução e desenvolvimento do capital no Brasil, compreendemos que Oliveira conseguiu, a partir de sua análise atenta aos condicionantes históricos da acumulação, perceber que os elementos concentradores e de dependência são estruturais e que possuem uma relação dialética e contraditória entre expansão e desaceleração. Para além disso, também notou que esse tipo de acumulação possui dimensão política relevante, mais uma vez aproximando-se das contribuições de Furtado, no sentido de que as deliberações do Estado²² e as estruturas de poder, subordinadas à acumulação e ao capital externo, atuam de modo a superar as contradições e limites desse modelo com o aprofundamento e rearranjo das mazelas e desigualdades sociais, vislumbradas na grande desigualdade estrutural da renda no Brasil, o que, naquela determinada quadra histórica, foi institucionalizado pelas reformas do PAEG. Isso não significa necessariamente que T&S concordassem com a funcionalidade da desigualdade para o crescimento. Porém o esvaziamento do elemento político na análise deles os restringiu da capacidade de se fazer uma crítica a esse padrão de (sub)desenvolvimento e dar a impressão de

²² Neste caso, visto para além do aspecto regulador da economia, mas como arena da disputa entre atores sociais que participam da regulação social e, com isto, política.

que estão conformados para com tal. E a análise de Oliveira, dessa forma, se apresenta como uma compreensão alternativa desse novo modelo de desenvolvimento, mas levando em consideração a relevância dos processos de dependência e a questão política e institucional.

Percebemos, portanto, que o aspecto político é fundamental para a compreensão do subdesenvolvimento. Porque, nos parece lícito afirmar, esse aparece em vias i) tanto de pressupor as estruturas de poder, mediante conflito social e de classes, as quais decidem e legitimam por meio da institucionalidade os marcos e estruturas concentradoras de renda e de dependência econômica e, neste caso é necessário fazer a ressalva de que essas estão condicionadas à inserção dependente e periférica na economia na DIT; ii) quanto no sentido de que em casos de estagnação econômica, anunciados pelos limites estruturantes que a concentração de renda e dependência possuem sobre a sustentabilidade de crescimento, as crises encaminham uma fragilidade institucional, que parece ser estrutural, e é refletida por ataques ao regime democrático, que deságuam na fraqueza de “autodeterminação” nacional para definir seu próprio futuro. Conforme assinalado por Celso Furtado, não apenas no sentido estrito às decisões econômicas, mas sobre o processo civilizatório que fosse alinhado ao real processo de desenvolvimento, que passa pela mudança estrutural das instituições e das estruturas de poder, o que viria pela ação coletiva daqueles historicamente excluídos contra as velhas estruturas políticas (Furtado, 1968, p. 35).

Realmente, nos parece que os dilemas e impasses da nação estão muito além do que a estagnação e a crítica à mesma trazida por T & S. O subdesenvolvimento e a acumulação de capital no Brasil, para além do aspecto da dinâmica econômica, precisa ser compreendido pelos seus condicionantes políticos e pelas amarras de dependência, que se alteram no decorrer da história, mas que reforçam as estruturas subdesenvolvidas de concentração de renda, exclusão social e da própria inserção periférica na DIT, provocando uma estagnação no processo de desenvolvimento.

2.2.2 Voltemos à discussão do subdesenvolvimento

O debate da estagnação possui um lugar de destaque na história do pensamento econômico brasileiro para a compreensão do subdesenvolvimento no país. Na sustentação do argumento de que o ponto de vista estrutural possui maior robustez e elementos cruciais no estudo do subdesenvolvimento, para além de elencar os impasses e controvérsias teóricas entre

essa perspectiva e o do padrão de acumulação de capital, entendemos ser pertinente trazer à discussão nuances da própria construção dos argumentos dos autores em questão, mas mais especificamente os de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares. Estas podem ser observadas notadamente na relação acadêmica entre os autores, no sentido dos registros e arquivos biográficos que existem desse diálogo ou até mesmo de trocas “extracampo” para além dos artigos e produções acadêmicas. Esses registros foram muito bem sistematizados pela Sra. Rosa Freire d’Aguiar no livro *Correspondência Intelectual*²³ (2021) em que nele constam diversas cartas trocadas entre Celso Furtado e demais interlocutores, políticos, intelectuais e economistas de todo o mundo, com destaque para as cartas²⁴ trocadas no período do seu exílio durante a ditadura militar. Como bem trouxe a Sra. Rosa Freire em sua introdução no livro

Os 10 mil quilômetros que o separavam do Brasil, percorridos, em tempos pré-internet, por cartas ansiosamente esperadas, não o afastavam do país, que se mantinha como foco permanente de reflexão (...) se Celso era marcado pela paixão de entender o Brasil, essa espécie de missão dilatou-se nos tempos do exílio. Nas cartas que se seguem, sente-se o olhar brasileiro que ele põe sobre o mundo, um olhar que provoca comparações como os outros nos olham (Furtado, 2021, p. 13).

De certo, esses registros possuem ricas fontes acerca da construção e evolução do pensamento de Celso Furtado, muito para além do usual estudado advindos dos tempos de CEPAL. Sobre a controvérsia da estagnação não foi diferente. Numa síntese bibliográfica bem elaborada presente nesse livro,

Maria da Conceição dizia ter decidido estudar economia quando, poucos anos depois de chegar de Portugal, leu *Formação econômica do Brasil*, que Celso Furtado publicou em 1959 (...) em 1972, passou meses em Paris, frequentando cursos de Celso na Sorbonne (...) São poucas as cartas trocadas entre eles. As de Maria da Conceição, manuscritas, explicitam uma polêmica que se formou em torno da resposta acadêmica que ela e o economista José Serra, então também exilado no Chile, deram a um artigo de Celso Furtado, sobre subdesenvolvimento e estagnação na América Latina (Furtado, 2021, p. 211).

²³ Nesse livro percebe-se nitidamente como Celso Furtado utilizou o fazer científico por pensar o Brasil um instrumento eficaz de luta contra a opressão e autoritarismo da ditadura militar no Brasil.

²⁴ Conforme apontado por Silva e Bianconi (2023), esse esforço de sistematização bibliográfica é importante para reconstituição da reformulação conceitual e teórica do período em que Furtado estava no exílio. No sentido de que este teve um impacto subjetivo considerável em sua obra, em que a conformação política da ditadura trouxe a influência da realidade social para a sua produção científica. A partir disso, a sua reflexão, notam os autores, torna-se mais interdisciplinar agregando fatores vindos de reflexões políticas e sociológicas. Conforme colocado pelos autores, “o destino nacional e pessoal se mescla” (Silva e Bianconi, 2023), e isto está muito presente na ideia de Furtado sobre o subdesenvolvimento.

É interessante notar que as cartas trocadas entre eles foram focalizadas no nosso debate. E o conteúdo contido nelas é precioso para entender a construção do pensamento de nossos autores de maneira mais detalhada e mais bem esclarecida. Essas configuram uma clara demonstração de como o conhecimento e o avanço teórico-científico avançam mediante relações, debate de ideias e diálogo²⁵. Inclusive, dentro desse processo, como veremos adiante, Celso Furtado supera em uma das cartas a noção de estagnação.

Adentrando ao debate via cartas, em uma carta datada em março de 1971, após a apresentação do trabalho em conjunto com Serra, Tavares afirma que de fato a sua intenção com esse era o de esclarecer questões do dinamismo da economia brasileira no período, mas também lançando ao ar a dúvida se o realmente conseguiu, como segue:

As nossas discussões ao longo destes três últimos anos foram o acicate principal que me levou a levantar o problema da estagnação que escrevi a quatro mãos com o Serra, e a tentar esclarecer alguns pontos da minha visão do problema do dinamismo recente da economia brasileira. Não sei se conseguimos, você o julgará (Furtado, 2021, p.212).

Por outro lado, a autora não deixa de reconhecer que um dos seus objetivos com o trabalho despendido era o de superar a concepção teórica de Furtado e, porque não estruturalista uma vez que também visava ir além das proposições do autor chileno e cepalino Aníbal Pinto.

Dizem que uma mulher para ficar verdadeiramente adulta tem que “matar” a mãe. Para uma pobre aprendiz de intelectual, parece ser condição de avanço tentar “matar” o mestre. Há dois “pais” intelectuais que tenho tentado em vão “matar” nestes últimos anos: você e Aníbal Pinto (Furtado, 2021, p.212).

Em suma, ressaltando o que foi colocado anteriormente em seções anteriores, Tavares ressalta a Furtado que sua intenção foi a de compreender o problema da dinâmica econômica no objetivo de superar a visão tida como estagnacionista, embora também afirme que essa tarefa trouxe consigo certo constrangimento pela tentativa de superação teórica, quando afirmou que “toda essa conversa ‘semifreudiana’, é só pra tentar dizer-lhe, *envergonhadamente*, o desafio que você representa para mim e o quanto lhe devemos todos (os seus discípulos), nessa briga maior que é entender este desgraçado país que é o nosso” (Furtado, 2021, p.212. Grifo nosso).

²⁵ Nesta seção o leitor perceberá que as datas entre as cartas são demasiadamente espaçadas, fruto não somente da distância, mas também das dificuldades de comunicação também impostas pela ditadura aos seus exilados (Furtado, 2021).

A resposta de Celso Furtado, em maio de 1971 traz consigo diversos pontos de esclarecimento em relação ao modelo estagnacionista, reconhecimento de certas limitações do modelo além de apontamentos acerca de uma possível má interpretação das suas ideias acerca disto, bem como uma crítica acerca do nível de abstração utilizado por Tavares e Serra.

Li com muito interesse o trabalho que você preparou conjuntamente com o Serra sobre *estanciamiento y desarrollo reciente de Brasil*. Creio que você ganharia mais em separar os dois temas e desenvolvê-los para publicação separada. Para superar o modelo de *estanciamiento* você terá que apresentar outro, no mesmo nível de abstração, e não na interpretação de um caso concreto. As hipóteses que eu apresentei há seis anos para explicar um fenômeno real, que era a perda de velocidade do crescimento de alguns países da A. Latina, constituíam um ponto de partida para o resultado do problema. A tendência à estagnação não seria uma situação necessária, pela qual deveriam passar os países da A. Latina. Ela se havia manifestado em alguns casos e isso pedia uma explicação teórica. Ela podia ocasionalmente ser modificada, dizia eu, quando intervinham certos fatores, como melhora dos termos de intercâmbio. É evidente que a ação do Estado, ampliando a frente de investimentos, uma forte entrada de capitais estrangeiros, a reorientação das inversões em benefício de setores que é mais intensa a absorção de progresso técnico, entre outros fatores, podem ter o mesmo efeito. Desta forma, um modelo desse tipo pode pretender explicar uma redução persistente da taxa de crescimento e nada mais. Hoje eu vejo o problema de forma diferente: trata-se menos de tendência à estagnação que de perpetuação do subdesenvolvimento (Furtado, 2021, p. 213, 214).

Nota-se, portanto, a partir deste trecho da carta²⁶ podemos esclarecer alguns pontos que até então pudessem ter ficado obscuros. Em primeiro lugar, seria em relação ao nível de abstração teórica, que o autor afirma que eles teriam de partir do mesmo plano, no caso o estruturalismo, para que pudessem superar o modelo. Mais que isso, Furtado coloca que a superação não poderia vir da leitura e análise de um caso concreto. Percebe-se que este caso concreto se refere, de certa forma, à conjuntura da economia brasileira recente da qual Tavares afirma anteriormente ter se debruçado. Vale ressaltar que este capítulo partiu da diferenciação dos planos teóricos dos nossos autores, que se valeu da totalidade da obra de Tavares, de maneira a estabelecer rigor entre as partes em debate e, se possível, sustentar a validade do argumento estruturalista. No entanto, Furtado ainda não necessariamente tinha essa dimensão do plano teórico que parte do padrão de acumulação de capital, o que seria esclarecido de modo

²⁶ Ao final desta carta Furtado também comenta sobre a estigmatização de neoclássico que recebeu de T&S, dizendo que achou isso engraçado, uma vez que a tendência à equalização da taxa de lucro seria uma hipótese comum aos clássicos, marxistas e também aos neoclássicos. Por fim, ainda afirma que “quando matar a mãe, não se preocupe, pois você nunca teve mestre entre os vivos. Você é mulher de uma só paixão e aquele que a mereceu vem há um século resistindo a todas as provas de parricídio” (Furtado, 2021, p.214), numa tentativa de reafirmar a relevância da construção teórica da autora, deixando implícito que ela não precisaria de um mestre por ser uma intelectual de considerável envergadura de inspiração marxista.

ainda incipiente por Tavares em uma próxima carta²⁷. De todo modo, o autor já indica a necessidade, a rigor, de se estabelecer uma crítica dentro do plano de abstração estruturalista para que se possa superar o modelo estagnacionista. E, nesse sentido, o autor até fornece uma dica ao afirmar que T&S poderiam ter separado os temas em publicações separadas para desenvolver melhor essa crítica também no que diz respeito à compreensão do subdesenvolvimento.

O esclarecimento acerca da estagnação é preponderante. Celso Furtado afirma que, embora houvesse estruturas que levassem os países a casos de desaceleração e estagnação econômica, isto não necessariamente aconteceria via de regra. Como nosso autor colocou, existem fatores que modificam esse cenário no sentido de revertê-lo. Ora, depreende-se, portanto, que uma tendência à estagnação configura tão somente uma tendência, pois podem existir mecanismos que atuem no sentido contrário da estagnação. Isso significa que a estagnação econômica não ocorre obrigatoriamente, como se a economia estivesse fadada a esse destino para sempre. Entretanto, talvez possa ter ocorrido uma confusão na forma da construção do argumento estagnacionista, como veremos mais adiante. De todo modo, o autor reconhece tal limitação, por via desse raciocínio, de que esse modelo pode explicar fenômenos de desaceleração.

No nosso entender, a maior contribuição que Furtado fornece nessa carta foi ter afirmado que o problema, na verdade, se trata mais sobre a questão do subdesenvolvimento do que sobre a questão da estagnação propriamente dita. Esta fala reforça nosso argumento de que o autor está tratando da problemática do subdesenvolvimento e utiliza a estagnação como forma argumentativa para expor estruturas que submetem o Brasil e a América Latina a essa condição. Ressaltando, a contribuição e obra de Furtado são sucessivos convites ao estudo do subdesenvolvimento com sugestões para sua superação. Tal visão também endossa nossa interpretação trazida no capítulo primeiro de que, uma estrutura de poder arcaica determinando o campo político tomador de decisões implicaria na estagnação do processo de superação do subdesenvolvimento. Isto é, a questão política é central na determinação do subdesenvolvimento e não a estagnação do crescimento econômico.

Em carta datada em julho de 1971, em resposta a essa carta de Celso Furtado, Tavares conta sobre como uma disciplina que lecionara naquele semestre a tinha inspirado a tratar com maior rigor os fenômenos de acumulação, concentração e centralização do capital, baseada nas

²⁷ Em carta de julho de 1971, Tavares afirma que parte de Marx, Rosa Luxemburgo e Kalecki a fim de compreender as questões da acumulação de capital.

obras de Marx e Kalecki. Diante disso, afirmou que “não nos faltou intuição, mas como estamos longe de fazer obra séria!” e ainda reafirma sua vergonha por ter criticado seu mestre (Furtado, 2021, p.215). Por fim, a autora ainda insiste na ideia de que, agora com a questão do subdesenvolvimento sendo esclarecida, Furtado ainda não teria se atentado à questão do movimento dialético da tendência à estagnação.

Contudo, Furtado (1968, p. 84) colocou que uma maior concentração de renda viria no sentido de anular a tendência da queda de lucratividade, podendo levar ao crescimento, embora isso na totalidade restringiria a capacidade de consumo das massas implicando em uma fragilidade de demanda e aumentando tensões sociais. E isto configura um movimento contraditório em sentido dialético, em que a concentração de renda é funcional para o crescimento econômico ao mesmo tempo que impõe limites por restringir a capacidade e potencialidade da demanda agregada.

É curioso²⁸ notar como Tavares reconhece que sua contribuição está aquém de superar a construção teórica de Furtado acerca do subdesenvolvimento, para além da estagnação. Porém é mais curioso perceber que foi a sua visão que se sobressaiu e foi vencedora daquele debate naquela quadra histórica, o que, de certo modo, colocou as contribuições de Furtado, dos anos após o debate, em um patamar pelo menos inferior comparado com o qual as anteriores eram colocadas no cerne do debate acerca do desenvolvimento (Coutinho, 2019, p.2)²⁹. O que se pretende afirmar, com isso, é que as contribuições de Furtado ficaram, a partir de então, pelo caminho, sendo continuamente alvo de críticas. Isto, mesmo com Tavares tendo reconhecido que fora aquém no debate. Obviamente essas cartas ainda não tinham sido compartilhadas em livro com o público e com a comunidade acadêmica em geral, o que poderia tornar nosso descontentamento injusto. No entanto, uma leitura e interpretação cuidadosa e atenta aos aspectos políticos, que representam avanços consideráveis na construção teórica de Celso Furtado, encaminham para uma percepção de que a maior problemática, que o centro da questão é o subdesenvolvimento em seu sentido estrutural.

Porém, isto não inocenta Celso Furtado em ter se equivocado na escolha da linguagem para expressar o argumento. Vieira (2022), ao tratar a questão metodológica que abrange a obra de Celso Furtado, traz uma contribuição notória a esse respeito colocando que

²⁸ Isso porque na historiografia, os argumentos de Tavares e Serra se sobreporiam aos de Furtado, ao nosso ver pela cosmovisão da dinâmica econômica, preponderante, e por questões políticas do período.

²⁹ Coutinho (2019) afirma que o "impacto de Subdesenvolvimento e Estagnação foi de curta duração "e que no início da década de 1970, o modelo estagnacionista veio a ser incluído no rol dos equívocos de Furtado".

Finalmente propomos, como forma de complementar as reflexões metodológicas com as quais estamos trabalhando, a utilização associada da Teoria da Linguagem Política de John Pocock, exposta no livro “Linguagens do ideário político” (2003), que afirma que determinados pensadores podem inovar na reflexão sobre um tema específico ao lançarem uma nova linguagem, um novo vocabulário, um novo léxico, ou, na expressão do autor, uma nova langue que modificará a parole, ou seja, a própria maneira de se expressar e debater sobre determinado tema (Vieira, 2022, p. 225).

Essas inovações estão bastante presentes na obra de Furtado, autor que, como colocamos no capítulo anterior, é um autor da práxis, voltado para as soluções dos impasses causados pelo subdesenvolvimento. Ademais, e de suma importância para este ponto, nosso autor possui um amplo leque teórico que o faz abranger um ecletismo de saberes para compor a sua intelectualidade. Com isto, nos parece correto afirmar que essa linguagem teórica, original e com sua própria maneira de expressar e debater um tema, conforme a citação acima, também está presente, por exemplo, em uma questão nevrálgica da polêmica que trata da relação capital-produto. Coutinho (2019, p. 6) trata desse assunto afirmando que houve, por parte de Furtado uma hesitação na forma em que essa relação é utilizada para compor seu argumento sobre a estagnação. Isto ocorreu quando utiliza a relação capital-produto como da dinâmica econômica, adotando variações de preços relativos, enquanto o modelo no qual ele se inspirou, a saber, o modelo Harrod-Domar, a partir do contato que teve ao final da década de 1950 na escola de Cambridge, que adota a relação como estrutural e os preços relativos constantes. Por tudo isso, parece lícito afirmar que, aparentemente, houve em certa medida uma falta de rigor teórico de Furtado, como concluído a partir da leitura de T&S, mas que reflete mais uma vez o autodidatismo do autor em construir sua linha de argumentação.

Isso pode ser vislumbrado, por exemplo, quando T&S o criticam afirmando que Furtado consideraria a relação capital-produto como elemento de decisão empresarial, ao invés da variável investimento. No entanto, concordamos com Coutinho que afirmou que

O investimento depende sempre da taxa de lucro esperada. Minha impressão é de que em nenhum momento Furtado (1996a) considera a relação capital/produto um elemento da decisão empresarial. O que interessa aos empresários são os lucros a serem obtidos, que se manifestam na taxa de lucro. Estes lucros serão convertidos em investimento sempre que houver uma expectativa favorável em relação à evolução da taxa de lucro. Neste ponto, ou quanto aos fundamentos das decisões de investimento, não há razão para acreditar que haja grande dissonância entre Tavares e Serra e Furtado (Coutinho, 2018, p. 11).

Como visto no capítulo anterior, a própria taxa de lucro esperada aparece como elemento de nova capacidade de poupança, que aí viria a pressupor o investimento, ponto de divergência. Por outro lado, a leitura e interpretação que é feita, partindo do ponto de vista estrutural, pode abranger os movimentos observados da relação capital-produto como reflexo das nuances estruturantes como a dependência do capital estrangeiro, a qual pressupõe o dualismo estrutural e a concentração de renda norteadora do processo de industrialização. Isto implica que tal relação pode ser configurada como um desdobramento dessas categorias estruturais. No entanto, ao abordar o subdesenvolvimento como questão e problemática central, já demonstrado, houve uma diferença de linguagem de parte da argumentação, relacionada com as digressões do capital-produto, ou seja, desta exposição comparada com a reflexão. E, ao nosso entender, parece que tal exposição foi supracitada demasiadamente nas críticas, deixando para segundo plano a reflexão central que é o subdesenvolvimento.

Feita essa observação, é importante notar que essa reafirmação do estruturalismo para a compreensão do subdesenvolvimento aponta para certa insuficiência do plano teórico do padrão de acumulação para ela. Um nível de análise comprometido com o estudo do subdesenvolvimento partindo da finalidade de sua superação precisa capturar não só a dimensão produtiva, colocada pela ideia de padrão de acumulação, mas também aspectos políticos, particularmente aqueles relacionados à forma Estado capitalista, conforme crítica feita ao plano de abstração de T&S vista em Almeida Filho (1994).

Na nossa interpretação, esta construção teórica [padrão de acumulação], embora relevante para caracterizar as etapas do desenvolvimento das forças produtivas, e mesmo para mostrar a natureza diferenciada dos processos em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, apresenta restrições importantes. O conceito de padrão de acumulação, dado o plano analítico em que se inscreve, não abrange aspectos essenciais para a compreensão do desenvolvimento histórico-concreto das economias. A análise de departamentos, reelaborada para incluir elementos visíveis e diferenciados do processo de acumulação e de investimentos, não apreende aspectos constitutivos outros que são fundamentais, relacionados à natureza do Estado Capitalista, e imprescindíveis para a compreensão do desenvolvimento das economias de industrialização tardia. O conceito de padrão de acumulação é capaz apenas de explicar etapas do desenvolvimento das forças produtivas, mostrando, em cada uma delas, o formato e a natureza imediata da acumulação. Mostra a forma de reprodução do sistema, isto é, a forma de produção e criação de condições para a sua continuidade. Trata-se de um conceito essencialmente "produtivista" que, embora pressuponha outros aspectos relativos à própria definição do conceito de capital, não os explicita. (Almeida Filho, 1993, p. 8, 9)

Nesse sentido, percebe-se que o plano teórico do padrão de acumulação não agrega os planos estruturais da economia bem como o aspecto político, uma vez que não incorpora à

análise “a ação concreta do Estado e da Sociedade, no que diz respeito à sua qualidade constitutiva de sustentador do sistema, mas, sobretudo, à sua função de coordenador, articulador e empreendedor da acumulação de capital, o que é específico aos países de industrialização tardia” (Almeida Filho, p. 12). Isso nos indica que poderia haver limites inclusive para a sustentabilidade daquele próprio padrão de acumulação tratado por Tavares e Serra, por não absorver em sua digressão teórica os aspectos políticos que decidem o destino e possibilidades de transformação estrutural da sociedade, assim como concluímos a partir das contribuições de Oliveira.

Nesse aspecto, pode-se notar considerável presença desses elementos analíticos através da perspectiva estrutural trazida por Furtado no capítulo 3 (três), de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, que trata justamente do esquema estagnacionista, motivo de tanta polêmica. O capítulo se denomina *Fatores Estruturais internos que impedem o desenvolvimento*, que reforça o plano estrutural para apreender as condicionalidades do subdesenvolvimento, endossando nosso argumento de que se trata mais sobre a tentativa de compreensão dessas estruturas do que a estagnação em si, mas que esta fora utilizada como forma de argumentação.

O objetivo com isto foi o de “projetar alguma luz sobre certas peculiaridades das estruturas socioeconômicas que constituíram marco do processo de crescimento dos países latino-americanos nos últimos decênios” (Furtado, [1966] 1968, p. 51), de maneira a ressaltar que “os fatores que operam no sentido da redução do crescimento são estruturais” (Furtado, 1968, p. 52). A este respeito, o autor novamente coloca que tais forças estariam condicionadas às particularidades das estruturas socioeconômicas, as quais formaram através da história uma estrutura de poder que determinaria as decisões dos processos econômicos, o que “indicaria a possibilidade de uma generalização do enfoque estruturalista, no sentido de abarcar em uma só explicação teórica do tipo de crescimento que vem ocorrendo na região e a tendência à estagnação (Furtado, 1968, p. 52)”.

A adoção do método estruturalista de análise como ponto de partida acaba remetendo o estudo para o vislumbre de como as estruturas socioeconômicas que conformaram as bases do sistema social e as estruturas de poder se formaram, numa clara aplicação do método histórico-estrutural. Em relação ao fato de que a análise parte do marco político para o econômico, no plano estrutural, nosso autor afirma que

As características da realidade social e política latino-americana são ignoradas, limitando-se o estudo a uma análise dos fatores econômicos pertinentes,

principalmente aqueles relacionados com o comércio exterior e as finanças públicas. Ocorre, entretanto, que, se bem as variáveis econômicas possam ser definidas com base em conceitos derivados de princípios gerais de economia, o comportamento dessas variáveis está condicionado por parâmetros institucionais, cujo conhecimento exige um estudo específico da realidade social. No caso latino-americano, essa realidade social apresenta peculiaridades, cujo conhecimento se requer para a compreensão do comportamento do sistema econômico (Furtado, [1966] 1968, p. 52).

Nesta clara crítica ao economicismo, no qual agora podemos encaixar as críticas e proposições de T&S por renegarem os aspectos institucionais e políticos na sua análise, nosso autor formula uma linha de raciocínio tentando explicar como se deu a relação entre a formação econômica latino-americana e a constituição de forças políticas e do sistema de poder, juntamente com suas características, na região, através da história, antes de adentrar ao esquema estagnacionista. Aliás, “o sistema socioeconômico, que se formou na América Latina durante o período colonial e que prevalecia na região pela metade do século passado, apresentava características que devem ser tidas em conta se pretendemos explicar as fases subsequentes de crescimento” (Furtado [1966] 1968, p. 55). O processo de colonização, nesse sentido, torna-se preponderante para o entendimento das estruturas sociais prevalecentes na região, que foi fundamentada na “fazenda e no latifúndio” (Furtado, 1968, p.56), base da concentração da propriedade privada nas mãos de poucos. As consequências dessa estrutura sobre as transformações econômicas se dariam no sentido de que

(...) a propriedade privada da terra constitui a base de um sistema de organização social que capacita aqueles que têm o controle da terra para apropriar-se de mais de metade da produção dos que trabalham essa terra. Do ponto de vista econômico, o que caracteriza esse tipo de unidade produtiva é que ela não está organizada com base nos critérios de racionalidade específicos da empresa criada para produzir e maximizar lucros (Furtado, 1968, p.55-56).

Ademais,

(...) a característica comum da economia pré-capitalista regional é o controle do fator básico de produção, a terra, por uma pequena minoria vinculada aos centros do poder político (...) comprova-se que a uma tal organização econômica engendra um sistema de distribuição de renda pelo qual uma fração substancial dessa renda se concentra em mãos de uma minoria que, dificilmente, alcança 5% da população (Furtado, 1968, p. 58-59).

Essas citações demonstram que a relação entre as estruturas sociais e econômicas gestadas no período da colonização conformaram uma estrutura concentradora de renda, mediante concentração das terras, e por meio desta, uma concentração do poder político e das decisões sobre a ordem social e econômica que sejam condizentes aos seus interesses, com

inelasticidade da oferta de mão de obra (Furtado, 1968, p. 62). Essa conformação estrutural gestada na formação social brasileira implicaria em ineficiência econômica, constituindo uma estrutura econômica, que, no decorrer da história, “a elevação da produtividade do trabalho e da remuneração média do trabalhador ocorrem paralelamente com uma redução da participação do trabalho na renda global” (Furtado, 1968, p. 66). Depreende-se, a partir disto, portanto, as bases estruturais sociais do desemprego estrutural da mão de obra, o qual é pressuposto do esquema estagnacionista. Mais uma vez, com essa análise histórico-estrutural, foi possível perceber como formaram-se as bases das estruturas desiguais e concentradoras de renda que implicam em estagnação econômica e do desenvolvimento. Isto é, como as estruturas sociais, com heranças e retrovisor no latifúndio colonial, reverberam nas estruturas econômicas, conformando o desemprego estrutural e o dualismo, tendo em vista o contato desigual com a divisão internacional do trabalho.

No desenvolver do seu esquema, as estruturas sociais como pano de fundo de sua análise o levam a afirmar que, em um contexto de industrialização, intensiva em bens de capital e dependente de progresso técnico, onde, assim, o crescimento econômico é afetado negativamente pelas flutuações de preços relativos dos bens importados, influenciando na queda da relação capital-produto. E, nesse cenário, o que atuaria no sentido de reconduzir as estruturas de oferta e demanda a partir da distribuição da renda, seriam justamente a “luta dos distintos grupos em defesa de sua renda” (Furtado, 1968, p. 74). Essa defesa, conforme visto no capítulo anterior, empreendida por Furtado (1968, p. 80-86), é refletida na estabilidade salarial da classe trabalhadora e demais formas de concentração de renda. É importante destacar que pode se depreender, tendo em mente Furtado (1968, p.85), que as tensões sociais provocadas pelo processo de reconcentração de renda, não necessariamente significam revolta das classes excluídas dos ganhos de produtividade, mas da pressão que as minorias detentoras de poder social, político e econômico sofrem, fazendo que as decisões que são tomadas no plano institucional caminhem no sentido concentrar/ preservar sua renda, em sentido estrutural, independentemente do ciclo econômico. Mas, podendo provocar estagnação.

Isso explica o porquê de mesmo a economia podendo auferir industrialização e crescimento expressivo, as estruturas subdesenvolvidas permanecerão já que estão sendo preservadas politicamente, haja vista as estruturas sociais e do sistema de poder historicamente formados. Pois, embora as modificações econômicas aconteçam, essas não são acompanhadas por transformações sociais, do marco institucional e dos sistemas de poder. Isto, estruturalmente. Elucidando sinteticamente, nas palavras do autor,

Contrariamente a esse modelo, o marco institucional que prevalece na América Latina cria padrões de distribuição de renda responsáveis por formas de comportamento incompatíveis com a utilização mais racional dos recursos disponíveis, em função da maximização do produto global num horizonte de tempo definido. Existe um conflito entre interesses de grupos que controlam o processo de formação de capital e os da coletividade como um todo, sempre que se admita que esta última aspira a maximizar as possibilidades de bem-estar social. Como os referidos grupos econômicos também ocupam todas as posições estratégicas no sistema de poder, não é de admirar que os sinalizadores políticos se mostrem inadequados para registrar as tensões estruturais, e que os órgãos de decisão política careçam da necessária funcionalidade para promover oportunamente a remoção dos obstáculos ao desenvolvimento. O cerne do problema não está no comportamento dos agentes que tomam decisões econômicas, os quais podem muito bem pautar-se por estritos critérios de racionalidade, tanto em função dos meios que utilizam como dos seus legítimos objetivos. **Está nas relações estruturais que delimitam o campo dentro do qual as decisões relevantes são tomadas. É neste sentido que se pode atribuir ao problema da estagnação latino-americana um caráter estrutural** (Furtado, 1968, p. 88-89. Grifo nosso).

A partir disto, nos parece correto afirmar que estagnação não é estritamente econômica, uma vez que advém da dinâmica das estruturas políticas constituídas pelas relações sociais através da história. E será justamente o motivo político que irá configurar o obstáculo estrutural interno ao subdesenvolvimento. Depreende-se, assim, que a estagnação, que é estrutural, vislumbra a totalidade do subdesenvolvimento – a qual requer olhar para as estruturas sociais de poder -, fora utilizada, na linha de raciocínio de nosso autor, para elencar os reflexos dessas estruturas que determinam um plano econômico pautado na exclusão, nas mais variadas formas de desigualdade por meio da concentração da renda.

Isso nos leva à ideia do autor de que a superação do subdesenvolvimento perpassa e exige a redefinição do caráter que o Estado³⁰ admite frente à civilização, mediante alterações do sistema de poder em que esse se apoia como instituição política, a fim de que a ação política seja coordenada e orientada para satisfazer as prioridades nacionais e coletivas. E que, como instituição que rege a acumulação de capital, oriente o crescimento econômico priorizando o aspecto social, visando a transformação global da sociedade, agregando autonomia das decisões coletivas das massas excluídas dos ganhos de produtividade sobre a utilização dos fluxos de renda (Wasques, 2018, p. 175). Enfim, por tudo isso o problema do subdesenvolvimento

³⁰ Na análise sobre o Estado na obra de Celso Furtado, em sua tese de doutoramento, Wasques (2018) afirma que o Estado na figura de agente econômico é diferente no capitalismo periférico, na concepção de ser mais relevante para a tecnoburocracia já que o excedente por ele administrado é controlado pelas forças sociais que o dominam. Isso mediante o processo histórico da Revolução Industrial que o fez emergir como produto desse processo histórico, possuindo, portanto, o caráter da acumulação industrial, que ocorre a partir da periferia. Desse modo, esse autor afirma que o Estado, na perspectiva de Furtado, deve ser entendido como parte da sociedade e o governo como sua expressão (Wasques, p. 2013, 218)

também é político e a sua superação pode partir de uma transformação estrutural das estruturas de poder que dominam o campo decisório dos rumos da sociedade e economia. O que parece que viria apenas da ação política.

Por fim, é válido ressaltar que as próximas obras³¹ de Celso Furtado não mostram uma inflexão na construção teórica, muito menos aceitação das críticas recebidas pelo seu modelo estagnacionista, numa espécie de Furtado crítico de Furtado, como apontou Coutinho (2019). Pelo contrário, suas obras seguintes avançaram no seu tema central de estudo, o subdesenvolvimento. Elas mantiveram a indicação da insustentabilidade daquele padrão de acumulação em vigor, ou os limites estruturais dados pela concentração de renda, pelas estruturas de poder e pela dependência. Estes são precisamente os temas do capítulo III. Veremos pois os avanços teóricos que a obra do nosso autor oferece sobre o subdesenvolvimento, e não apenas sobre estagnação. Os argumentos e contribuições de Celso Furtado convergem para mostrar que os elementos estruturantes têm maior peso para explicação do subdesenvolvimento.

³¹ Como *Análise do Modelo brasileiro* (1972) e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974).

Capítulo III

O Subdesenvolvimento para além da estagnação

Vimos no capítulo anterior as nuances teóricas desde os níveis de abstração que cada uma das perspectivas em debate apresenta. Nossa interpretação é que essas não foram explicitadas no debate, já que houve confronto de objetivos e conclusões em níveis diferentes de análise. O uso do conceito de padrão de acumulação justifica uma possível manutenção dos níveis de crescimento da economia é lícito, contudo, não é possível nele apreender aspectos do argumento de Furtado colocados em nível estrutural. Ademais, a avaliação de que a economia / sociedade brasileiras eram subdesenvolvidas não atendia a interesses da conjuntura do final dos anos 1960, começo dos anos 1970.

O objetivo deste capítulo é comprovar e discorrer que o assunto condutor da obra de Celso Furtado é o subdesenvolvimento. Este fio condutor se mantém em suas obras da década de 1970, após as críticas de T&S, embora o próprio debate sobre o desenvolvimento tenha começado a se desviar desse tema. Ganhou importância histórica a terminologia do Banco Mundial de que grande parte da periferia do capitalismo estava “em desenvolvimento”. É possível perceber o avanço das concepções de Furtado sobre subdesenvolvimento dentro do próprio nível estrutural, como em sua perspectiva sobre a dependência, com a categorização do processo de modernização, e sua relação com o mimetismo cultural; com aspectos políticos do desenvolvimento; e até com a ideia do desenvolvimento como um mito, levando o autor a se questionar sobre o que de fato seria a superação do subdesenvolvimento, se é que isso poderia ser possível. De todo modo, percebe-se uma re colocação da forma de argumentação sobre a estagnação e um ceticismo latente acerca do alcance do desenvolvimento da maneira que vinha sendo posto.

O capítulo está organizado em três seções. A primeira trata de uma contextualização política do regime militar na passagem dos anos 1960 para os anos 1970, em que o debate teórico e político do subdesenvolvimento fica em segundo plano. A segunda seção discute os avanços teóricos de Celso Furtado na teoria do subdesenvolvimento, a partir das categorias da modernização e mimetismo cultural. Ao fim, a terceira seção trata das convicções teóricas do autor e da necessidade de se avançar na teoria do desenvolvimento para além da acumulação do capital.

3.1 A HPEB como um produto social e o debate brasileiro nos anos 1970

A história do pensamento econômico brasileiro (HPEB) pode ser compreendida e sistematizada como um conjunto de controvérsias (Malta; Castelo; Borja; Bielschowsky; Rocha, 2011). Os debates e discussões travadas ao longo do ciclo ideológico do desenvolvimentismo³² tiveram o intuito de traçar explicações teóricas a partir das próprias especificidades que denotam a complexidade que é decifrar o país. Tomando a HPEB como objeto de estudo, Malta (*et al*) (2011, p. 35-38) propõem uma leitura crítica dos debates, sustentando que a análise deveria partir de um nível teórico-analítico que agregasse de forma integrada o contexto histórico, nas dimensões política, econômica e social. Esse método de tratamento do pensamento econômico brasileiro refletiria como a teoria nacional não é um caminho único ou esvaziado socialmente, como uma ciência “neutra”, mas conflui disputas de narrativas e visões de mundo, alimentadas pelo cenário político³³ dos respectivos períodos.

Ângela Ganem (2011, p. 54) afirma que a reconstrução teórica de um país deve articular a história econômico-social e a história das ideias, buscando integrar a economia à história, à política e à ideologia. Nesta linha, foi feito esforço nos capítulos anteriores de alinhar o debate da Estagnação com o contexto³⁴ político, econômico e social brasileiro que permeiam a construção de pensamento e da teoria dos autores, já que partimos da concepção de que não existe uma autonomização teórica³⁵, um pensamento que seja desalinhado com sua inserção na história.

Com isso, podemos destacar as controvérsias da HPEB, incluindo o debate da Estagnação como produtos sociais. A HPEB possui a especificidade de ter um grau de articulação considerável com a vida política do Brasil, isto é, integração entre a teoria com a

³² Conforme Bielschowsky (1995) aponta em sua tese de doutoramento, a partir da concepção dos ciclos ideológicos de Schumpeter. Podemos sintetizar o desenvolvimentismo como a ideologia para ação política que visava o desenvolvimento a partir da industrialização com a orientação e planejamento do Estado (Malta, 2011).

³³ Malta; Castelo; Borja; Bielschowsky; Rocha, 2011 afirmam que a realidade política instigava o debate econômico e as controvérsias, sejam quais fossem, sobre a formação, estagnação, Revolução Brasileira, dentre outras.

³⁴ A saber, a eminência do golpe civil-militar de 1964, a desaceleração do crescimento que a economia nacional vinha vivendo entre o final dos anos 1950 e os anos 1960, as reformas econômicas no início dos governos militares, o PAEG e o “milagre”. Vale destacar a importância desses eventos na construção, mudanças e evolução do pensamento dos autores, como colocado no capítulo anterior com o exemplo das cartas e diários de Celso Furtado.

³⁵ Como proporia os adeptos ao *hard science*. Ao contrário “Uma HPEB crítica além de estabelecer um movimento das ideias com os fatos históricos deve ser entendida como um combate de ideias, eminentemente plural e conflitivo, o espaço da controvérsia, o espaço da liberdade (Ganem, 2011, p.56).

ação política, das medidas que seriam adotadas pelo Governo Federal (Ganem, 2011, p. 74). Neste sentido, parece-nos lícito elaborar uma breve contextualização de como o debate econômico brasileiro se desenvolveu nos anos 1970, em paralelo às ações dos governos militares, com destaque para a controvérsia da distribuição de renda³⁶, que aflora com a divulgação do censo de 1970. Este esforço é necessário na medida em que o debate brasileiro pende para um lado, enquanto o desenrolar teórico de Celso Furtado parece estar em outro. De qualquer maneira, a nossa hipótese é a de que o pano de fundo político da década de 1970 caminhou para sufocar o debate do subdesenvolvimento, tirando-o progressivamente do espaço público, da ordem do dia do país, ressaltando a percepção de que as controvérsias também são produtos políticos.

A divulgação do censo ocorre nos primeiros anos da década de 1970. Os resultados relacionados à distribuição de renda mostravam aumento da concentração e da desigualdade, ao contrário do que se esperava politicamente, pelo ambiente conturbado e de contestação do regime militar. Houve receio na oficialidade do regime de que esses resultados pudessem ofuscar politicamente o “milagre” na ditadura (Malta, 2011). Então, o desafio político dos militares passa a ser o de encontrar explicações que justificassem a piora na distribuição de renda, a fim de manter e preservar os modos de atuação e condução de política econômica que vinham sendo implementadas desde 1964 (Malta, 2011).

É aí que se inaugura a controvérsia da distribuição de renda, que colocou em lados opostos economistas expoentes do governo militar, como Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto, e economistas críticos. Do lado pró-governo, a explicação parte da sistematização de Carlos Langoni (1973) de que a concentração de renda seria fruto da fraca disponibilidade de capital humano. Ademais, as desigualdades de renda seriam contingentes, vistas como um desequilíbrio de mercado característico de processos de desenvolvimento (Malta, 2011). De acordo com os expoentes da oficialidade, a desigualdade não traria uma impressão de piora do bem-estar, mas era vista como um elemento natural do processo de crescimento (Malta, 2011, p. 208). O que se teve por parte dos economistas pró-ditadura foi uma espécie de manipulação dos argumentos para justificar um dado que visivelmente expunha as contradições daquele modelo de crescimento baseado em desigualdades, conforme expuseram os críticos em livro organizado por Tolipan e Tinelli (1975). De acordo com os críticos, de maneira resumida, os

³⁶ Marcada pelas obras de Langoni (1973) e a resposta dos críticos em obra de organização de Tolipan e Tinelli (1975), além de respostas, comentários e contribuições e Malan e Weels (1974) e Fishlow (1975)

governistas buscavam relativizar o problema exposto pelos resultados, os levando a desmistificar e trazer uma resposta crítica à visão do governo (Malta, 2011, p. 222).

De todo modo, o debate da desigualdade toma o centro das discussões pela sua relevância política, principalmente pelo esforço de justificativa e relativização que o governo militar fazia. Vale frisar, que os governos militares partiam da Doutrina da Segurança Nacional (DSN), que orientava o regime. Conforme apontado por Gomes e Júnior (2011, p. 131), os fundamentos da DSN eram a repressão para a imposição de um novo regime de acumulação, tal qual operado pelas reformas do PAEG. A radicalização dos conflitos de classe seria abafada para se alcançar uma unidade política em torno do regime, o que levaria a uma rejeição da divisão da sociedade em classes; além do fim do pluralismo político como função disciplinadora contra “ideologias estranhas”, que seriam vistas como perigosas e subversivas. Estes autores argumentavam que os Atos Institucionais (AIs) buscaram legitimidade ao Estado Burocrático Autoritário (BA), o que resultava em exclusão e repressão política dos setores (Gomes e Júnior, 2011, p.137,138). No campo do debate econômico, houve normalização e esvaziamento do elemento crítico, suprimindo o espaço para controvérsias e críticas, de visões de mundo e narrativas que fossem contrárias aos do regime.

Sintetizando, de acordo com os autores

Deste modo, entre a sociedade e o Estado, duas mediações elementares deste relacionamento são suprimidas: a cidadania e o popular. No caso brasileiro, à medida que o regime civil-militar foi se consolidando, tais mediações foram sendo suprimidas em detrimento de uma organização jurídica que legitimava os setores detentores do poder e excluía, temporariamente, os setores subalternos de qualquer participação. Tais exclusões políticas somente podem ser pensadas em consonância com os elementos econômicos da vida material. À proporção em que se promove a normalização econômica, somada a adoção de um padrão de acumulação de capital fortemente dirigido em prol dos grandes grupos oligopolizados de capital privado e de alguns empreendimentos estatais, as desigualdades existentes são aprofundadas. Somada a radicalização das assimetrias sociais, o BA apresenta, em sua essência, uma despolíticação das questões sociais, submetendo-as a racionalidade dos “critérios neutros e objetivos”. Evitando as concepções classistas ou populares, os BAs atribuem a esta cientificidade a solução dos problemas estruturais. Por fim, os BAs fecham os canais democráticos de acesso ao governo e, junto com eles, os critérios de representação popular ou de classe (Gomes; Júnior, 2011, p. 198,139).

Portanto, houve tentativa dos governos da ditadura em trazer o debate econômico para si, articulando os argumentos a seu favor, de maneira autoritária e impositiva, buscando estabelecer a sua visão de mundo e a sua narrativa como explicação ou teorização econômica nacional, como uma via de mão única e “neutra”, negando a popularização das discussões sobre a vida material da própria população.

A exclusão e repressão política evidenciou-se no debate econômico³⁷. Debater o subdesenvolvimento não seria condizente com os objetivos da ditadura, uma vez que redundaria em exposição crítica das contradições do modelo de crescimento e de acumulação de capital, capitaneado e legitimado pelo regime, pautados na concentração de renda e nas desigualdades sociais. A discussão do subdesenvolvimento saía, assim, do debate público e político.

Não obstante, o pensamento econômico crítico brasileiro resistiu sobre o fazer científico no campo da economia. Exemplo disso foi Celso Furtado que continuou debatendo e avançando sobre sua grande questão do subdesenvolvimento. Foi uma demonstração do uso da teoria como instrumento contra a repressão que se reverberava sobre os que se propunham à atividade de pensar os dilemas do país. Com tudo isso, a ofuscação e/ou o progresso e continuidade do debate do subdesenvolvimento são produtos políticos, assim como a construção da ciência econômica e do conhecimento. Sendo assim, parece-nos lícito sugerir que as condições políticas inviabilizaram a continuidade do debate sobre o subdesenvolvimento.

3.2 Elementos estruturais segundo Furtado: da modernização ao mito

O livro lançado por Furtado em 1972, chamado *Análise do “modelo” brasileiro*, retoma o debate do subdesenvolvimento após as críticas feitas por T&S. Entendemos que o livro não é uma resposta direta às críticas, mas a pontos específicos que mereceram requalificação do autor. No prefácio, nosso autor explicita o seu método de análise, que se daria “a partir de uma globalização histórica [em que] procura-se captar o histórico a partir da interação das instituições transplantadas com um meio físico que desempenha papel fundamental na formação do quadro estrutural” (Furtado, [1972] 1978, p. 3).

O livro marca um avanço sobre a concepção cepalina, que entendia que o desenvolvimento viria com o processo de industrialização, uma vez que, ao final, esse modelo reproduziria as marcas do subdesenvolvimento. Mas o ponto focal que o autor retoma de maneira mais aprofundada, em comparação com sua obra anterior, de 1966, para a construção de sua argumentação, é a análise histórica³⁸, ao afirmar que a história do subdesenvolvimento

³⁷ Celso Furtado e outros pensadores, economistas, intelectuais considerados intérpretes do Brasil tiveram seus direitos políticos cassados e/ou foram exilados durante o período do regime ditatorial, como por exemplo, Darcy Ribeiro, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso etc.

³⁸ Embora o autor avance sobre a teoria cepalina no que se refere a um modelo de desenvolvimento, a abordagem histórica-estrutural é característica da CEPAL, embora haja um recorte economicista.

está ligada à da revolução industrial³⁹ (Furtado, [1972], 1978, p. 8). Tudo isso nos faz ter a impressão de que a forma de argumentação se dará mediante a análise de processos históricos a fim de perceber elementos estruturais, deixando de lado uma linha de argumentação pautada em modelos de crescimento econômico, que foi alvo de críticas por T&S que o acusaram de ausência de rigor teórico.

Ao retomar a perspectiva histórica para esse debate, denotando a dinâmica centro-periferia junto à expansão do centro e paralelamente do subdesenvolvimento da periferia, o autor coloca que esses são processos correlatos que constituem um só processo, referindo-se, à expansão do próprio sistema econômico internacional. Assim, traz de volta à memória dos seus leitores pontos importantes desse processo histórico, como aquele da expansão do capitalismo na periferia, levando a modificações significativas nos padrões de consumo sem que houvesse transformações nas técnicas de produção, de maneira que a assimilação tecnológica ocorresse de maneira desigual. Ou seja, historicamente, o subdesenvolvimento teve sua consolidação com o próprio processo de dinamismo e expansão inicial do capitalismo e sua inserção de maneira periférica na DIT (Furtado, [1972], 1978, p. 10).

Nesse sentido, com tal processo histórico e estruturas características do subdesenvolvimento, a industrialização e ampliação do parque produtivo nacional não seriam capazes de gerar desenvolvimento. Este seria apenas capaz de gerar *modernização*, que consiste na assimilação do progresso técnico com os padrões de consumo, que se elevariam, mas, que são incompatíveis com o nível de renda e com a estrutura produtiva do país (Furtado, [1972], 1978, p. 11). O que se depreende a partir da modernização é que o avanço industrial, o crescimento econômico do capitalismo na periferia traria consigo elevação nos padrões de consumo, que só viriam a ser desfrutados por uma parcela minoritária e privilegiada da população. Tal processo de avanço tecnológico pressupõe a exclusão social.

Já nos referimos que a industrialização via PSI se deu de maneira dependente, fazendo com que a modernização assegurasse e preservasse essas relações, colocando em xeque ensaios de autonomia. A conclusão que se tira a partir desta categoria é que tal modernização dos padrões de consumo e da assimilação tecnológica é fundamental para o avanço do capitalismo e da acumulação de capital na periferia. No entanto, ressalvas precisam ser feitas sobre as interações entre o “setor moderno” e as estruturas subdesenvolvidas que permitem avanço do

³⁹ Cujas primeira fase foi marcada pela absorção da mão de obra pelos bens de capital, além de que a sua reprodução refletiu a forma de distribuição de renda a favor dos lucros em detrimento dos salários. Já a segunda fase seria caracterizada pela mecanização, aumento do capital em detrimento do trabalho, evidenciando que a evolução tecnológica seria interligada com as condições do desenvolvimento.

capitalismo na sociedade. A exclusão e a dependência restringem a própria difusão do progresso técnico, recolocando o problema do dualismo e da heterogeneidade estruturais.

O que pode ser extraído dessa categorização é, mais uma vez, que os elementos que simbolizam a modernização, no sentido positivista do termo, são justamente aqueles que restringem a capacidade de superação do subdesenvolvimento. Em suma, a modernização, elemento estrutural do funcionamento e avanço econômico, interage de maneira orgânica com a exclusão imposta de maneira sistêmica. Reafirma-se, portanto, que o próprio subdesenvolvimento implica em avanço econômico e vice-versa, mas, com limitações em sentido estrutural.

Na totalidade, percebe-se que a modernização que preserva o subdesenvolvimento advém da própria dinâmica do capitalismo na periferia. Prova disto é que a dependência econômica possibilita as condições necessárias para a eficiência (Furtado, [1972], 1978, p.14), sendo assim, estrutural. A percepção desse quadro estrutural do capitalismo na periferia, essa visão global do subdesenvolvimento, permite ao autor afirmar que:

Se observamos em conjunto os dois tipos de subdesenvolvimento – o exportador de produtos primários e o industrializado, que no mundo atual se apresentam combinados em distintas proporções - constatamos que nos dois casos se manifestam anomalias na forma de assimilação do progresso tecnológico. Contudo, quando procuramos identificar as causas desses fenômenos, logo percebemos que se trata menos de anomalias que de processos adaptativos a condições estruturais bem definidas da economia capitalista internacional (Furtado, [1972], 1978, p.15)

A partir desse ponto de vista, pode-se entender que o subdesenvolvimento se trata essencialmente da dinâmica do capitalismo global com seus desdobramentos e particularidades na periferia. Ora, o capitalismo industrial brasileiro demonstra ser um caso especial de capitalismo em que a concentração de renda assumiu a forma de um processo dinâmico, sendo funcional para o investimento, via políticas cambiais, de arrocho salarial e de crédito, capitaneando a aceleração da acumulação (Furtado, [1972], 1978, p.25 e 26). Então, “para evitar confusão”, nosso autor afirma que de fato não existe evidência de correlação negativa entre concentração de renda e a acumulação (Furtado, [1972], 1978, p. 28).

Por outro lado, há problema na forma pela qual a concentração de renda assumiu nesse sistema, pois, a modernização é focalizada nos padrões de consumo de uma minoria, configurando uma demanda agregada limitada em relação ao potencial do tamanho de mercado dado pelo tamanho da população. E assim, o processo de investimento foi viabilizado por

concentração de renda para que ele ocorresse com aumento de produtividade⁴⁰ configurando concentração dinâmica, nos termos do autor. Houve diversificação do próprio padrão de consumo, sempre orientada pela cultura social de uma parcela reduzida da população. Em síntese, para elucidação, nas palavras do nosso autor,

Em um país de baixo nível de renda *per capita*, mas de grande população, a minoria de rendas altas pode ser suficientemente numerosa para que se obtenha economias de escala na produção de certos bens duráveis. Mas não se pode ignorar que, toda vez que o desenvolvimento se realize com concentração de renda (e do consumo), a difusão das técnicas já conhecidas se fará mais lentamente. Uma forma distinta de ver o problema é a seguinte: na medida em que o consumo da minoria de alta renda deve acompanhar a evolução do consumo da minoria de altas rendas médias e altas de países muito mais ricos, os limitados recursos disponíveis para investimento tenderão a ser absorvidos na diversificação do consumo da referida minoria, em prejuízo do referido processo de difusão. Desta forma, a concentração de renda determina a forma que deveria assumir a industrialização, assim como a tendência a que se acentue essa concentração constitui em boa medida uma consequência do controle externo global do processo de desenvolvimento (Furtado, [1972], 1978, p.31).

Portanto, verifica-se que a estagnação tem contornos estruturais, uma vez que o avanço da acumulação ocorre de maneira descontínua, pois não há difusão dos benefícios do progresso técnico, o qual poderia impulsionar o potencial multiplicador, tendo em vista que sua base é fincada na dependência e na concentração de renda que são elementos historicamente estruturantes das economias periféricas.

Por outro lado, a título de avanço ao nosso debate, notadamente em relação à forma da argumentação em torno do processo de estagnação, os supostos problemas de construção de raciocínio do autor em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* podem ter sido resolvidos, pois, ao invés de persistir em fazer a reflexão do subdesenvolvimento pautado nos modelos de crescimento endógeno, argumento que fez com que T&S o acusassem de falta de rigor teórico e metodológico, Furtado se utiliza de argumentos e categorizações estruturais vislumbradas através da história. Desta forma, coloca o método histórico-estrutural como grande protagonista, o que não significa que o autor o tenha renegado na obra anterior em questão.

⁴⁰ Tendo em vista o andamento do progresso técnico intensivo em capital, poupador de mão de obra, o que implica em aumento da produtividade do trabalho. Isso significaria, por sua vez, o aumento da produtividade em paralelo com o subemprego estrutural.

De todo modo, ao contrário do que sustentaram T&S, o funcionamento do capitalismo não necessariamente gera um dinamismo autossustentado, no que se refere à acumulação e ao progresso tecnológico. E mesmo que em determinadas circunstâncias isto venha a ocorrer, o faz reproduzindo subdesenvolvimento. Tudo isso seria verificado nos períodos históricos em questão, no sentido de que a partir dessa argumentação, a desaceleração e estagnação dos anos 1960 no Brasil tinha raízes estruturais. O argumento pode bem ser estendido ao período do “milagre”⁴¹, baseado na pauperização da população, mesmo com reorientação da concentração de renda, de forma dinâmica, para as camadas médias e altas da população poderem expandir seu consumo via crédito (Furtado, [1972], 1978, p.38-40). Contudo, o quadro estrutural visto anteriormente não assegura a sustentabilidade dessa expansão, uma vez que ela ocorre com subutilização dos recursos que poderiam ser reutilizados para a acumulação. Isto é, não há espaço para a formação de um perfil de demanda requerido para a economia se autossustentar sem desníveis de assimilação tecnológica e renda, sem interrupção da difusão do progresso técnico e dos seus frutos para a coletividade.

Recolocando o problema em outros termos, a dinamização da demanda via concentração de renda pode ser suficiente para o avanço do capitalismo na periferia. Entretanto, não é condição suficiente para superação do subdesenvolvimento, já que pode até garantir certo nível de crescimento econômico, mas com elevado custo social, o que nos chama a atenção para a qualidade do “desenvolvimento” (Furtado, [1972], 1978, p.81). De qualquer maneira, o subdesenvolvimento também precisa ser compreendido como pressuposto, isto é, aglutina em sua categoria diversas estruturas e dinâmicas que fornecem condições para a continuidade da acumulação. Resumindo, o funcionamento do sistema requer o subdesenvolvimento. Conforme apontado pelo autor,

O funcionamento desse sistema requer a preservação de certas estruturas sociais, sem as quais não se daria o processo de reprodução de padrões de consumo, cujo transplante é condição *sine qua non* para que prossiga a industrialização tal qual esta está se realizando. Assim, desenvolvimento passa a ser definido em termos de aproximação de um paradigma que, por definição, é inalcançável, porquanto em transformação cada vez mais rápida (Furtado, [1972], 1978, p77).

⁴¹ Numa explicação alternativa de Furtado (1978), uma nova rodada para concentração de renda a fim de aquecer o consumo gerou aumento de demanda agregada sem que fosse acompanhada por aumento de salário real, mas apenas com aumento da massa de salário dado o contingente empregado. Isso leva a um aquecimento de demanda sem maiores custos com salários. Porém, em contrapartida, os retornos desse aumento de produtividade de trabalho não necessariamente são reinvestidos. Ele pode ser reconcentrado para reprodução de padrões de consumo das elites ou voltar para o país de origem do investimento, haja vista o processo de modernização, gerando, assim, problema de demanda efetiva, a nível estrutural.

Essa perspectiva é aprimorada em *O mito do desenvolvimento econômico* em que o autor no prefácio⁴² demonstra preocupação com a negligência dos estudos do desenvolvimento a partir da acumulação do capital com o contexto social e o plano cultural, já percebendo “uma crescente unificação do sistema capitalista”, o que viria a se concretizar nas décadas seguintes, a partir do processo de globalização. O avanço teórico do autor parte, assim, da investigação sobre o que é feito com o excedente econômico, sobre como ele é utilizado. E, esmiuçando seus determinantes, agrega elementos que condicionam o processo de reprodução da vida e formação social, em que o progresso técnico e dos padrões de consumo não são articulados com os níveis de acumulação.

Vale destacar, que a concepção da relação centro-periferia foi o ponto de partida para o avanço teórico que o autor constrói nesse livro (Furtado, 1974, p.12-13). A preocupação inicial do nosso autor se refere à negligência em relação ao aspecto cultural do desenvolvimento, tendo em vista que as diversas teorias do desenvolvimento teriam se atentado tão somente à universalização do processo de desenvolvimento econômico, sem se atentar às transformações que este mesmo causa no tecido social. Mais que isso, abre-se a questão sobre “que opções se apresentam aos países subdesenvolvidos com as [então] atuais tendências do capitalismo?” (Furtado, 1974, p.16-21). As respostas se encontravam novamente na história, vista a organicidade do centro com a periferia ter se dado de forma a impor a estas condições de DTT e de atraso na assimilação tecnológica. Assim, a inserção periférica na DIT coaduna um processo de industrialização que, em sua gênese, “já não se orientaria para formar um sistema econômico nacional e sim para completar o sistema econômico internacional” (Furtado, 1974, p.25). Esse aspecto da dependência, mais uma vez, evidencia que o desenvolvimento, tal qual convencionalizado pelas teorias do desenvolvimento, dentre elas a CEPAL, era duvidoso.

Nesse sentido, o autor coloca que existiria uma linha demarcatória para os países entrarem naquele clube de nações desenvolvidas, uma espécie de obstáculo ou muro a ser superado. E a questão seria saber por que alguns países não conseguem ultrapassar essa linha que parece estar maior e mais espessa justamente por conta do atraso no grau de acumulação em relação aos países que lideram esse processo, pela “orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade (Furtado, 1974, p. 25, 26). A diferença

⁴² O autor afirma que a obra “constitui um novo esforço de apresentação mais sistemática das ideias inicialmente sugeridas e retomadas em diversas oportunidades, inclusive no livro *Análise do ‘modelo’ brasileiro*” (Furtado, 1974, p.12).

do grau de acumulação, portanto, se dá na forma como a renda é utilizada, pois nos países subdesenvolvidos ela apresenta descontinuidades por ser estruturalmente concentrada.

Há ainda outra preocupação que circunda a análise do nosso autor nesse livro, que é o conjunto dos desdobramentos de uma civilização formada por essa sociedade industrial capitalista internacional em transformação. Civilização⁴³ essa forjada nos moldes desse tipo de acumulação periférica, demarcada pela concentração de renda. Neste caso, o avanço da acumulação é acompanhado pelo reforço da tendência à reprodução dos padrões de consumo dos países centrais.

Desta forma, é pelo lado da demanda de bens finais de consumo que esses países se inserem mais profundamente na civilização industrial (...) limitar-me-ei a assinalar que ela tende a reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados em um processo muito mais amplo de acumulação de capital. Na prática essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresas dos países cênicos, o que reforça a tendência para a reprodução de padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média. Daí resulta o conhecido síndrome de tendência à concentração de renda, tão familiar a todos os que estudam a industrialização nos países subdesenvolvidos (Furtado, 1974, p.27-28).

A partir dessa perspectiva, podemos demarcar a civilização industrial periférica como culturalmente dependente da civilização industrial do centro do capitalismo, no que se refere aos padrões de consumo. E por conta disto, o sistema econômico nacional periférico esvazia seu potencial de independência, permitindo que a grande empresa internacional ocupe o centro de decisões, não somente do que irá ser produzido ou investido, mas também do que será consumido pela população. Para além disto, depreende-se que a inserção periférica na DIT não apenas gera entraves para o sistema econômico, mas potencializa questões civilizatórias e problemas culturais, que transbordam na ausência de autodeterminação cultural, isto é, da própria civilização. Celso Furtado avança nesse raciocínio, complementando melhor com uma visão ampliada sobre este tema em *Criatividade e Dependência da Civilização Industrial*, de 1978. Segundo ele, na visão de mundo que baliza e domina uma civilização, uma visão cultural e política importada, que se baseia em uma perspectiva unidirecional do sistema de produção, é desfavorável para uma autêntica consciência cultural e política (Furtado, 1978, p.176).

⁴³ Em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978), Celso Furtado afirma que o Estado possui papel central na formação de uma consciência nacional e do êxito dos valores dessa civilização, pautada na dependência e mimetização cultural, o qual é preponderante para a aceleração do processo de modernização.

E esta é uma estrutura fundamental para a compreensão do subdesenvolvimento. Percebe-se, assim, que nessa fase de sua contribuição teórica, o autor transcende as questões econômicas do subdesenvolvimento, ainda que em sentido estrutural, através da influência do desenvolvimento da acumulação sobre os processos civilizatórios e consequências no marco cultural, sobretudo na *Análise do “modelo” brasileiro*. Esse novo aparato marca uma virada de chave na construção do pensamento do nosso autor que pode ser sintetizada na busca pela compreensão e notável preocupação dos meandros e das consequências civilizatórias do processo de subdesenvolvimento.

Temos, portanto, que a dependência, o subdesenvolvimento, possuem nítidos contornos culturais que os reforçam nas relações da dinâmica centro-periferia:

O dinamismo econômico no centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massas. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração de renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos. Esse ponto é fundamental para o conhecimento da estrutura global do sistema capitalista. Enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou, no decorrer do último século, com inegável estabilidade na repartição da renda, funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração (Furtado, 1974, p.45).

Nesse cenário, a opção que se coloca para a periferia é a promoção de políticas salariais mais igualitárias a fim de diminuir as desigualdades que o sistema impõe com tendência à exclusão. De qualquer forma, a DIT impõe não apenas padrões de consumo e de produção, mas um esquema de reprodução de estilo de vida, de reprodução da vida material da sociedade. Isto implica na circunscrição do projeto nacional, ou da aspiração autônoma, a mera adaptação de uma forma de vida. Assim, no que tange à mimetização dos padrões de consumo, o que é consumido carece de vinculação, de nexos profundos com a sua própria personalidade (Furtado, 1978, p. 84,85).

A conclusão central de Furtado a partir de tudo isso que foi posto é a de que o desenvolvimento é um mito, já que ele pressupõe um caminho igualitário que ultrapassa a linha demarcatória do desenvolvimento, o que não é possível em um capitalismo que exige exclusão, desigualdade, dependência e concentração de renda.

Não se pode ignorar a possibilidade de que ocorram, em determinados países e mesmo de forma generalizada, mutações nos sistemas de poder político, sob a pressão dessas massas, com modificações de fundo na orientação geral do processo de desenvolvimento. Quaisquer que sejam as novas relações que se constituam entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, a nova orientação do desenvolvimento teria que ser num sentido muito mais igualitário (...) no outro

extremo surge a possibilidade de modificações políticas de fundo, sob a pressão das crescentes massas excluídas dos frutos do desenvolvimento, o que tende a acarretar mudanças significativas na orientação do processo de desenvolvimento (...) A conclusão geral que surge dessas considerações é que a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cênicos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema (...) Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico - a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos povos ricos - é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista (...) cabe afirmar, portanto, que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito (Furtado, 1974, 74-75).

Nesse sentido, percebe-se uma preocupação do autor com essa civilização, cujo acesso é privilégio de uma minoria e que seu custo é a tendência para a degradação social e ambiental, bem como o risco de sobrevivência para uma periferia que anseia ser similar ao centro. Em suma, a preocupação do desenvolvimento também precisa passar pela preocupação civilizatória e com a vida. Mais que isso, esse mito de desenvolvimento serviria apenas para a dominação da periferia pelo centro do capitalismo; e que o subdesenvolvimento pode ser entendido como processo pelo qual o capitalismo se expande, juntamente com suas contradições, desigualdades e exploração social (Furtado, 1974, p. 75-76; 94).

Então, parece-nos lícito indagar qual é o desenvolvimento que queremos alcançar, e que hipoteticamente perpassaria pela tensão social através da ação política dos excluídos.

Não há dúvida de que as grandes empresas enfeixam um considerável poder no plano social, pois controlam as formas de invenção mais poderosas, que são aquelas fundadas na técnica e no controle do aparelho de produção. Mas quando a sociedade, ou segmentos desta reage à asfixia criada pelo uso desse poder, as ondas que se levantam repercutem nas estruturas do Estado, de onde ocasionalmente partem iniciativas corretivas (...) haveria uma provincianização dos Estados, mas, uma representatividade mais efetiva dos distintos aspectos da sociedade civil capacitaria o poder político para exercer o papel de diretor da vida social que se faz cada vez mais necessário. Se a evolução se realiza nessa direção, é de admitir que surjam tensões entre Estados nacionais e grandes empresas, tensões essas que passarão a ser importante fator na transformação do sistema em seu conjunto: elas poderão agravar-se e abrir brechas capazes de acarretar mudanças qualitativas reorientadoras de todo o processo evolutivo (Furtado, 1974, p.57).

O vislumbre de autodeterminação cultural que poderia ser capaz de engendrar as transformações necessárias em prol de uma alternativa civilizatória, a fim de uma sociedade mais justa, perpassa pela tensão social capitaneada pelos atores políticos. Seria essa pressão que poderia fornecer ao Estado, como aglutinador dos interesses nacionais, o papel de dirigente dos rumos autônomos, blindados das hostilidades trazidos pela dependência. Assim como nos

escritos de 1966 (1968), Furtado continua a enxergar o fator político e a transformação das estruturas de poder como modificação estrutural básica e chave para superação das estruturas subdesenvolvidas. Mas, agora com sua centralidade para assegurar algum tipo de decência civilizatória em contexto de modernização e mimetismo cultural. Precisaria, para isso, de uma identificação nacional, na necessidade de aglutinar objetivos coletivo, no sentido de que as “preocupações tenderiam a focalizar-se no plano da ação política”, o que perpassaria pelo plano da cultura (Furtado, 1974, p.58).

Entretanto, parece que a formação social e política nacional brasileira não abre muitas margens de manobra nesse sentido, uma vez que foi fundamentada num processo de exploração da mão de obra escrava, do latifúndio, de uma estrutura agrária concentradora de terras, conformando uma classe patriarcal, patrimonialista e autoritária que ocuparia essas estruturas de poder (Furtado, 1974, p.79). E essa classe se conforma e assimila culturalmente os padrões culturais do centro, que é a base da modernização, perdendo suas raízes culturais locais. Mediante a isso parece que as bases da dependência cultural e as consequências da modernização também precisam ser estudadas a partir da formação das estruturas sociais, no sentido de que ambas são heranças e perceptíveis ao longo dos processos históricos (Furtado, 1974, p.80). Nas palavras de Furtado

A existência de classe dirigente com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação era muito mais alto e impregnada de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos (...) Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o processo de produção e o processo de circulação, os quais conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes (Furtado, 1974, p. 80).

De todo modo, fica evidente que o subdesenvolvimento requer e pressupõe dependência, sendo também criadora dessa situação (Furtado, 1974, p.87), com respaldos da formação social que solidificou uma elite minoritária reprodutora de padrões de consumo. Verifica-se, assim, uma incompatibilidade entre um projeto de desenvolvimento civilizatório autônomo que seja pautado sobre essas bases. Isto porque será “dessa orientação do progresso técnico e da conseqüente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização” (Furtado, 1974, p. 82). Diante disto, podemos perceber que a modernização possui respaldos e influência direta da dependência cultural.

Por tudo isso, assinala-se que o subdesenvolvimento possui raízes tanto na inserção periférica e dependente na DIT, quanto pela formação política de uma matriz institucional pré-existente que conforma estruturas de concentração de renda e exclusão, sendo tudo isso funcional para o desenvolvimento da acumulação. E essas formas de desigualdade estão imbricadas com as estruturas conformadas pela dependência, chave para a modernização, já que “a dimensão relativa do excedente apropriado pelos grupos privilegiados reflete a pressão gerada pelo processo de modernização” (Furtado, 1974, p.82). Nesse sentido, segundo o autor,

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada será a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá de aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravamento tanto da dependência externa como da exploração interna. Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais. Em conclusão: o subdesenvolvimento deve ser entendido como um processo, vale dizer, como um conjunto de forças em interação e capazes de reproduzir-se no tempo. Por seu intermédio o capitalismo tem conseguido difundir-se em amplas áreas do mundo sem comprometer as estruturas sociais pré-existentes nessas áreas (...) é mesmo possível que ele seja inerente ao sistema capitalista; isto é, que não possa haver capitalismo sem as relações assimétricas entre subsistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento (Furtado, 1974, p.94).

O tipo de capitalismo que se estabeleceu no Brasil foi sobremaneira dependente, excludente e teve suas matrizes institucionais preservadas com o contato da industrialização. A formação social brasileira em conjunto com a dependência, numa espécie de interação dialética, conforma estruturas de concentração de renda, mimética nos padrões de consumo que propiciam o funcionamento do sistema, ao mesmo tempo que impõe limites a este. Ora, a superação desses limites se dá justamente pela tendência estrutural para a exclusão das massas dos ganhos de produtividade do trabalho. Desse jeito, o projeto fracassado de nação “depende da capacidade política que os grupos dirigentes possuem em suprimir as formas de oposição que seu caráter antissocial pode estimular” (Furtado, 1974, p.109).

3.3 A necessidade de um novo olhar sobre o desenvolvimento

Em fim de vida, no final dos anos 1990, Celso Furtado, em *O longo Amanhecer* de 1999, expõe suas preocupações com um futuro ainda incerto, assim como com um amanhecer que demora a chegar. Percebe-se aí uma descrença em relação à capacidade de autonomia do Estado para capitanear políticas que viabilizassem um projeto nacional e a superação do

subdesenvolvimento. O que nos chama a atenção nesse livro é a compreensão do subdesenvolvimento em um contexto histórico em que sobressai a lógica “racional” de maximização da alocação de recursos escassos e de um capitalismo orientado pelas empresas transnacionais, em que há sobreposição da normativa mercadológica em detrimento da coletividade, a qual “escapa a percepção dos valores que cimentam as nacionalidades” levando ao “enfraquecimento da coesão comunitária” (Furtado, 1999, p. 14-18).

Reafirmando suas convicções, Celso Furtado volta às questões da formação econômica para externar sua preocupação com a reiteração dos dogmas liberais, que retornaram no bojo a transformações políticas nas relações internacionais, agora reduzidos à política econômica imposta pelos grandes centros à periferia. Ele afirma que “a luta contra o subdesenvolvimento só foi possível quando se superou essa visão dogmática da DIT” (Furtado, 1999, p. 20). O que deveria ser feito nesse cenário seria um conjunto de reformas estruturais para recuperar o processo de construção nacional, com medidas para diminuir a concentração patrimonial, além de resolver o problema da fome, do acesso à moradia, habitação e à terra⁴⁴, que poriam fim à estabilidade do sistema de dominação social do latifúndio (Furtado, 1999, p. 61). Em síntese, seriam medidas em prol da resolução de problemas estruturais que fundamentam a concentração de renda, miséria e a pobreza. Além disso, destaca-se a necessidade da preservação da cultura e instituições nacionais que ainda afirmam laços civilizatórios e solidários.

E a solução desses problemas é de natureza política (Furtado, 1999, p. 32), isto é, a perseguição pelo desenvolvimento depende de enfrentamento a questões estruturais, principalmente no campo social, que exigem amplo espaço para ação política. “Tem de haver vontade política orientada por um projeto” (Furtado, 1999. P. 36-37), que nesse momento parece ser mais uma tentativa de retomada do processo de construção, de formação econômica nacional, caso compreendamos, baseados nessas ideias do autor, que o desenvolvimento pode ser visto mediante a esse parâmetro. De qualquer maneira, o autor finca novamente sua percepção de centralidade do aspecto político para o desenvolvimento, ao afirmar que percebeu durante sua trajetória que “os problemas mais graves não são os de natureza econômica, e sim social, ligados às estruturas de poder” (Furtado, 1999, p.81).

Dessa maneira, apresenta-se um impasse diante da formação brasileira como um projeto de país, que poderia ser sintetizado na busca por uma reconstrução do sistema nacional (nos aspectos econômico, cultural e civilizatório), ou o comodismo sistêmico com tendência a crises

⁴⁴ O autor relembra que o subdesenvolvimento também é condicionado por uma situação de pobreza originada na falta de acesso à terra e à moradia (Furtado, 1999, p. 33).

e elevação dos custos sociais com o desenvolvimento desse tipo de capitalismo periférico. Em suma, nas palavras do autor,

Os países que já avançaram no processo de industrialização principalmente voltado para o mercado interno serão confrontados com um dilema: optar pela linha mais fácil de renunciar a um projeto próprio, ou lutar para abrir caminho no sentido de privilegiar o desenvolvimento do mercado interno (Furtado, 1999, p.24).

Com tudo isso, nosso autor não apenas passa a questionar os limites do desenvolvimento como também a perspectiva de futuro, já que “o sonho de construir um país tropical capaz de influir no destino da humanidade ter-se-á desvanecido” (Furtado, 1999, p. 43). O subdesenvolvimento passa, assim, a ganhar contornos de “conformação estrutural que bloqueia a passagem do crescimento para o desenvolvimento” (Furtado, 1992, p. 47), significando uma variante do desenvolvimento do próprio capitalismo no sistema, ou da difusão do progresso técnico, nas palavras do autor. já que

O crescimento econômico fica na estrita dependência da iniciativa das grandes empresas transnacionais (...) em um país ainda em formação como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional (...) Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devanir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação (Furtado, 1992, p.35).

Essa citação elucidada como o subdesenvolvimento se reflete na ausência de formação econômica nacional, de uma identidade nacional cultural e na ausência de uma perspectiva de futuro que se coloca como incerta. Nota-se que o Brasil ainda é um país em formação e que há forças políticas e econômicas e atuam contra o êxito desse projeto. A preocupação do autor agora, conforme já havíamos apontado antes, transpassa o subdesenvolvimento. Esta parece ser uma categoria intocável, sua superação um mito e o Brasil inviável, tendo em vista a ausência de um sistema econômico nacional. A preocupação passa a ser com a civilização, com a permanência de nexos culturais e identitários que nos conformam enquanto uma nação, que são atacados via processo de modernização e mimetização cultural.

Mais uma vez uma possível saída parece ser a via política, da ação coletiva da sociedade civil, para a superação desse impasse histórico formador de catástrofes sociais que é o subdesenvolvimento, quando diz que

O esforço para superar o subdesenvolvimento constitui quadro distinto, dado que as importantes modificações estruturais requeridas não se fazem sem um projeto político esposado por amplos segmentos sociais (...) pois a luta contra o subdesenvolvimento não se faz sem contrariar interesses e ferir preconceitos ideológicos. O subdesenvolvimento, como o deus Jano, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a uma catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa (Furtado, 1992, p.57).

De qualquer maneira, o debate sobre o subdesenvolvimento avança em seus contornos civilizatórios, para além da acumulação de capital. O próprio conceito de desenvolvimento, na nossa interpretação, se altera para um rumo que agora não parece ser tão explícito, palpável ou factível como as teorias do desenvolvimento enxergam. O desenvolvimento, dessa forma, deve ser analisado em outros termos que não sejam aqueles apregoados a partir de uma suposta solidariedade internacional pela DIT, como um sinônimo de alcance da civilização industrial, tal como alcançada pelos países tidos como desenvolvidos.

Essa perspectiva positivista de desenvolvimento, de acordo com Furtado em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978), carrega consigo uma ilusão e misticismo que não condiz com os contextos históricos dos países periféricos. Essa promessa de desenvolvimento, absorvendo a civilização industrial de maneira periférica, acabaria por intensificar as heterogeneidades sociais, em que o dinamismo econômico pudesse caminhar com a miséria, além de pressionar as massas trabalhadoras, agravando as desigualdades. Com isso, “o desenvolvimento envolve ambiguidades que um véu ideológico consegue ocultar” (Furtado, 1978, p. 68).

A análise e estudo do desenvolvimento para além da acumulação parece ser um terreno ainda a ser explorado. Inclusive por que, de acordo com Celso Furtado (1978, p.124), “a luta contra a dependência não é suficiente para o desenvolvimento, mas deve ser acompanhada da liberação da capacidade criadora de um povo”. No entanto, em um contexto autoritário com restrições às construções democráticas e populares, as forças sociais são reprimidas e a dependência cultural não é capaz de canalizá-las de maneira construtiva para a ação. As restrições à democracia limitam a afirmação política da criatividade social, frustrando o real desenvolvimento. Celso Furtado propõe, portanto, a articulação entre criatividade e política, no sentido de que a ação política poderia canalizar o potencial criativo das massas populares, a fim

de que se manifestem nos planos institucionais. Há, com isso, uma agenda de pesquisa a ser explorada.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi o de recuperar argumentos de Celso Furtado relacionados ao seu conceito de Subdesenvolvimento, por entender que esses argumentos continuam tendo validade na interpretação dos problemas contemporâneos do desenvolvimento brasileiro. Por circunstâncias históricas, seu conceito de subdesenvolvimento, a partir do debate da estagnação, colocou em lados opostos as suas contribuições das de Maria da Conceição Tavares e José Serra, particularmente no que se refere às questões teóricas.

A análise e interpretação feita nesta dissertação dos argumentos de Celso Furtado em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina ([1966] 1968)* mostrou o subdesenvolvimento como um fenômeno estrutural, sendo o problema estagnação uma das suas dimensões. Por outro lado, T&S, no artigo *Para além da estagnação (1971)*, estavam interessados em mostrar as características de um novo padrão de acumulação e, por este meio, mostrar que a economia brasileira mantinha dinamismo endógeno, no contexto de superação do modelo de crescimento baseado no PSI.

O que nos chamou a atenção no decorrer de nossa análise foi como o fator político passa a agregar e ser fator constitutivo na teoria e no pensamento de Celso Furtado. Tomando as tensões sociais como fator dinâmico básico para poder alcançar o desenvolvimento, a fim de que as massas pudessem ser incluídas na distribuição dos ganhos da produção e, com isso, obter certa homogeneização social e uma estrutura de demanda continuada, o autor se questiona sobre o porquê de isso não ter ocorrido na periferia. A resposta estaria inspirada também em seu contexto histórico de eclosão do regime militar, no sentido de que o marco institucional brasileiro seria demasiadamente arcaico para que houvesse uma deliberação política que balizasse a superação da concentração de renda. Além disso, observando a transnacionalização do capital, o nosso autor percebe uma incompatibilidade entre este processo com a soberania nacional, no sentido de que a dependência corrobora para uma fragilidade política, e isso significa falta de autonomia para tomar decisões internas que fossem condizentes com os interesses nacionais e da coletividade.

Na evolução de pensamento de Celso Furtado, é importante notar como os determinantes do subdesenvolvimento, a saber, o dualismo, o aspecto político, a dependência e a concentração de renda, em sentido estrutural, são orgânicas e interagem entre si. Para ele, o dualismo e a heterogeneidade econômica implicam em estagnação, bem como gera fragilidade democrática e do marco político que acabam por agravar os antagonismos sociais e a manter as

decisões de política econômica funcionais para o modelo de crescimento concentrador e dependente. De todo modo, a estagnação, que ao nosso ver ultrapassa os marcos do crescimento econômico e reverbera no próprio processo de desenvolvimento, advém de uma estrutura de poder arcaica que opera para a manutenção de uma estrutura social que torna o “desenvolvimento” excludente. E a saída dessa situação seria a própria ação política das massas excluídas desse dito desenvolvimento, para que o Estado, como arena de conflitos políticos balizadores de decisão, ordene a utilização da renda de modo a transformar essas estruturas, o que também demandaria planejamento e vontade política. Nesse sentido, fica evidente que o autor estava preocupado sobretudo com as consequências do subdesenvolvimento, enquanto a estagnação não fora seu principal foco, mas um meio de argumentação. De qualquer modo, foi muito mais sobre subdesenvolvimento do que sobre estagnação, conforme pode ser visto nas correspondências trocadas entre os autores e nas obras seguintes de Celso Furtado.

Para essa conclusão, é importante levar em consideração a distinção de níveis de abstração teóricos, a saber do estruturalismo utilizado como método por Furtado e o nível dos padrões de acumulação investigado por T&S. Nesta dissertação, sustentamos o argumento de que T&S construíram uma exposição com vistas a afirmar que o país poderia auferir dinamismo mesmo que conservadas as estruturas concentradoras de renda, que foram institucionalizadas por meio das reformas fiscal e financeira do PAEG, nos anos 1960. Entretanto, argumentamos que esse nível de abstração não abarca suficientemente as consequências e os perigos trazidos por essas estruturas, uma vez que a dependência foi relativizada, ainda que pressuposta no raciocínio dos autores.

Além disso, outras contribuições como as de Oliveira (1983) afirmaram que tal modelo de crescimento, ainda que dinâmico, não seria sustentável, uma vez que não conformaria necessariamente um novo modelo de crescimento, mas redundaria no aprofundamento da dependência e da subordinação com concentração de renda. De qualquer forma, é pertinente frisar que, mesmo não sendo o ponto focal de seu estudo, Furtado trata de uma tendência à estagnação, já que haveria fatores contrarrestantes que implicariam no aprofundamento do próprio modelo. O cerne do problema está nas relações estruturais que formam o campo onde as decisões são tomadas.

Pode-se concluir, com essa perspectiva, que Furtado, ao abordar o problema no sentido histórico-estrutural, mostrou que a política e a formação social formam as bases do subdesenvolvimento. Ele, ao afirmar a condição de dependência e de concentração de renda como elementos do padrão de acumulação que se consolidava nos anos 1960, mostra que o

subdesenvolvimento persiste. Ainda que esse padrão de acumulação permitisse dinamismo, como corretamente sustentaram Tavares e Serra, não haveria superação do subdesenvolvimento. Uma vez aceito este argumento, a principal hipótese deste trabalho fica confirmada.

Ao formular o subdesenvolvimento como característica estrutural, Celso Furtado, inserido em contexto de repressão ditatorial sobre o fazer científico, avança em sua teoria agregando as categorias da modernização e do mimetismo cultural. Mediante elas, sugere que as anomalias causadas pelo subdesenvolvimento são apenas expressões de uma dinâmica econômica, do avanço do capitalismo periférico, que ocorre de maneira dependente. O que condiciona o subdesenvolvimento, a saber, o dualismo, a concentração de renda, as estruturas de poder arcaicas, a dependência, a modernização e o mimetismo cultural, são os elementos pelos quais o sistema econômico periférico aúfere dinamismo. No entanto, este dinamismo apresenta limites, pois a gama de discontinuidades para a acumulação que tais estruturas confluem, por simbolizarem a modernização, no sentido positivista do termo, elas restringem a capacidade de superação do subdesenvolvimento.

Fica claro, assim, como que o desenvolvimento, em seu sentido “místico” e positivista, seja considerado pelo autor um mito. O desenvolvimento reproduz os elementos que configuram o subdesenvolvimento. É, assim, ao nosso ver, paradoxal por necessitar de subdesenvolvimento para que o capitalismo ocorra. Celso Furtado propõe, portanto, a articulação entre cultura e política, no sentido de que a ação política poderia canalizar o potencial criativo das massas populares, manifestando-se nos planos institucionais. Este seria um novo modelo de desenvolvimento; um novo olhar sobre o tema que ultrapassaria o reducionismo da acumulação de capital, buscando autodeterminação cultural. De qualquer forma, parece-nos ser urgente a retomada política do debate do (sub)desenvolvimento para além da acumulação de capital.

Nesta linha de argumentação, abre-se uma agenda de pesquisa. Ficam nítidos os limites das teorias do desenvolvimento, que partem da busca pela progressiva acumulação de capital, mesmo enxergando que ela é hostil. Para tanto, é preciso evitar as digressões teóricas que se furtam à crítica da economia política, do aspecto político, da formação social brasileira, das estruturas de poder e do Estado. Do nosso ponto de vista, essas não são teorias do subdesenvolvimento, em essência, mas teorias do desenvolvimento e dinâmica do capitalismo no Brasil. Entendemos que o debate do desenvolvimento precisa vencer uma posição secundária e alcançar um plano prioritário. Isto significa, como apontado no capítulo III, voltar à ordem do

dia, mas em outros moldes, que superem os limites teóricos anteriores, ou que ao menos se voltem para o sentido estrutural.

São abertas, assim, novas questões num contexto em que as amarras do subdesenvolvimento brasileiro se fazem notar nas formas mais graves e aprofundadas, como ameaças civilizatórias expressivas. Questiona-se, portanto, i) se essas teorias são de fato capazes de explicar o subdesenvolvimento; ii) se as categorias de desenvolvimento sugeridas por essas correntes são capazes de captar o real sentido de desenvolvimento para a nação. De qualquer maneira, é urgente a necessidade de uma reavaliação da teoria do subdesenvolvimento, remodelando o debate de maneira que seja plenamente compatível com os interesses da coletividade. É esta a agenda de pesquisa a ser explorada em estudos posteriores.

Em carta enviada a Francisco de Oliveira, datada de janeiro de 2000, Celso Furtado lhe fornece um conselho que parece digno de ser estendido a todos e todas que se propõem a essa tarefa ingrata, porém nobre, que é pensar o Brasil. Por fim, “Permito-lhe sugerir que amplie as suas reflexões sobre a teoria do subdesenvolvimento, tema que é praticamente ignorado entre nós como objeto de estudo teórico e que está a merecer urgente atenção” (Furtado, 2021, p. 128).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA Filho, Niemeyer. **Notas sobre as implicações da natureza do processo de transição ao capitalismo no Brasil para a reprodução da condição de dependência.** Revista da sociedade Brasileira de Economia Política, 59 - edição especial/ mai 2021 – jun 2021.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal.** Tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo.** Folha de S.Paulo, 19 set. 2004.

BORJA, Bruno. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado.** Tese de doutoramento, Programa de pós-graduação em Economia política internacional UFRJ. Setembro de 2013.

CAMPOS Fabio; CARVALHO, Alisson Oliveira. **Para além da crítica à estagnação: o capital estrangeiro e o desenvolvimento nacional no debate entre Furtado e Tavares (1964-1982).** Anais da SEP, 2023. Disponível em: <https://enep.sep.org.br/uploads/1104_1678235556_Artigo_Identificado_pdf_ide.pdf>. Acesso em out/ 2023.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.** Serv. Soc., São Paulo, n. 112, p. 613-636, out/dez. 2012.

CEPÊDA, Vera Alves. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio (Orgs.). **A grande esperança em Celso Furtado.** São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 167-184.

COUTINHO, Mauricio. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado.** ISSN 1980-5527. Revista de Economia Contemporânea (2015), p.448-474.

_____. **Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 3 (67), p. 741-759, setembro-dezembro 2019.

CURTY, Carla. **Maria da Conceição Tavares e a contribuição a partir da periferia para o campo da Economia Política Internacional**. Anais da SEP, 2023. Disponível em:<https://enep.sep.org.br/uploads/724_1678761124_Maria_da_Concei%C3%A7%C3%A3o_Tavares_e_a_contribui%C3%A7%C3%A3o_a_partir_da_periferia_para_o_campo_da_Economia_Pol%C3%ADtica_Internacional_-_vers%C3%A3o_identificada_pdf_ide.pdf>. Acesso em out/ 2023.

ECONOMIA, Ensaios. **Vol.22. N2**, 2008, Uberlândia. Instituto de Economia.

FERNÁNDEZ, Virgínia Laura. **Reflexões femininas sobre o pensamento econômico cepalino latino-americano: diálogos com Maria da Conceição Tavares**. Anais da SEP, 2023. Disponível em:<https://enep.sep.org.br/uploads/2600_1678761549_REFLEXO%CC%83ES_FEMININAS_SOBRE_O_PENSAMENTO_ECONO%CC%82MICO_CEPALINO_LATINO-AMERICANO_DIA%CC%81LOGOS_COM_MARIA_DA_CONCEIC%CC%A7A%CC%83O_TAVARES_VLF_ID_pdf_ide.pdf>. Acesso em out/ 2023.

FURTADO, Celso. **A economia Latino-Americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia Editora nacional. 2ed. 1978.

_____. **A pré-revolução brasileira**. Editora Fundo de Cultura, Rio. Segunda edição, 1962.

_____. **Análise do Modelo Brasileiro**. Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Correspondência intelectual - 1949-2004**. Seleção, introdução e notas Rosa Freire d' Aguiar; posfácio Luiz Felipe de Alencastro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

_____. **Criatividade e Dependência na civilização Industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado, 2009. Economia política e desenvolvimento.

_____. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ª edição. Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Editora Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 3ed. 1968.

_____. **O Brasil pós-“milagre”**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. **O capitalismo global**. Celso Furtado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Teoria e Política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril cultural, 1983.

_____. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MALTA, Maria Mello; CASTELO, Rodrigo; ROCHA, Marcos; BORJA, Bruno; Bielschowsky, Pablo. A história do pensamento econômico Brasileiro entre 1964 e 1989: Um método para discussão. **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro / Maria Mello de Malta ... [et al.] ; coordenação de Maria Mello de Malta – Rio de Janeiro : Ipea : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

_____. [org.] **Controvérsias do pensamento econômico brasileiro** [recurso eletrônico] : história, desenvolvimento e revolução / organização Maria Malta ... [et al.]. – 1. ed. – Rio de Janeiro Mórula, 2022.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 4ª edição, [1984] 1987.

_____. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 29-37, out./dez. 1989.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Editora Insular, [1969]2012.

_____. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R. & STEDILE, J. (orgs.). Ruy Mauro Marini – vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2005.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

SALM, Cláudio. O Debate sobre a tendência à estagnação. In. **Ecoss do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico** (p.163-192) brasileiro / Maria Mello de Malta ... [et al.] ; coordenação de Maria Mello de Malta – Rio de Janeiro : Ipea : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

SAMPAIO Jr, P. A. (1999). A crise da teoria do desenvolvimento. In: SAMPAIO Jr, P. A. (1999). **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente**. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. **Vivemos um processo de reversão neocolonial**. IHU Online, n. 392, 2012. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao392.pdf>>. Acesso em: ago 2023.

SILVA, Roberto Pereira; BIANCONI, Renata. **O golpe de 1964 como marco no pensamento de Celso Furtado: uma leitura a partir dos Diários Intermitentes e da Correspondência Intelectual**. Anais da SEP, 2023. Disponível em: <https://enep.sep.org.br/uploads/2532_1678482804_Silva-Bianconi_SubmissaoSEP2023_pdf_ide.pdf>. Acesso em out/2023.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da Estagnação: Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In:// **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**, p. 589-608. Tradução de Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Record, 2000.

TAVARES, M. C. **Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil**. In: _____. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar editores, [1964] 1973.

TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos. **A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. São Paulo: ZAHAR (1975).

VIEIRA, Wilson. Subdesenvolvimento e dependência: uma análise do pensamento de Celso Furtado e sua aproximação com a teoria da dependência. **Controvérsias do pensamento econômico brasileiro** [recurso eletrônico] : história, desenvolvimento e revolução / organização Maria Malta ... [et al.]. – 1. ed. – Rio de Janeiro Mórula, 2022.

WASQUES, Renato Nataniel. **O pensamento de Celso Furtado sobre Estado e planejamento.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 78, p. 156-181, abr. 2021.

_____. **Estado e Planejamento na obra de Celso Furtado.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. 2018;